**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

MARCEL LOPES

**OCUPAÇÃO TUPINAMBÁ NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA: VISTA
A PARTIR DA ANÁLISE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SANTA MARINA**

**São Paulo
2014**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

OCUPAÇÃO TUPINAMBÁ NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA: VISTA A
PARTIR DA ANÁLISE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SANTA MARINA

Marcel Lopes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marisa Coutinho Afonso.

Linha de Pesquisa: Espaço, Sociedade e Processos de Formação do Registro Arqueológico.

Versão corrigida. A versão original encontra-se nas dependências do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

São Paulo
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.^a Dra. Marisa Coutinho Afonso pela orientação, apoio, suporte nessa longa jornada que se iniciou em 2007, logo quando me tornei estagiário do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

À Fundação Cultural Jacarey pela disponibilização de toda a documentação e acesso ao acervo do sítio arqueológico Santa Marina, em especial à Cláudia Moreira Queiroz.

À toda equipe do laboratório 2 do MAE/USP, principalmente aos amigos Paulinho e Dária.

Aos funcionários da biblioteca do MAE/USP pela atenção e auxílio, especialmente ao parceiro Hélio Miranda.

À Amelina Aquino pelas revisões e traduções.

À Danielle Samia pela elaboração da parte gráfica.

Aos professores do curso de história das Faculdades Integradas de Jahu: Camélia, Dirceu, Fabrício, Lisa, Lourdes, Marcos, Nilva pelos incentivos e contribuições ao longa da minha formação acadêmica.

À Prof.^a Dra. Maria Isabel D'Agostinho Fleming pelos estímulos em nossos encontros nos SIICUSP's.

Aos docentes do MAE/USP: Fabíola Andrea Silva, José Roberto Pellini, Lucas Bueno, Maria Beatriz Borba Florenzano e Marisa Coutinho Afonso pelo aprendizado durante a realização das atividades acadêmicas desta instituição.

Ao Prof. José Luiz de Moraes pelas observações e contribuições no Exame de Qualificação.

À Prof.^a Dra. Dominique Tilkin Gallois pela oportunidade de participar do curso “Redes de saberes e relações ameríndias” e poder saborear formas tão singulares de contemplar as populações indígenas.

Aos amigos de trajetória acadêmica: Fábio, Jeferson, Murilo, Paulinho e Rui pelas conversas, discussões e debates longo da minha formação.

Ao amigo e professor Robson Rodrigues pela ajuda e todo incentivo durante meus primeiros passos na arqueologia, além das importantes contribuições e recomendações no Exame de Qualificação.

À Camila A. Moraes Wichers, a maior culpada por ter me tornado um amante da cerâmica Tupiguarani, pelo suporte e apoio incondicional.

Ao prof. Dr. Paulo Zanettini pela oportunidade, estímulos, incentivos e contribuições ao longo da minha formação de arqueólogo.

Ao amigo Ângelo Corrêa por todo aprendizado, apoio e colaborações.

Aos meus amigos da Zanettini Arqueologia, grandes incentivadores e apoiadores deste trabalho. Além de pacientes, pois durante longos anos aguentaram todo meu mau humor.

Aos meus pais João e Inês e meu irmão Marcelo, pelo zelo, palavras, carinho e compreensão, pois mesmo distantes, sempre estiveram próximos e presentes em minha vida.

À Renata Freitas, pelo amor, carinho, afeto, zelo e por sempre dizer *“pr’eu não me preocupar, ter fé e ver coragem no amor (...) e se o tempo for te levar, eu sigo essa hora e pego carona, pra te acompanhar ”...*

RESUMO

Nesta dissertação apresentamos um amplo quadro da ocupação indígena pré-colonial no vale do Paraíba Paulista, localizado na porção leste do Estado de São Paulo. Apesar da diversidade das populações que habitaram a região, nosso estudo teve como foco as populações falantes de línguas do tronco linguístico Tupi, mais precisamente, aquelas associados aos grupos Tupinambá (língua e cultura). Para o entendimento destes processos, além de nos debruçarmos sobre as fontes disponíveis para região, desenvolvemos um estudo detalhado do histórico e das atividades realizadas no sítio arqueológico Santa Marina e a análise apurada do conjunto artefactual cerâmico e lítico. As ações delineadas ao longo deste trabalho permitem compreendermos as formas utilizadas por estas populações ao se constituírem e estenderem seus domínios sócio-políticos por séculos, ao longo da paisagem *valeparaibana*.

Palavras-chave: arqueologia Tupi, cerâmica Tupiguarani, Tupinambá, Vale do Paraíba Paulista, paisagem *valeparaibana*.

ABSTRACT

In the present thesis, we exhibited a wide scenario of the pre-colonial indigenous settlement in Vale do Paraíba Paulista, situated in the Eastern portion of São Paulo State. In spite of the diversity of populations that inhabited the region, our work is focused on Tupi linguistic branches speakers, precisely, on those associated with Tupinambá groups (language and culture). Aiming to understand that process, a detailed study of the history and activities performed in Santa Marina archeological site was developed, in addition to an accurate analysis of pottery and lytic artifactual sets. Besides that, we looked over the sources at hand for the region. The actions outlined during this work allow us to understand the means those people used in their constituting process and broadening of their social-politic domains through centuries, along the *valeparaiban* landscape.

Keywords: Tupi archaeology, Tupiguarani pottery, Tupinambá, Vale do Paraíba Paulista, *valeparaiban* landscape.

LISTAGEM GERAL DE TABELAS, FIGURAS E PRANCHAS

Lista de tabelas

1. Tipos de rochas e minerais
2. Vestígios arqueológicos identificados na região do vale do Paraíba Paulista
3. Tradições arqueológicas distribuídas por município do vale do Paraíba Paulista
4. Grupos indígenas identificados no vale do Paraíba Paulista e área de entorno
5. Porcentagem de peças por setor – Etapa 1
6. Porcentagem de peças por quadra – Etapa 2
7. Porcentagem de peças por tipo de intervenção
8. Resumo das atividades realizadas no sítio
9. Distribuição de peças por etapa de pesquisa de campo
10. Total de intervenções realizadas no sítio nas três etapas
11. Detalhamento dos resíduos produtivos
12. Categoria das peças analisadas
13. Tipo de acabamento de superfície interna
14. Tipo de acabamento de superfície externa
15. Frequência da cor do engobo por superfície
16. Espessura das bandas
17. Classificação dos acabamentos plásticos
18. Porcentagem dos acabamentos plásticos
19. Tipo de borda e inclinação
20. Diâmetro das bordas
21. Vasilhas referentes as subtradições Guaraní e Tupinambá
22. Tipo de matéria-prima identificada no sítio
23. Tipo de córtex.4
24. Detalhamento das datações C14
25. Detalhamento das datações TL

Lista de figuras

1. Mapa “sertão desconhecido”.
2. Bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul
3. Mapa de solos do vale do Paraíba do Sul
4. Pesquisas realizadas em Aparecida

5. Material cerâmico identificado no município de Aparecida
6. Pesquisa realizada por Ruy Tibiriçá em São Jose dos Campos
7. Material cerâmico do sítio Caninhas – município de Canas
8. Vasilhas identificadas no sítio Light – município de Jacareí
9. Mapa do vale do Paraíba Paulista com a indicação de achados fortuitos e/ou sítios arqueológicos
10. Dispersão de grupos indígenas pelo vale do Paraíba Paulista segundo Knivet
11. Dispersão de grupos indígenas pelo vale do Paraíba Paulista segundo Nimuendaju
12. Delimitação aproximada do sítio Santa Marina
13. Áreas trabalhadas durante as três etapas da pesquisa de campo
14. Distribuição das manchas no sítio
15. Atividades GPR
16. Atividades GPR
17. Estrutura funerária
18. Atividades realizadas na etapa 2
19. Atividades realizadas na etapa 2
20. Atividades realizadas na etapa 3
21. Atividades realizadas na etapa 3
22. Atividades realizadas na etapa 3
23. Atividades realizadas na etapa 3
24. Atividades realizadas na etapa 3
25. Atividades realizadas na etapa 3
26. Marca do negativo de esteio
27. Atividades realizadas na etapa 3
28. Atividades realizadas na etapa 3
29. Atividades realizadas na etapa 3
30. Atividades realizadas na etapa 3
31. Delimitação bloco testemunho
32. Delimitação bloco testemunho
33. Perfil estratigráfico da área escavada pelo maquinário
34. Resíduo produtivo identificado na porção sul do sítio
35. Calibradores identificados na porção norte do sítio
36. Fragmento de fuso
37. Tipos de antiplásticos identificados

- 38.Espessura dos antiplásticos identificados
- 39.Frequência e tipos de pastas
- 40.Tipo de pastas diferenciadas
- 41.Exemplos do uso da técnica acordelada
- 42.Fluxograma do processo preparatório de produção cerâmica
- 43.Fragmento de vasilha aberta com a identificação da Zona, Banda e Campo Central.
- 44.Banda vermelha realizada sobre pintura
- 45.Pintura realizada sobre banda vermelha
- 46.Fragmento de borda com duas bandas.
- 47.Fragmento de borda com três bandas.
- 48.Fragmento de borda com ausência de banda.
- 49.Traços identificados nas zonas – superfícies internas
- 50.Traços identificados nas zonas – superfícies externas
- 51.Linhas imprecisas ou “nervosas”
- 52.Pontos formando nuvens de preenchimento.
- 53.Acabamento plástico “repuxado”
- 54.Espessura das peças
- 55.Urna funerária identificada na porção sul do sítio (durante a etapa 2 da escavação)
- 56.Fragmento de vasilha geminada
- 57.Fragmento de possível vasilha geminada com acabamento entalhado no lábio
- 58.Vasilha em miniatura com apêndice
- 59.Fragmento e perfil de possível prato
- 60.Lascas em sílex com marcas de uso
- 61.Núcleo em sílex
- 62.Lâminas de machado identificadas no sítio
- 63.Tipos de percutores identificados
- 64.Provável polidor ativo, podendo ter sido utilizado para afiar gume de machado
- 65.Artefato bruto com modificação não intencional – provável uso final, como polidor
- 66.Plaquetas com marcas de polimento
- 67.Calibradores em arenito identificados no sítio
- 68.Modelo de dispersão Tupi de acordo com Meggers e Evans
- 69.Modelo de dispersão Tupi de acordo com Brochado
- 70.Modelo de dispersão – fluxo e refluxo
- 71.Mapa do vale do Paraíba com indicações da dispersão Tupinambá

72. Perfil da geomorfologia do vale do Paraíba
73. Localização dos Tupinambá (e Tamoio) e Tupiniquim pelo vale do Paraíba Paulista
74. Análise intra-sítio.
75. Planta da Aldeia da Queimada Nova
76. Planta do sítio Santa Marina – distribuição das manchas de terra preta.
77. Planta de uma aldeia Araweté
78. Quadro de datações do sítio Santa Marina
79. Quadro de datações do sítio Santa Marina distribuídas espacialmente
80. Croqui esquemático dos sítios Tupinambá localizados na área de estudo
81. Croqui esquemático dos sítios arqueológicos distribuídos na macro unidade espacial
82. Datações dos sítios arqueológicos Santa Marina e Villa Branca
83. Croqui esquemático de uma aldeia Tupinambá

Lista de pranchas

1. Aspectos da geologia
2. Aspectos da geomorfologia
3. Aspectos da hidrografia
4. Atividades realizadas na etapa 1
5. Atividades realizadas na etapa 2
6. Atividades realizadas por maquinário pesado
7. Atividades realizadas na etapa 3
8. Atividades realizadas na etapa 3
9. Atividades realizadas na etapa 3
10. Croqui esquemático com todas as intervenções realizadas no sítio
11. Tipos de acabamento pintado
12. Tipos de acabamento plástico
13. Tipos de acabamento plástico
14. Tipos de acabamento plástico
15. Tipos de acabamento plástico
16. Projeção de formas
17. Organização do espaço Tupinambá na área de estudo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	15
1. O VALE DO PARAÍBA PAULISTA: UMA PAISAGEM EM CONSTRUÇÃO	16
1.1. A criação de uma paisagem “desalmada”.....	16
1.1.1. Afinal, o que é uma paisagem?.....	20
1.1.2. Paisagem como construção social	22
1.1.3. Paisagem e Arqueologia: ligando os pontos.....	23
1.2. Fisiografia do vale do Paraíba Paulista: características gerais	29
CAPÍTULO 2	45
2. POR ENTRE OS VALES: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO INDÍGENA NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA	46
2.1. Juntando os cacos e as pedras: os vestígios arqueológicos de ontem e de hoje no vale do Paraíba Paulista	47
2.2. Dos cacos e pedras às populações: interpretando os vestígios arqueológicos.....	59
2.2.1. As tradições arqueológicas no vale do Paraíba Paulista: caracterizando os vestígios e os sítios arqueológicos	60
2.3. As populações indígenas do vale do Paraíba Paulista e área de entorno nas narrativas dos séculos XVI ao XVIII	65
2.3.1. Nomeando pessoas: etnônimos no vale do Paraíba Paulista	72
CAPÍTULO 3	77
3. ESCAVANDO O VALE: HISTÓRICO DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO SÍTIO SANTA MARINA	78
3.1. Descobrindo o sítio: histórico da pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina	79
3.2. Descrição das intervenções arqueológicas realizadas no sítio Santa Marina	81
3.2.1. Etapa 1. Intervenções arqueológicas e resultados obtidos.....	82
3.2.2. Etapa 2. Intervenções arqueológicas e resultados obtidos.....	85
3.2.3. Etapa 3. Intervenções arqueológicas e resultados obtidos.....	91
3.3. Por entre os métodos e técnicas utilizadas no sítio Santa Marina: aplicações e resultados.	104
CAPÍTULO 4	110
4. ENTRE CACOS E PEDRAS: ANÁLISE DO CONJUNTO ARTEFATUAL CERÂMICO E LÍTICO DO SÍTIO SANTA MARINA	111
4.1. Conjunto artefactual cerâmico.....	111
4.2. Conjunto artefactual lítico	151

CAPÍTULO 5	160
5. OCUPANDO O VALE: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO TUPI NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA	161
5.1. Origem e dispersão dos grupos Tupi e a ocupação do vale do Paraíba Paulista ...	162
5.1.1. Chegando ao Vale: os Tupi no vale do Paraíba Paulista	166
5.2. Organização espacial do sítio Santa Marina: apontamentos preliminares	171
5.2.1. As manchas de terra preta na configuração espacial do sítio Santa Marina.....	172
5.3. Perspectivas para um modelo de organização social do espaço Tupinambá.....	182
5.3.1. Breve definição dos conceitos <i>Teii</i> , <i>Tekohá</i> e <i>Guará</i>	184
5.4. Classificação dos espaços Tupinambá: uma proposta interpretativa para a área de estudo.....	186
5.4.1. Caracterização da organização do espaço Tupinambá a partir dos sítios arqueológicos localizados na área de estudo	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

O vale do Paraíba Paulista, situado na porção leste do Estado de São Paulo, constitui um importante corredor natural de comunicação (SCATAMACCHIA, 2008) pelas vias terrestres ou pelo rio Paraíba do Sul. Por séculos, esta paisagem foi testemunha da dinâmica sócio-política das populações *valeparaibanas*, formadas tanto por grupos indígenas falantes de línguas do tronco Tupi quanto do Macro-Jê.

A região, durante os séculos XVI e XVII, foi descrita e narrada por cronistas, viajantes e missionários, permitindo que a *Coroa Portuguesa* obtivesse conhecimento sobre suas terras incógnitas e seus habitantes. De posse destas informações, foi possível verificar as condições favoráveis ou não ao processo de colonização e domínio dos territórios da América Colonial.

A literatura colonial, a princípio, rejeitou a possibilidade de reconhecer “o outro” (AGNOLIN, 2005). Construiu-se então a imagem dos índios à sombra de sua própria cultura, “selecionando informações e deixando de acreditar em eventos contrários à lógica que procuravam impor” (MOREAU, 2003, p.25). Com isso, a princípio, todas as populações que se tinham conhecimento foram reunidas em dois grupos, a partir de similaridades linguísticas e culturais, chamados de Tupi e Tapuia.

Os Tupi foram descritos de forma relativamente extensa e precisa (FERNANDES, 2009), ao contrário dos Tapuia (associados aos Jê). Os Tapuia, dispostos no sertão, em oposição ao litoral, e aos Tupi, eram considerados “bárbaros”, povos de “língua travada” e, principalmente, inimigos diretos dos interesses políticos dos agentes colonizadores da Coroa. Dessa forma, as diferenças linguísticas e culturais potencializavam a segmentação entre os povos indígenas. Estas características fizeram com que os europeus adotassem a prática de rotular estas populações¹ através da criação de etnônimos². Para Viveiros de Castro (1993, p.32), a atribuição de etnônimos era “fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius* ameríndio”.

¹ Cabe salientar que historiadores, linguistas e antropólogos também classificaram os povos indígenas com objetivo de determinar sua origem étnica (LOURDES OLIVEIRA, 2006).

² Nome próprio de uma agrupação étnica (UNTERMANN, 1992).

Para exemplificarmos, na área de estudo, na documentação existente para os grupos Tupi há menção sobre os Tupinambá, Tupiniquim, Tamoio, Goitacá, dentre outros (REIS, 1979). Da mesma maneira, os dados da linguística histórica apontam para região a presença de povos com diferenças linguísticas, como é o caso dos falantes das línguas Tupinambá e Tupiniquim (ou Tupi de São Vicente) (RODRIGUES, 2010).

Cabe salientar que estas populações saíram da Amazônia e percorreram um longo caminho (espacial e temporal) até adentrarem no vale do Paraíba Paulista. Os Tupinambá, por exemplo, só estenderam seus domínios pela paisagem de forma contínua a partir da instalação de redes de aldeias que se comunicavam e se interrelacionavam entre si (NOELLI, 2004, p.384).

De acordo com Fausto (2008, p.384),

várias aldeias, possivelmente ligadas por laços de consanguinidade e alianças, mantinham relações específicas entre si, participando de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando na defesa do território (...), formavam um conjunto multicomunitário capaz de se expandir e se contrair conforme os jogos de alianças e de guerra.

É nesse contexto que inserimos o sítio arqueológico Santa Marina, na composição e no funcionamento de um amplo e complexo sistema constituído por unidades menores (aldeias) “unidas entre si por laços de parentesco e pelos interesses comuns que eles pressupunham, nas relações com a natureza, na preservação da integração tribal e na comunicação com o sagrado” (FERNANDES, 2009, p.24). Esta rede de parentesco entre os povoados e grupos familiares autônomos que permitia o intercâmbio social e econômico era conhecida como *tekohá* (NOELLI, 1993) ou *tecoaba* (ASSIS, 1996).

O sítio arqueológico Santa Marina, associado a uma ocupação Tupi, está localizado no município de Jacareí, identificado no início da década de 1970 e amplamente pesquisado nas décadas de 1990, 2000 e 2009/2010. Estas atividades resultaram na coleta de mais 20 mil peças, entre fragmentos de cerâmica e artefatos líticos, além da identificação de inúmeros vestígios, como terra preta (solo antropogênico), fogueiras, enterramento, etc.

Durante as três etapas da pesquisa arqueológica, diferentes métodos e técnicas foram utilizados, de acordo com os fundamentos teóricos e metodológicos de cada pesquisador. Consequentemente deparamo-nos com resultados diferenciados (escavações pontuais, de superfícies amplas, uso de maquinário pesado etc.), que são avaliados do ponto de vista metodológico, para que possamos compreender não somente as escolhas e os resultados alcançados, mas também a própria formação do registro arqueológico (SCHIFFER, 1972).

Diante do quadro apresentado, esta dissertação tem como objetivos, a partir das fontes da arqueologia, história e linguística: exibir o painel da ocupação indígena no vale do Paraíba Paulista; detalhar os resultados alcançados por meio das análises empreendidas no sítio Santa Marina, mais precisamente, nos conjuntos artefatuais cerâmico e lítico, uma vez que estes apresentam elementos importantes para compreensão da relação entre a organização social e cultura material por estarem relacionados a uma mesma matriz cultural (SOARES, 1997); apresentar os elementos que nos permitam associar este sítio a uma ocupação Tupinambá e; por fim, a partir dos modelos de organização social do espaço Tupi e, por meio da inserção dos sítios arqueológicos Tupi presentes no município de Jacareí, compreender a ocupação no vale do Paraíba Paulista em uma perspectiva maior, inserida no complexo sócio-político Tupinambá.

Para isso, a presente dissertação está organizada da maneira que segue.

No primeiro capítulo, apresentamos o vale do Paraíba Paulista a partir do conceito de paisagem, enquanto construção social. Com isso, detalhamos este conceito tão amplo e cheio de veredas (MENEZES, 2002) de forma que possamos dialogar com elementos afins da arqueologia (como padrão de assentamento, espacialidade, sistema regional, etc.). Por fim, exibimos os aspectos da fisiografia da região, uma vez que a ocupação humana não se dá no abstrato, pressupõe a natureza do ambiente físico (MANO, 2006).

Em seguida, no segundo capítulo, adentramos a paisagem *valeparaibana* e exibimos o histórico da ocupação indígena na região. Para tanto, sistematizamos os dados arqueológicos (sítios e achados fortuitos) presentes na região e os associamos às populações indígenas; em seguida, organizamos os elementos advindos das narrativas

coloniais dos séculos XVI e XVII e; por fim, discutimos, a partir desses elementos, a composição das populações indígenas no Vale do Paraíba Paulista.

Todos os dados provenientes do sítio Santa Marina são destacados no terceiro capítulo. Exibimos também o histórico das pesquisas realizadas no sítio, que envolve os inúmeros trabalhos realizados em épocas distintas; além disso, fazemos uma breve discussão interpretativa dos usos dos métodos e técnicas utilizadas na pesquisa, buscando avaliar a aplicação e os resultados destas intervenções.

No quarto capítulo, detalhamos, a partir do conceito de cadeia operatória (LEMONIER, 1993), os resultados das análises empreendidas no conjunto artefactual cerâmico e lítico.

No quinto capítulo, a partir da proposição de que não há sítios arqueológicos isolados nem sequer na periferia dos assentamentos Tupi (NOELLI, 2004), discutimos as possíveis relações existentes entre o sítio Santa Marina e a paisagem *valeparaibana*, por meio da existência de redes regionais e da estrutura sócio-política de alianças sustentadas por intercâmbios permanentes. Utilizamos dos conceitos de *teii*, *tekohá* (*tecoaba*) e *guará* para compreender a organização social do espaço Tupinambá.

Por fim, apresentamos nas considerações finais os resultados alcançados e os pontos pertinentes obtidos durante a realização desta dissertação.

CAPÍTULO 1

“The landscape is constituted as an enduring record of – and testimony to – the lives and works of past generations who have dwelt within it, and in so doing, have left there something of themselves.”*

Tim Ingold (1993)

* “A paisagem é constituída por um registro duradouro de – e testemunha das – vidas e trabalhos de gerações passadas que habitaram dentro dela, e desta feita, deixaram lá algo de si mesmas”.

1. O VALE DO PARAÍBA PAULISTA: UMA PAISAGEM EM CONSTRUÇÃO

O vale do Paraíba Paulista, localizado entre as íngremes encostas das serras do Mar e da Mantiqueira, foi testemunha, por séculos, dos processos que envolveram diferentes formas de ocupação humana. Pelas fontes da história e, mais recentemente, pelos dados arqueológicos, sabe-se que o Vale constituiu um imenso mosaico cultural formado por grupos indígenas falantes de línguas pertencentes tanto ao tronco linguístico Tupi quanto ao Macro-Jê. No entanto, forjou-se em discursos contemporâneos a homogeneização dessa diversidade em uma região¹ chamada aqui de Vale do Paraíba, ou, em tempos atrás, “o *sertão* por onde corre o rio Paraíba do Sul”. Para que possamos entender o contexto no qual o sítio arqueológico Santa Marina está inserido, faz-se necessário conhecer previamente o Vale do Paraíba Paulista², tanto os elementos que compuseram suas características simbólicas (e ideológicas) como os aspectos físicos que concebem a formação da paisagem *valeparaibana*.

1.1. A criação de uma paisagem “desalmada”

Durante o processo inicial da colonização europeia, as narrativas compostas sobre a América Colonial detalhavam, dentre outras coisas, a ideia de uma “geografia americana” formada tanto pela própria noção de espacialidade do nativo como pela ação dos agentes colonizadores, que tinham como objetivo garantir estratégias de domínio do território americano. De acordo com Kok (2004, p.18), a Coroa assegurou o poder para além do visível, de um território promissor conformado na fronteira do mito e da experiência, “convencionalmente chamado pelos europeus de *sertão*”.

Estabeleceu-se um ponto em comum ao caracterizar a paisagem, distante do litoral e no interior de um dado lugar, que carregou consigo “representações com

¹ Região é aqui entendida como um “conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986, p.32).

² Localizado a leste do Estado de São Paulo, o vale do Paraíba Paulista contempla a mesorregião formada por 39 municípios agrupados em seis microrregiões. O sítio arqueológico Santa Marina, situado no município de Jacaré, está inserido na microrregião de São José dos Campos.

sentidos mais sutis, que de uma forma ou de outra acabaram por personificar estas regiões” (AMANTINO, 2008, p.33).

Dessa forma, neste período, o uso da palavra sertão destinava-se

a um local inculto, distante de povoações ou de terras cultivadas e longe da costa. É oriundo do radical latino “*desertanu*” que se traduz como uma idéia geográfica e espacial de deserto, de interior e de vazio (...) o fato de o sertão ser identificado enquanto um deserto remete sempre à noção de que era vazio de elementos civilizados (*Ibidem*, p.33).

O sertão então trazia consigo a dificuldade de transitar e o perigo eminente.

Na região do vale do Paraíba Paulista³, não foi diferente. Durante a passagem do padre Cristóvão de Gouveia (visitante da Companhia de Jesus), o jesuíta que o acompanhava, Fernão Cardim, narra que, ao passar pela Serra do Mar no ano de 1585, “o caminho é tão íngreme que às vezes íamos pegando com as mãos (...) todo o caminho é cheio de tijucos, o pior que nunca vi, e sempre íamos subindo e descendo serras altíssimas e passando rio caudales e agua frigidissima” (CARDIM, 1980 *apud* KOK, 2004, p.27).

A ideia da região *valeparaibana* como sertão permaneceu até o século XVIII. Na Figura 1, elaborada por Pereira dos Reis⁴ (1979, p.41), é possível visualizar, na área nordeste do mapa, a designação “sertão desconhecido em sua maior parte”. Nessa região atualmente se encontram os municípios de Bananal, Cruzeiro, Cunha dentre outros que foram fundados durante os séculos XVII e XIX.

³ As pesquisas realizadas por Paulo Pereira dos Reis durante as décadas de 1960 e 1970 buscaram compor o quadro histórico da ocupação indígena na região do Vale do Paraíba. Dentre estas, destaca-se o livro publicado em 1979 e intitulado “O indígena do Vale do Paraíba”, pois detalha a participação dos cronistas e escritores na identificação e composição social dos índios da região. De acordo com o autor, há referências do vale do Paraíba feitas por: Diogo García (1527), Padre Manuel de Nóbrega (1549), de Ulrico Schmidl (1552), Hans Staden (1557), André Thevet (1555), Jean de Léry (1556), Magalhães Gandavo (1576) e Gabriel Soares (1587).

⁴ Este mapa foi composto a partir do levantamento de uma extensa bibliografia que compreende crônicas e outros documentos dos séculos XVI e XVII.

Figura 1. Mapa elaborado por Pereira dos Reis (1979) definindo as áreas de ocupação de vilas e aldeias indígenas e, na porção nordeste, área de “sertão desconhecido”.

Portanto, o espaço geográfico “desconhecido” na América Colonial constituiu uma paisagem “natural, virgem, destituída de sinais de interferências humanas, regiões desertas, onde quando muito perambulavam índios” (CORRÊA, 2006, p.66), gerando múltiplas e conflitantes representações e práticas (MENEZES, 2002).

Esses índios perambulantes, aos olhos dos europeus, compartilhavam certas características em comum com a chamada cultura Tupi (que permanecia radicalmente segmentada) e as sociedades não-Tupi (representadas por dezenas de famílias linguísticas distintas), ou ditas Tapuias. As duas categorias genéricas estavam bem fundamentadas, “na medida em que identificava trajetórias históricas diferentes e formas de organização social distintas, fato este destacado em virtualmente todas as fontes quinhentistas” (MONTEIRO, 1994, p.20).

A interpretação historiográfica, por sua vez, feita a partir da leitura dos relatos de cronistas do século XVI e XVII, ignorou a dinâmica interna do Brasil indígena (*Ibidem*, p.18), além de permanecer com interpretações sobre o sertão de forma tradicional. Para

exemplificarmos, Capistrano de Abreu⁵ (1924) detalhou tal paisagem “desconhecida” de forma que ele, como narrador,

estivesse situado na costa, observando o Brasil como alguém que está aportando. Jamais ultrapassou a linha formada pelas terras efetivamente apropriadas, dominadas e povoadas pelos colonos. Além desse território estava o sertão, mas, embora afirme a sua importância para o entendimento da formação do Brasil, jamais penetra, esboça-o como se estivesse muito longe. Quando busca avançar, a sua descrição perde objetividade e o que exhibe é um cenário caracterizado de forma genérica por seus aspectos geográficos, sugerindo uma natureza virgem (CORRÊA, 2006, p.66).

É evidente que outros estudos, como Buarque de Holanda, abordaram a questão de forma dessemelhante, principalmente com as publicações de *Monções* em 1945 e *Caminhos e Fronteiras* em 1957, no qual o autor adentra no cenário desconhecido, “as veredas de pé posto”. A partir daí, a historiografia avança com novos elementos interpretativos por meio dos estudos dos movimentos das bandeiras paulistas de aprisionamento e de exploração de minérios que se deram no decorrer do século XVIII (MENDONÇA, 2009). No vale do Paraíba Paulista, por exemplo, esse movimento foi intenso, pois a região se constituía como uma precípua via para o intercâmbio de populações do planalto, caminho fulcral entre o litoral e o sertão, onde se percorria “a pé”, pelas trilhas indígenas ou pelo rio Paraíba (KOK, 2004).

No entanto, de acordo com Corrêa (2006, p.65), os estudos historiográficos que trataram a paisagem colonial impossibilitaram a concepção desse cenário como algo que ia além das fazendas e das vilas, não obstante a vigência de uma “paisagem indígena” comprimida em aldeias e aldeamentos de índios cristianizados, “os quais, não raro, encontravam-se próximo do povoamento colonial e politicamente compunham um mesmo território”.

⁵ Esta exemplificação está baseada no estudo desenvolvido por Dora Shellard Corrêa (2004 e 2006), no qual a autora trabalha com a inserção do espaço geográfico no relato historiográfico, baseada principalmente nos trabalhos de Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior. Para a autora, “a paisagem construída pelos índios, resultado de suas relações com a natureza, é omitida nessa memória já consolidada na historiografia brasileira (...) o espaço natural, natureza virgem, caracterizado pela mata escura, fechada, tropical, pela caatinga, pela zona árida, mas também pelo espaço aberto de difícil trânsito, pelos campos com vegetação rasteira, por rios encachoeirados (...) onde os índios se escondem nas matas, vivem errantes isolados em pequenos grupos, e poucas marcas deixam de sua existência” (2006, p.67).

Tem-se, então, dois movimentos concomitantes: o detalhamento da paisagem da América Colonial, e a descrição “metaforizada” das populações indígenas (MOREAU, 2003; FONSECA, 2011). Desse movimento, cristalizou-se a ideia do sertão em oposição ao litoral, propiciando interpretações alusivas ao desconhecido.

Para que seja possível desvencilhar da acepção do vale do Paraíba Paulista enquanto um lugar vazio e natural na perspectiva *sertanista*, e associá-lo à dinâmica e heterogeneidade das populações locais, é necessário explorar o conceito de paisagem enquanto uma construção social, tornando-a, dessa maneira, prerrogativa a quaisquer interpretações feita à região em estudo.

1.1.1. Afinal, o que é uma paisagem?

A etimologia da palavra “paisagem” nos remete a diferentes contextos de definições e criações. No contexto francês, por exemplo, paisagem (*paysage* – o radical *pay* significa ao mesmo tempo habitante e território) foi definida pela geografia descritiva em seus aspectos “naturais”; já no alemão (*landschaft* – origem *landschaffer*, que significa criar a terra, produzir a terra) estabeleceu um complexo natural relacionado à ação humana onde paisagem e cultura se interligavam (NAME, 2010; POZZO & VIDAL, 2010).

Em um primeiro momento, o termo “paisagem” foi utilizado como representação, numa tela, de um determinado “acontecimento enquadrado por uma dada realidade geográfica” (ALVES, 2001). Foi com a pintura no Renascimento italiano e holandês (COSGROVE, 1984) que a paisagem se tornou um meio particular de ver, “uma técnica linear de perspectiva (...) que tinha como objetivo criar imagens realistas da natureza” (PELLINI, 2009). Natureza no sentido de pureza (SIEWERDT, 2007), contemplação (SALGUEIRO, 2001) e, principalmente, de *artialização*⁶.

Na literatura, a natureza também era admirada em sua forma plena nas narrativas sobre o mar, as montanhas e os desertos (LUCHIARI, 2001); idealizada entre a beleza e

⁶A ideia de *artialização* trabalhada por Roger (1997) concebe a paisagem ou um território a partir do momento em que há a transformação de um espaço visível através de uma apreciação estética favorável. Assim, os espaços “penosos e repulsivos” ou desconhecidos, como aqueles encontrados pelos europeus na América Colonial, foram, aos poucos, “reavaliados, segundo novos modelos paisagísticos associados a esses espaços” (ALVES, 2001).

a harmonia, possibilitando a captura de uma realidade “verdadeira” (GOMES, 2001). As narrativas representavam não somente o resultado de uma construção mental individual, mas também o produto da evolução das representações coletivas (ALVES, 2001).

Cabe lembrar que a definição da concepção de paisagem esteve imbuída de aspectos religiosos, os quais se amenizaram durante os séculos XVIII e XIX, quando ocorreu um processo de “laicização da paisagem”, frente à ideia crescente de urbanização, do “homem urbanizado”.

Mais além, no decorrer dos séculos XIX e XX, a paisagem como representação da natureza estabelece um *continuum* entre seus aspectos físicos e culturais, sendo que este último é o resultado da transformação do homem sobre o meio. Destarte passou-se a reconhecer a dialética entre sociedade e cultura de um lado, e o ambiente natural de outro, onde de acordo com Seibert (2006, p.XVI-XVII), “as percepções das pessoas dão forma a como vêem o ambiente, e o ambiente, por sua vez, dá forma às percepções culturais de paisagem existentes em uma dada sociedade”*.

No decorrer do século XX, o estudo da paisagem ganha novos aspectos interpretativos, tornando-se plural e acintosa em todas as áreas do conhecimento, em um processo ininterrupto de transformações⁷, as quais constituem alternativas que não se excluem (MENEZES, 2002). Inúmeras são as possibilidades teórico-metodológicas de interpretação, que vão desde vieses da história agrária (BLOCH, 2001), da cognição (FARINA & BELGRANO, 2004), da fenomenologia (TUAN, 1983; BACHELARD, 1998; MERLEAU-PONTY, 1999), aos histórico-culturalistas (MEGGERS & EVANS, 1973), processualistas (BINFORD, 1982; CLARKE, 1977; KENT, 1987) e pós-processualistas (HODDER & ORTON, 1987; PERSON & SHANKS, 2001).

Diante das diferentes possibilidades interpretativas do conceito de paisagem, apresentamos a seguir alguns pontos e alternativas existentes que não se excluem, mas apontam o posicionamento teórico e metodológico da pesquisa em apreço.

*“people’s perceptions shape how they see the environment, and the environment, in turn, shapes the prevailing cultural perceptions of landscape in a given society” (SEIBERT, 2006, pp.XVI-XVII).

⁷Da mesma forma que outros aspectos teóricos e metodológicos se redefinem e se recriam, a ideia de paisagem enquanto discurso também se renova e “os interditos são rediscutidos, e mesmo algo da singularidade que permite definir uma ‘matriz disciplinar’ no interior da rede de saberes pode sofrer variações mais ou menos significativas à medida que surgem novos paradigmas e contribuições teórico-metodológicos” (BARROS, 2010, p.37).

1.1.2. Paisagem como construção social

O estudo da paisagem é “amplo e cheio de veredas” (MENEZES, 2002), possui elasticidade e ambiguidade, portanto é impossível “apreendê-la de forma totalizante e encarcerá-la em uma definição única” (NAME, 2010). Falar em paisagem, conseqüentemente, é assumir uma posição ou um recorte teórico que necessariamente não levará ao esgotamento da bibliografia sobre o tema, mas possibilitará o exercício do posicionamento do pesquisador frente às possibilidades interpretativas do objeto em questão.

Com isso, entendemos paisagem como uma construção social que está

condicionada pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos) desse mosaico construído. A paisagem evoca significados a partir dos signos e valores atribuídos. Esses signos assumem amplo espectro de propriedades e escalas numa grande semântica própria (GOMES, 2001, p.57).

Tais signos são apropriações estéticas e sensoriais, logo, não há paisagem sem observador. A percepção visual, segundo Menezes (2002), é uma condição fundamental para existência cultural da paisagem. Do mesmo modo, para o autor, não se pode negar que ela tenha uma natureza objetiva, que seja um objeto, pois “considerá-la antes de mais nada como objetivo (portanto um dado, um *a priori*) é ainda permanecer num horizonte restrito, que não seria suficiente para dar conta de todas as dimensões do fenômeno” (*Ibidem*, p.32).

Por outro lado, para além da ideia de natureza, o termo paisagem também é frequentemente relacionado com a palavra espaço ou lugar. Se a paisagem, como vimos, é uma construção social apropriada pelo homem, o espaço é aquilo que dá movimento, vida, a essa paisagem. Santos (1994, p.72) afirma que “a paisagem é a materialização de um instante da sociedade (...), homens fixos como numa fotografia”; o espaço, contrariamente, contém o movimento, onde as relações sociais se estabelecem. Nesse sentido, De Certeau (1998, p.202) caracteriza o espaço da seguinte forma:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...). Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.

De qualquer modo, paisagem e espaço estão intrinsecamente relacionados, são familiares e complementares (FRÉMONT, 1976; TUAN, 1983). Dessa forma, tanto a paisagem *valeparaibana* quanto o espaço no qual o sítio arqueológico Santa Marina está inserido estabelecem um caráter de fenômeno social construído pela ação transformadora dos grupos sociais, exercida por atividades diárias que são socializadas em regras e transformadas em ações corporificadas (BOURDIEU, 1983). Ou seja, é como se o espaço estabelecesse um “senso de identidade” para as pessoas que os habitam, conforme coloca Hodder (1987).

Com isso, o entendimento do sítio vai além de seus limites espaciais, expandindo-os ao entorno imediato, ou seja, na

paisagem onde se inserem os assentamentos pré-históricos, visto tanto em uma perspectiva natural (...) quanto em sua condição simbólica, interpretada e simbolizada pelos grupos que a ocuparam, fazendo parte de sua organização social como um todo. (FAGUNDES & PIUZANA, 2010, p.210).

1.1.3. Paisagem e Arqueologia: ligando os pontos

No campo da arqueologia, a pluralidade dos temas que envolvem o estudo da paisagem (Arqueologia Espacial, Arqueologia da Paisagem, Arqueologia Regional, Arqueologia do Lugar, dentre outros) encontra no sítio arqueológico a unidade de interpretação do comportamento humano⁸. Comportamento este que está diretamente

⁸ Neste ponto, cabe salientar que não existe uma única definição de *sítio arqueológico*. De acordo com Morais (1999, p.4), qualquer definição é válida, “desde que se ajuste a determinado escopo, para a solução de certo problema”. Este autor, por exemplo, em seus trabalhos realizados no trecho paulista da bacia do Rio Paranapanema, no âmbito do PROJPAR (Projeto Paranapanema) caracteriza o sítio

relacionado a conceitos caros à arqueologia, como: continuidade e mudança, simbolismo, organização tecnológica, mobilidade, obtenção de recursos, sistema de assentamentos e suas interconexões, etc. (*Ibidem*, 2010).

Uma discussão se fundamenta com o estabelecimento do Processualismo por volta da década de 1960, ultrapassando, segundo Renfrew e Bahn (1993), o impasse criado pelo empirismo e descritivismo do Histórico-culturalismo. Dentre as novas possibilidades de se interpretar a formação do registro arqueológico, pensar espacialidade facilitou o estabelecimento de novas características ao estudo de padrões de assentamento dos sítios e as relações inter-sítios em uma perspectiva quantitativa, com abordagens geométricas, geográficas e ecológicas (ASSIS, 1996). Da mesma forma, possibilitou a identificação de áreas de captação de recursos e do raio de exploração do potencial em torno de um sítio arqueológico (TRIGGER, 2004).

Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos de Clarke (1977), porque estabeleceram modelos com técnicas estatísticas e quantitativas da ocupação do espaço, permitindo, dessa maneira, captar regularidades e definir padrões de povoamento e suas relações existentes com o meio ambiente, tendo como princípio básico a otimização dos recursos naturais (CARVALHO, 2007, p.36-37). A perspectiva espacial foi influenciada pelo padrão de *site catchment analysis*, formulado por Vita-Finzi e Higgs (1970), baseado em modelos espaciais importados da Geografia Locacional, que tinha como objetivo “avaliar as potencialidades naturais de um dado território ideal de exploração, relacionando-as com a tecnologia empregada” (*Ibidem*, p.37).

De acordo com Carvalho (2007), este horizonte foi duramente criticado pela corrente Pós-processualista, que buscava estabelecer um quadro teórico centrado nas variáveis individuais dos processos na construção social da paisagem. No Processualismo, em sentido oposto, isto incidia

exclusivamente sobre as dimensões físicas e visíveis da sociedade, limitando-se, numa perspectiva funcionalista, a procurar determinar-lhes a sua função prática e tentando explicar sob uma perspectiva meramente económica, e à luz de um determinismo ambiental, a relação homem-meio, simplificando – quantificando e reduzindo a modelos – uma realidade que na sua essência era bastante mais complexa (*Ibidem*, p.42).

arqueológico como “a menor unidade de espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado”.

As questões ambientais ainda estabeleciam forte influência no Processualismo, pois se acreditava que a mudança cultural era uma resposta a um “desequilíbrio temporário” provocado por mudanças ambientais (TRIGGER, 2004, p.260). Esses fatores já dialogavam com as discussões propostas da chamada Arqueologia Ecológica, influenciada pelos trabalhos de Steward (1937, 1938, 1955). Steward, por exemplo, “denominou como ‘ecologia cultural’ a maneira como a adaptação ao ambiente poderia levar a mudanças culturais”. Nesse sentido, a arqueologia baseou os estudos de ecologia cultural basicamente em três pontos: os artefatos serem vestígios do comportamento social e da cultura humana; a realização de estudos de padrão de assentamento levar em consideração as características físicas e humanas existentes; e o papel ativo das variáveis ambientais no desenvolvimento das sociedades (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999-2000, p.18).

No Brasil, o modelo de áreas culturais aplicadas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) tomou como base propostas metodológicas sob o enfoque ambientalista de Steward. Nesse sentido, os trabalhos realizados por Meggers e Evans, principalmente na Amazônia, trouxeram consigo um pouco do neo-evolucionismo da arqueologia americana e da ecologia cultural dos anos de 1950. De acordo com Barreto (1999-2000),

essas culturas foram usadas em terreno brasileiro, identificando variantes culturais ou etnias a uma determinada distribuição de artefatos no tempo ou espaço, se assemelha mais às práticas do difusionismo cultural europeu do que ao neo-evolucionismo ecológico americano. O uso de tais categorias, ainda um tanto ambíguas quanto ao tipo de unidades socioculturais que designam, marcou definitivamente a arqueologia brasileira (*Ibidem*, p.45).

Ainda com relação ao Pós-processualismo, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, os fenômenos e as relações entre o homem e seu ambiente atendia novas perspectivas. Para Ribeiro (2007),

considerando-se que meio-ambiente é o palco da ação humana, é mais do que óbvio que a cultura material (e toda a sua carga simbólica) aí está compreendida. A adaptação ao meio ambiente não se restringe (...) a mecanismos banais e direitos de uma refrega cotidiana entre o homem e o meio físico. A adaptação refere-se aos mecanismos de sobrevivência humana em todos os níveis

ambientais e o contexto histórico-social claramente comporta o contexto geo-físico, sobre o qual o homem age (*Ibidem*, p.95).

Dessa forma, a arqueologia da paisagem avança a novas questões teórico-metodológicas (SCHIFFER, 1972; KENT, 1984; HODDER & ORTON, 1987). Dentre as possibilidades, apresentamos sinteticamente alguns dos pontos que permitem a interpretação da paisagem enquanto construção social.

No artigo de Binford publicado no ano de 1982, intitulado “Archaeology of the Place”, há uma discussão sobre o sistema regional de assentamento, na qual o autor coloca que, por meio do registro arqueológico, é possível se obter informações “sobre a organização da ação humana que ocorreu no sítio*”. Logo, foram estabelecidos processos repetitivos de padrões de deposição (palimpsestos) durante o sistema adaptativo no espaço geográfico, gerando assentamentos perceptíveis por meio da formação do registro arqueológico.

Em similar perspectiva teórica e analítica, mas com objetivos específicos, Zedeño & Bowser publicam em 2009 o artigo “Archaeology of Meaningful Places”, definindo paisagem como lugares onde existem conexões entre identidades, trajetórias e memórias, onde as pessoas e significados convergem em múltiplas escalas de processos que criam o registro do comportamento humano. De acordo com as autoras,

Lugar é distinto de *sítio* na modificação humana mensurável ou visível, não é uma necessária e suficiente condição de lugar, enquanto *sítio* é, por definição da Arqueologia, uma categoria arbitrária na sistemática arqueológica que contém evidência material de atividade humana. (...) Essa distinção importante não pressupõe que um lugar arqueológico exista fora da referência material. Ao contrário, sugere que a ação humana, quer aleatória, oportunista ou proposital, cria e modifica lugares e marca seu significado de maneiras nem sempre respondíveis pela análise arqueológica tradicional. (...) Lugar, como *locus* de atividade, deve ser a unidade de interesse da pesquisa arqueológica porque apreende melhor a amplitude da variação em interações homem-

*“about the organization of the human action which occurred at the site.” (BINFORD, 1982).

solo e homem-recursos que caracterizaram a organização de sistemas culturais do passado* (ZEDENÑO & BOWSER, 2009, p.7).

Nas linhas acima, as autoras seguem um movimento que busca, a todo o momento, a “inter-relação entre cultura, sociedade e espaço, entre sistemas de pensamento, formações econômico-sociais e paisagem”** (CRIADO BOADO, 1999, p.6), com intuito de “compreender o estudo de todos os processos sociais e históricos sem sua dimensão espacial, ou melhor, que pretende reconstruir e interpretar as paisagens arqueológicas a partir dos objetos que os especificam”*** (*Ibidem*, p.12).

Assim, para Criado Boado (1999, p.1),

A compreensão dessas dimensões, no entanto, não é apenas fundamental para entender o passado dos seres humanos no mundo (já que uma parte fundamental desta história é o modo como o ser está no mundo e isto implica antes de tudo determinar como ele se adapta, modifica, utiliza, organiza e compreende o espaço), mas que, além disso, possui uma certa utilidade crítica e atual (já que se relaciona com temas que estão muito próximos da sensibilidade e preocupações as quais na atualidade enfrentam nossas sociedades)****.

* “Place is distinct from site in the visible or measurable human modification is not a necessary and sufficient condition of place, whereas site is, by archaeological definition, an arbitrary category in archaeological systematics that contains material evidence of human activity (...). This important distinction does not imply that an archaeological place exists outside a material reference; rather, it suggests that human action, whether random, opportunistic, or purposeful, creates and modifies places and marks their significance in ways not always is amenable to traditional archaeological analysis (...) Place, as an activity locus, should be the unit interest in archaeological research because it best captures the range of variation in human-land and human-resource interactions that characterized the organization of past cultural systems” (ZEDENÑO & BOWSER, 2009, p.7).

** “interrelación entre cultura, sociedade y spacio, entre sistemas de pensamento, formaciones econômico-sociales y paisaje.” (CRIADO BOADO, 1999, p.6).

*** “compreender el estudio de todos los procesos sociales e históricos sem su dimensión espacial o, mejor, que pretende reconstruir e interpretar los paisajes arqueológicos a partir de los objetos que los concretam” (*Ibidem*, p.12).

**** “La comprensión de estas dimensiones, sin embargo, no sólo es de importancia básica para entender el pasado de los seres humanos en el mundo (ya que una parte fundamental de esta historia es el modo como el ser está en el mundo y esto implica ante todo determinar cómo se adapta, modifica, utiliza, organiza y comprende el espacio), sino que además posee una cierta utilidade crítica y actual (ya que se relaciona com temas que están muy próximos de la sensibilidade y preocupaciones a las que en la actualidad se enfrentan nuestras sociedades)” (*Ibidem*, p.1).

Nota-se que tanto Zedeño & Bowser quanto Criado Boado interpretam o sítio arqueológico além dos vestígios que os qualificam como tal. Por extensão, os aspectos culturais, sociais e econômicos do sítio estão intrinsecamente relacionados com a paisagem em uma perspectiva mais ampla e perene. Essas características também permeiam o conceito de *persistent places*, utilizado por Schlanger (1988, 1992), e nos parece oportuno. Para ele, o termo citado é usado para descrever os locais da paisagem que eram foco de atividades repetidas ao longo do tempo (SCHLANGER, 1992). O autor afirma que *persistent places* podem aparecer em três momentos:

Primeiro, através do reconhecimento de qualidades únicas onde locais particulares estão ajustados a certas atividades; segundo, através de vestígios que focam reocupações uma vez construídas, atraindo reuso e reocupação, e estruturando atividades posteriores; e terceiro, através de processos de ocupação e revisitação de longa duração* (SCHLANGER, 1992, p.92).

Concluindo, buscamos reunir os trabalhos que de alguma forma tratam a paisagem (ou as paisagens) totalmente dinâmica, onde os indivíduos transformam-na e são transformados, em diferentes processos de “experimentação” e construção. É evidente que há inúmeros posicionamentos quanto ao uso desta abordagem, mas o consenso que se estabelece é que o “entorno de ambientação onde se insere um sítio arqueológico, construído em função do uso e da ocupação do solo, ajuda-nos na tarefa de entender a vida pregressa e a cultura” (MORAIS, 1999, p.13).

Para que possamos compreender esta paisagem em todos os seus aspectos e, tendo em vista que a construção da ocupação humana do vale do Paraíba Paulista não se deu no abstrato, pois pressupõe a natureza do ambiente físico (MANO, 2006, p.14), faz-se igualmente necessário apresentar alguns dos aspectos desta região, os quais possibilitam a reflexão sobre pontos pertinentes de qualquer pesquisa arqueológica, como: saber sobre a integração e interação dos grupos indígenas com o ambiente em seus aspectos físicos; quais eram as estratégias de captação de recursos da fauna e flora;

* “First, through the recognition of unique qualities whereby particular locales are suited to certain activities; second, through remains that focus reoccupations once built, attracting reuse and reoccupation and structuring later activities; and third, through long term processes of occupation and revisitation” (SCHLANGER, 1992, p.92).

as preferências por locais em detrimento de outros; as áreas de ocorrência litológica favoráveis à obtenção de matérias-primas, etc. (MORAIS, 1999, p.7).

1.2. Fisiografia do vale do Paraíba Paulista: características gerais

O vale do Paraíba Paulista apresentou recursos necessários para a sobrevivência das populações indígenas que ocuparam a região, da mesma forma que propiciou ao longo do tempo que os indivíduos pudessem dar e adquirir significados particulares e conotações específicas nos lugares habitados (TILLEY, 1994). Com isso, a relação entre o homem com seu ambiente, por meio de apropriações físicas⁹ e simbólicas do espaço tornou possível o estabelecimento das populações na paisagem *valeparaibana* por um longo período de tempo.

A relação duradoura de uso e ocupação de um espaço, chamado por Schlanger (1992) de *persistente place*, criou “um ambiente próprio, já distinto daquele que uma vez fora ocupado em seu estado natural”, e se opõe a um lugar re-ocupado anteriormente, com isso, “longos processos de ocupação e re-visitação de um *locus* podem gerar um atrativo que depende apenas dos conjuntos materiais e artefatuais que contêm em si” (SILVA-MENDES, 2007, p.156),

Busca-se aqui, de forma sintética, apresentar os aspectos da fisiografia do vale do Paraíba Paulista - enfatizando o município de Jacareí e área de entorno - para que possamos identificar os aspectos físicos que possibilitaram o uso continuado da região.

- Aspectos gerais da Geologia

A região do Vale está inserida na faixa de dobramentos leste-sudeste e sua gênese está vinculada a vários ciclos que acompanham o metamorfismo regional, falhamentos e extensas intrusões. O processo epirogenético pós-cretáceo gerou o soerguimento da plataforma sulamericana, reativando os falhamentos antigos,

⁹ Neste caso, de acordo com Silva-Mendes (2007, p.155), as “apropriações físicas” constituem práticas e comportamentos dos indivíduos que envolvem “proximidade de extração de matérias-primas; feições geomorfológicas adequadas que permitam assentamento, observação do entorno e proteção de uma região ocupada; feições com potencial topográfico de acesso de um *locus* a outro; feições únicas paisagísticas que potencializem a economia de um grupo ou que estejam associadas ao comportamento simbólico do grupos (cachoeiras, travessões, cavernas, etc.)”.

produzindo, assim, as escarpas acentuadas e as fossas tectônicas como as do médio Paraíba do Sul (ROSS, 1998).

Duas grandes unidades tectônicas constituem a geologia da região: o Embasamento Cristalino e a Bacia Sedimentar de Taubaté. O Embasamento Cristalino contém as rochas metamórficas que sofreram uma deformação policíclica e faixas de cisalhamentos. As rochas de baixo grau metamórfico são do Grupo Paraíba do Sul, e as principais unidades de afloramento (paragneisses) são do tipo escarnitos, quartzitos e ortogneisses subordinados, eventualmente associados às rochas granulíticas (NARANJO, 1997). A Bacia Sedimentar de Taubaté se insere no complexo cristalino pré-cambriano do leste paulista, no bloco tectônico Paraíba do Sul, cujos limites são dados pelas falhas do Buquira (ao norte) e do Alto da Fartura (ao sul). Regionalmente, caracteriza-se por ser uma bacia tafrogênica, disposta sobre uma faixa orientada segundo a direção E-NE e denominada como Sistema de *Rift* da Serra do Mar ou *Rift* Continental do sudeste do Brasil (ver Prancha 1).

Na área de estudo, o Grupo Taubaté comporta as formações de Tremembé e Caçapava. A formação Tremembé contém folhelhos com níveis pirobetuminosos e argilitos cinzas, intercalando-se com arenitos, siltitos e brechas intraformacionais. Os sedimentos são caracterizados por depósitos pelíticos em ambiente lacustre redutor, com intercalações fluviais (pelotas de argila com estratificação cruzada) na região de Quiririm-Tremembé-Pindamonhangaba. No caso da formação Caçapava, contém sedimentos arenosos e siltosos, com níveis pelíticos presentes em camadas plano-paralelas ou lenticulares, típicas de um ambiente fluvial (HASUI & PONÇANO, 1978 *apud* NARANJO, 1997).

No período Pré-cambriano, são formados os grupos de rochas metamórficas associadas ao Grupo Paraíba e também aquelas associadas ao Grupo Roque e Açungui. Essas rochas se dispunham em grandes blocos, separados por falhas transcorrentes que se processaram ao final desse período, até o Cambro-ordoviciano, agrupando-se em unidades maiores chamadas de “Compartilhamento”. O Grupo Açungui, é constituído, por exemplo, por filitos, xistos, quartzitos, calcários metamórficos, metaconglomerados, anfíbolitos e rochas migmáticas. As rochas deste grupo aparecem na porção sul-sudeste do município de Jacareí, no bairro Cidade Salvador (cerca de 4 km do sítio arqueológico Santa Marina), aflorando num trecho do Ribeirão do Turi ou Colônia (NARANJO, 1997).

PRANCHA 1 – MAPA DA GEOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Quanto aos aspectos apresentados até o momento, da mesma forma que o estudo da geologia permite a compreensão do dinamismo da terra (responsável pela formação das estruturas geológicas), também possibilita que conheçamos a formação e os tipos de rochas presentes na região, as quais provavelmente estariam sendo utilizadas como fonte de matérias-primas pelas populações que viveram no local (ARAÚJO, 1991).

Esse aspecto permite o mapeamento dos marcos e fronteiras de território para captação de recursos, o que engloba mineiras e rochas de boa fratura conchoidal (material lítico) e aqueles elementos presentes nas argilas; no caso, utilizadas para confecção dos vasilhames cerâmicos¹⁰ (MORAIS, 1999, p.9).

Nesse sentido, identificar as fontes de matéria-prima está relacionado ao processo de *cadeia operatória*, que envolvem o processamento dos artefatos líticos e cerâmicos da seguinte forma: busca de matéria-prima (a pedra lascável ou o “barro bom”), as técnicas de processamento (muito particulares em cada caso), o uso do instrumento (que acaba por tipificar as funções de assentamento ou de setores dos assentamentos) e o seu descarte (Ibidem, p.9); seguindo também do seu re-uso (reciclagem) (SCHIFFER, 1972).

Nessa primeira leitura, através do mapa geológico da região (SIRGAS, 2000), detalhamos os tipos de rochas identificadas no município de Jacareí e área de entorno imediato.

Tabela 1. Tipos de rochas e minerais presentes na região de estudo.

Idade	Era	Sigla	Nome	Litotipo 1	Litotipo 2
Arqueano	Neoarqueano	A4PPr	Complexo Rio Capivari	Trondhjemitó, Gnaiss, Migmatito, Ortognaisse	Anfibolito, Rocha Calcissilicática
Fanerozóico	Cenozóico	Er	Formação Resende	Arenito, Conglomerado, Diamictito, Lamito	Calcrete, Siltito Arenoso
		Esp	Formação São Paulo	Arenito, Argilito, Siltito, Arenito Conglomerático	-
		Et	Formação Tremembé	Argilito, Folhelho, Marga, Calcário Dolomítico	Arenito Arcoseano, Calcrete, Siltito, Siltito Argiloso, Arenito Conglomerático, Arenito Fino
		Np	Formação Pindamonhangaba	Arenito, Argilito, Conglomerado suportado por Matriz, Siltito, Arenito Conglomerático	-
		Q2a	Unidade Depósitos aluvionares	Areia, Cascalho	Argila, Silte
Proterozóico	Mesoproterozóico	MP2si	Grupo Serra do	Quartzito, Metapelito,	Turmalinito,

¹⁰A análise de Microfluorescência de Raios X realizada através da avaliação das concentrações de elementos químicos inorgânicos presentes no material cerâmico permite o estudo da determinação das fontes de argila utilizadas na confecção das vasilhas cerâmicas (CUNHA e SILVA *et al.* 2004).

			Itaberaba	Mica xisto	Anfibolito, Rocha Calcissilicática, Formação Ferrífera Bandada, Metandesito, Metabasalto, Metarriolito, Metatufo, Metarcóseo, Rocha Sedimentar Vulcanoclástica, Quartzito Feldspático, Biotita Xisto, Muscovita Quartzito, Muscovita- biotita Xist
	Neoproterozóico	MP2si	Grupo Serra do Itaberaba	Quartzito, Metapelito, Mica xisto	Turmalinito, Anfibolito, Rocha Calcissilicática, Formação Ferrífera Bandada, Metandesito, Metabasalto, Metarriolito, Metatufo, Metarcóseo, Rocha Sedimentar Vulcanoclástica, Quartzito Feldspático, Biotita Xisto, Muscovita Quartzito, Muscovita- biotita Xist
		NP3a_gamma_2Ica	Corpo Granito Cruz do Alto	Monzogranito, Biotita Granito	-
		NP3a_gamma_2Inas	Corpo Granito Natividade da Serra, tipo I	Monzogranito, Biotita Granito	-
		NP3e_gamma_1Isp	Corpo Granito Serra do Palmital	Granito, Tonalito	-
		NP3e_gamma_1S	Corpo Granitóides tipo S, sinorogênicos do Terreno Embu	Granito, Monzogranito, Tonalito	-
		NP3e_gamma_1Sfs	Corpo Granito Fazenda Santa Terezinha	Granito, Granodiorito	-
		NP3e_gamma_1Sro	Corpo Granito Roncador	Granito	-
		NP3e_gamma_1Ssb	Corpo Granito Santa Branca	Granito, Granodiorito	-
		NP3e_gamma_1Ssc	Corpo Granito Santa Catarina	Monzogranito, Sienogranito	Milonito, Protomilonito
		NP3e_gamma_1Ssj	Corpo Granito Serra do Jambeiro	Granito, Monzogranito, Biotita Granito	-
		NP3e_gamma_1Ssl	Corpo Granito Salto	Biotita Granito	-
		NP3e_gamma_1Ssu	Corpo Granito Sabaúna	Granito, Monzogranito	-
		NP3e_gamma_2Isi	Complexo granítico Granito Santa Isabel	Granito, Granodiorito, Quartzo-Monzonito	-
		NP3e_gamma_2it	Corpo Granito Itapeti	Granodiorito, Monzogranito, Quartzo- Monzonito, Biotita	-

			Granito	
NP3e_gamma_2Smc	Corpo Granito Mogi das Cruzes	Monzogranito, Biotita Granito, Granodiorito	-	
NP3ml	(Não definida) Rochas miloníticas	Milonito, Protomilonito, Ultramilonito	Biotita Milonito Gnaiss, Biotita Granito	
NP3p_gamma_2bv	Corpo Granito Serra da Boa Vista	Granodiorito, Monzonito, Biotita Granito	-	
NP3p_gamma_2mc	Corpo Granito Morro Claro/Imbiruçu	Granito, Granodiorito, Biotita Granito	-	
NP3p_gamma_2mi	Corpo Granito Morro Azul/Igaratá	Quartzo-Monzodiorito, Quartzo-Monzonito, Biotita Granito	-	
NP3p_gamma_2Ssi	Corpo Granito Serra dos Índios	Biotita Granito	Migmatito	
NP3p_gamma_2Stb	Corpo Granito Terra Boa	Granodiorito, Biotita Granito		
NP3s_gamma_1Imp	Corpo Granito Morro do Pão	Granodiorito, Monzonito, Quartzo-Monzodiorito	Granito	
NP3s_gamma_1Imt	Corpo Granito Mato Mole	Granito	-	
NP3srbt	Grupo São Roque, Formação Boturuna	Rocha Piroclástica, Ortoanfibolito, Metarcóseo, Metarenito Quartzoso, MetagrauvacaFeldspática, Metapelite	-	
NP3srer	Grupo São Roque, Formação Estrada dos Romeiros	Metarenito Quartzoso, Metapelite, Metarritmico	-	
NPccgm	Complexo Costeiro, unidade granito-gnaissica migmatítica	Gnaiss, Migmatito, Augen gnaiss, Hornblenda-Biotita Granito Gnaiss	Diorito, Tonalito, Anfibolito, Alkali-feldspato Granito, Biotita Monzogranito	
NPccgp	Complexo Costeiro, unidade de gnaisses peraluminosos	Gnaiss, Paragneiss, Gnaiss aluminoso	Anfibolito, Migmatito, Rocha Calcissilicática, Quartzito	
NPccog	Complexo Costeiro, unidade ortognaissica	Gnaiss, Migmatito, Ortognaiss, Biotita Gnaiss	Biotito, Tonalito, Anfibolito, Quartzito, Augen gnaiss, Hornblenda-Biotita Granito Gnaiss, Muscovita-Biotita Gnaiss, Biotita Granito	
NPccq	Complexo Costeiro, unidade quartzítica	Quartzito	Rocha Calcissilicática, Gnaiss aluminoso	
NPegb	Complexo Embu, unidade de gnaisses bandados	Gnaiss Granítico, Biotita Gnaiss	Anfibolito, Ortognaiss, Rocha Calcissilicática, Quartzito, Biotita-Quartzo Xisto	
NPem	Complexo Embu, unidade milonítica	Milonito	Pegmatito, Filito, Metarcóseo, Biotita Xisto, Biotita Quartzito	
NPepg	Complexo Embu, unidade paragnaissica	Biotita Gnaiss, Ortognaiss	Milonito, Anfibolito, Rocha Calcissilicática, Quartzito, Biotita Xisto,	

					Gnaíse Quartzoso
		NPexm	Complexo Embu, unidade de xistos, localmente migmatíticos	Mica xisto, Quartzo Xisto	Milonito, Anfibolito, Rocha Calcissilicática, Metaultramáfica

Por meio da simples caracterização acima, é possível perceber a variedade de tipos de rochas e minerais presentes na região, sendo que nem todos são propícios, por exemplo, para o uso como matéria-prima na formação de instrumentos de uso diário (machados, polidores, afiadores, raspadores, etc.), mas muitas deles permitem, mesmo que de forma hipotética, ao serem encontrados no sítio arqueológico, assinalar e caracterizar áreas específicas de utilidade ou fabricação dos utensílios.

- Aspectos gerais da Geomorfologia

No que concerne aos aspectos geomorfológicos, a região situa-se no Planalto Atlântico, que compreende as zonas do Planalto Paulistano, Planalto de Paraitinga, Planalto de Bocaina e Médio Vale do Paraíba do Sul (ver Prancha 2). O último apresenta duas subzonas: Bacia de Taubaté e Morros Cristalinos (NARANJO, 1997).

Destacamos, pela proximidade com a área em estudo, a zona do Médio Vale do Paraíba, que é caracterizada por uma depressão alongada com relevo de colinas, baixos morros e planícies de várzeas por onde o rio Paraíba do Sul segue seu curso por sinuosos caminhos. Sua subzona Bacia do Taubaté é assinalada pela fossa tectônica do tipo *Rift Valley* com grandes proporções de sedimentos quaternários na planície de inundação e nos baixos terraços ou planícies aluviais ao longo do rio Paraíba. A subzona dos Morros Cristalinos é composta por rochas pré-cambrianas, topos de interflúvios com altitudes variando entre 700 a 900 metros, com duas categorias de relevo: os Morros e Morrotes, que são alongados paralelos constituídos por pequenas e estreitas faixas de transição entre a bacia de Taubaté, e os Morros Cristalinos (representados pelas Serra do Mar – que compreende, localmente, as serras do Quebra-Cangalha e do Jambeiro) e da Mantiqueira.

A região do Vale também compreende o domínio dos Mares e Morros, caracterizada presença de serras e depressões, sendo que as serras são compostas por

relevos acidentados e elaborados em rochas diversas com cristas e cumeadas por bordas escarpadas de planaltos; já as depressões são caracterizadas por relevos planos ou ondulados, localizados abaixo do nível das regiões vizinhas, elaboradas também em rochas de classes variadas (IBGE, 2007).

Nos Mares e Morros predominam a mamelonização extensiva que afeta todos os níveis da topografia (desde 10 m a 1300 m de altitude), constituindo relevos com superfícies aplainadas de cimeira ou intermontanas, patamares de sedimentação e eventuais terraços. Com isso, a presença da decomposição de rochas cristalinas e de processos de convexização em níveis intermontanos constitui a alternância entre a sedimentação e a mamelonização nesses compartimentos. Nas planícies meândricas, por exemplo, há o predomínio de depósitos finos nas calhas aluviais soterrando os *stone-lines* (AB'SÁBER, 2007).

De acordo com Ab'Sáber (2007) o domínio dos Mares e Morros é o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas, já que, além das características geomorfológicas (topos alongados que formam grandes platôs, por exemplo), está sujeito a processos de erosão e de movimentos coletivos de solos (principalmente na Serra do Mar e na bacia do rio Paraíba do Sul).

A Prancha 2 apresenta as características geomorfológicas gerais identificadas no município de Jacareí e área de entorno imediato. Nota-se que, no município em apreço, predominam as Bacias Terciárias; Coberturas sedimentares cenozoicas, que englobam diferentes tipos de depósitos sedimentares, com idade variando de terciária a holocênica; e Terreno Embu, que se caracteriza pelos conjuntos litológicos compostos pela cobertura supracrustal e rochas granitoides.

PRANCHA 2 – MAPA DA GEOMORFOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

- Aspectos gerais da Hidrografia

A bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul compreende a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 02 (UGRHI-02). Percorre uma área total de 55.400 m² incluindo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Só a porção paulista perpassa cerca de 13.500 km² (ver Figura 2).

Figura 2. Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Em verde, localização do município de Jacareí (Fonte: Agência Nacional de Água – ANA – www.comiteps.sp.gov.br).

O Rio Paraíba do Sul é formado pela confluência dos rios Paraibuna (que nasce na Serra do Mar) e Paraitinga (que nasce na Serra da Bocaina). Seus principais afluentes na margem esquerda são os rios Jaguari, Pirapetinga, Pomba e Muriaé e pela direita os rios Una, Bananal, Piraí, Piabanha e Dois Rios (AGEVAP, 2011) (ver Prancha 3).

Dentre os rios, córregos e ribeirões presentes na área em estudo destaca-se o Rio Comprido por seu importante papel na irrigação das várzeas do rio Paraíba do Sul e pelo potencial de degradação que está sujeito em face à crescente urbanização em sua bacia de contribuição. Há também o rio Turi, que atravessa a zona urbana do município de Jacareí, escoando naturalmente as águas pluviais da cidade, e o córrego Guatinga, que está localizado nas proximidades do sítio arqueológico Santa Marina.

Como mencionado anteriormente, a formação geológica por onde passa o Rio Paraíba do Sul é composta por rochas metamórficas e ígneas (relevo acidentado, ondulado e escarpado) que controla a direção e morfologia dos canais e padrões de drenagem, gerando na foz da bacia o depósito de sedimentos areno-siltosos nas áreas de planícies aluviais (várzeas meândricas) (EPE, 2007). As áreas mais rebaixadas estão na região de São José dos Campos e Jacareí, ocupadas atualmente pela horticultura irrigada que utilizam os horizontes superficiais orgânicos e húmicos de organossolos (rico em material orgânico) e gleissolos (constituído por material mineral).

PRANCHA 3 – MAPA DA HIDROGRAFIA DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Além dos aspectos físicos do rio Paraíba do Sul anteriormente descritos, há também as características históricas e simbólicas¹¹ deste rio que, por séculos, tem sido testemunha dos diferentes processos de ocupação humana na região do vale.

O rio Paraíba - do Tupi *pa'ra* (rio) e *a'iba* (curiosamente chamado de rio impraticável à navegação) – teve um papel muito importante no processo de ocupação da região do vale do Paraíba Paulista, sendo considerado “estradas como as veredas terrestres” (BUARQUE DE HOLANDA, 1976). Pelo rio, e em suas cercanias, instalaram-se os primeiros núcleos de povoamento indígena e não-indígena¹².

Assim como o rio Paraíba do Sul, os demais afluentes também foram utilizados como meio de circulação. De acordo com Mendonça (2009, p.42-43), a expedição realizada por André de Leão em 1601 (expedição para o sertão conhecida como “Caminho Velho”), no trecho em que passa pelo vale do Paraíba, descreve que “aqui aparelhadas algumas canoas de casas de arvore, continuamos rio abaixo, durante cinco ou seis dias, e fomos ter a um rio maior [região da foz do rio Jaguary, em frente a atual cidade de São José dos Campos] que corria da região occidental”.

- Aspectos gerais dos Solos

Os solos constituem “material mineral e/ou orgânico inconsolidado na superfície da terra que serve como meio natural para o crescimento de plantas terrestres” (IBGE, 2007). Assim, o interesse no estudo de solos está também na capacidade de ter (ou não) “princípios fertilizantes”, os quais facilitariam o cultivo de alimentos imprescindíveis para as populações locais, como a mandioca e o milho (BROCHADO, 1977).

¹¹Para exemplificarmos, de acordo com Melià (2001), o mito Guarani em relação à água diz o seguinte: “fizeram da água o lugar de sua origem, o centro de sua terra (...). No centro da terra, portanto, está a água, Y Ete, a água autêntica, a genuína, a verdadeira. A água, o centro da terra. Aí é onde começa a vida. A vida da terra é a água”. Em consequente, buscava-se a Água sem Mal (Y marane'y), ou seja, um lugar onde a água era boa e corrente (TOMMASINO, 2008).

¹² Durante a segunda metade do século XVII, diversas expedições penetraram no vale do Paraíba, acarretando na fundação de inúmeras vilas, dentre elas Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651) e Jacareí (1953) (MONTEIRO, 1994; ANTONIL, 2007; MENDONÇA, 2009).

De acordo com o Mapa Pedológico IAC (1999), nas proximidades do município de Jacareí, destacam-se dois tipos de solos: Argissolos Vermelhos-Amarelos (PVA) e os Gleissos Melânicos (GM).

Os PVAs apresentam materiais derivados de granitos, gnaisses e xistos, classificados como solos bastante evoluídos com concentração de argila em profundidade. Os GMs foram classificados como Gleissolos (Húmicos e Hidromórficos Cinzentos), devido à área estar associada a aluviões de calhas e terraços, tendo como característica o constante encharcamento das áreas de várzea (ver Figura 3) (MOURA, 2006).

Figura 3. Mapa de solos simplificado do vale do Paraíba (MOURA, 2006). Em vermelho, destaque para localização do município de Jacareí.

Os solos presentes na área do município de Jacareí apresentam baixa fertilidade natural; no entanto, são favoráveis ao desenvolvimento das plantas (RADAMBRASIL, 1983). O solo presente em Jacareí corresponde a 4,36% com aptidão regular para culturas de ciclo curto; 18,82% restrito para culturas de ciclo longo; e em 60% recomenda-se o uso restrito de pastagens ou silvicultura (EPE, 2007).

- Aspectos gerais do Bioma – vegetação e clima

A região do Vale tem como cobertura vegetal o bioma da Mata Atlântica, compreendendo ecossistemas terrestres com características condicionadas pelo clima e pela topografia local. Originalmente, essa vegetação cobria cerca de 1,3 milhões de km², estendendo-se de norte a sul do país em uma faixa de aproximadamente 300 km ao longo da costa atlântica. Todavia, hoje há menos de 7% da extensão original (principalmente concentrados nas Serras do Mar e da Mantiqueira) e em contínuo processo de desmatamento (*Ibidem*, p.24).

Na região em apreço há duas categorias de floresta: a floresta ombrófila (influenciada por um clima mais úmido) e a floresta estacional (em áreas com climas mais secos). Além das florestas, há ainda pequenas áreas com outros ecossistemas que são integrados à Mata Atlântica, como os campos de altitude (acima de 1.500 m), a vegetação de várzea e as restingas e manguezais.

Atualmente, predominam trechos com vegetação antrópica (vegetação secundária) que compreendem estágios diversos de sucessão das florestas, resultantes de cortes seletivos ou da regeneração de áreas desmatadas.

No que tange ao clima do Vale, está inserido na área tropical sub-quento úmido, que se caracteriza por um período seco (outono-inverno) e outro chuvoso (primavera-verão). As temperaturas oscilam entre 18° e 24° C e estão relacionadas com a topografia da região, pois a orientação das Serras do Mar e da Mantiqueira influenciam o escoamento médio da baixa troposfera, aumentando o regime pluviométrico em função da altitude (*Ibidem*). Nas serras, a temperatura pode atingir a mínima de 10° C e é onde ocorrem os maiores índices pluviométricos.

As características brevemente apresentadas conformam a região do vale do Paraíba Paulista como pertencente, em sua maioria, ao ecossistema da Mata Atlântica, que envolve diferentes biomas. A adaptação das populações a esses biomas não está somente prescritiva aos fatores ambientais, como também em função de “questões geopolíticas, visões de mundo, disposições existenciais, etc.” (MANO, 2006, p.129).

Assim, de acordo com a bibliografia (BROCHADO, 1984; PROUS, 1991; NOELLI, 1993), a Mata Atlântica vigente na região do vale do Paraíba Paulista está relacionada aos povos de uma cultura economicamente “definida pela horticultura do

milho e da mandioca e do aproveitamento máximo dos recursos alimentares dos rios, margens e lagos, e na utilização da canoa como meio de transporte” (MANO, 2006, p.141). No caso, associadas ao uso de grupos do tronco linguístico Tupi.

Da mesma forma, houve na região, áreas de cerrado ou campos que, conforme Prezias (2000), tiveram um papel importante tanto para as populações indígenas como para as europeias. Em uma das passagens de Cardim (membro da Companhia de Jesus) pela região, ele expressou o seguinte comentário sobre os campos: “É terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados de bois, porcos, cavalos, etc, e abastada de muitos mantimentos” * (CARDIM [1583] 1963, p.153 *apud* PREZIA, 2010, p.125).

Para Petrone (1995), as áreas de campos cobriam manchas por entre as áreas de floresta por todo o atual Estado de São Paulo. De acordo com o autor, os europeus, assim como alguns grupos indígenas¹³, preferiram uma vegetação mais aberta para se estabelecerem, pois o colonizador, “depois de atravessar a acanhada faixa litorânea e, em especial, a escarpa da serra do mar e seu reverso imediato, em meio da densa e exuberante mata tropical, inevitavelmente valorizaria a clareira dos campos” (*Ibidem*, p.38).

Concluindo, este capítulo se concentrou em explorar o vale do Paraíba Paulista em seus aspectos paisagísticos, sejam eles “naturais” ou culturais. Esses fatores apresentam características imprescindíveis para compreender a região como um todo.

Destarte, ultrapassada as íngremes barreiras da paisagem, cabe agora, no capítulo seguinte, adentrar pelos vales e chegar até os indivíduos que ocuparam de forma tão diversa e fluida a região *valeparaibana*.

* “Es tierra de grandes campos, fertilíssima de muchos pastos y ganados de bueys, puercos, caballos, etc., y abastada de muchos mantenimientos.” (CARDIM [1583] 1963, p.153 *apud* PREZIA, 2000, p.125).

¹³De acordo com Mano (2006), os povos Jê ocuparam preferencialmente o bioma do cerrado, porque foram empurrados para essas porções da vegetação pelo avanço do Tupi no litoral, se adaptando a ecossistemas “mais frágeis”. Essa adaptação estaria relacionada à ausência de canoas entre grupos Jê, ou seja, onde os cursos d’água não eram caudalosos, e, também, à relação simbólica desse ambiente como “ecossistema integrado de entidades naturais, humanas e sobrenaturais” (*Ibidem*, p.132).

CAPÍTULO 2

“Ninguém sabe de quantos grupos, a única memória que existe é apenas o nome tribal ou, talvez, um apelido qualquer dado por índios vizinhos ou invasores brancos”.

Egon Schaden (1979)

2. POR ENTRE OS VALES: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO INDÍGENA NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Por entre as serras da Mantiqueira e do Mar, que proporcionavam agruras àqueles que desafiavam ultrapassá-las, e as porções litorâneas que abriam as portas ao “novo mundo”, localiza-se o Vale do Paraíba Paulista. Durante os séculos iniciais da colonização europeia, este Vale foi assinalado não somente como “sertão desconhecido” (REIS, 1979), ou apenas como uma profícua via de circulação¹ (tanto terrestre quanto fluvial) (ANTONIL, 2007), mas também como uma paisagem que abrigou por um longo período de tempo centenas de populações indígenas.

Essas populações estavam constituídas em plena diversidade, formando um imenso mosaico cultural. Parte destas culturas, principalmente aquelas associadas ao tronco linguístico Tupi, foram descritas “de forma relativamente extensa e precisa” (FERNANDES, 2009, p.22), ao contrário das não falantes do Tupi, caracterizadas genericamente como Tapuias. Da mesma forma que os indígenas foram dispostos em dois grandes grupos culturais (Tupis e Tapuias), os vestígios destas populações durante décadas foram encaixotados em tradições arqueológicas que, na maior parte das vezes, tinham como utilidade maior a de “nomear coisas” (ARAÚJO, 2007, p.12).

Diante disso, este capítulo tem como objetivo apresentar o quadro da ocupação indígena no Vale do Paraíba Paulista, que envolveu um processo de *longa duração*². Para formulação deste quadro, nos baseamos em dados arqueológicos, nas fontes documentais³ da história (indígena ou quiçá, da etnohistória) e nos dados da linguística,

¹De acordo com Buarque de Holanda ([1957] 2008), as vias de circulação ou “vias de passagem” foram caracterizadas pelo processo conhecido como “civilização adventícia” no qual os caminhos eram mais importantes do que a posse das terras; dessa forma, constituíam-se “rastros” ao invés de populações fixas. No entanto, com o passar do tempo, esses rastros que serviram também como bases para as expedições rumo às minas tornaram-se pequenos povoados e vilas, como é o caso dos atuais municípios de Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651), Jacareí (1653) (MONTEIRO, 1994, p.81), dentre outros.

² O conceito de longa duração é entendido como um elemento que permite “distinguir processos graduais cumulativos e períodos de alternância de forças que transformam a ordem social e cultural levando à alteração social” (TRIGGER, 2004, p.323). Este *continuum* aponta traços comuns, “que não revelam apenas a existência de uma continuidade entre aspectos desarticulados da cultura, mas fundamentalmente os princípios estruturais ou a ordem cultural subjacente – uma unidade de sentido organizada em torno de esquemas culturais típicos” (ORTNER, 1990 *apud* HECKENBERGER, 2001, p.25).

³ Esse levantamento envolveu a análise das fichas de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA - (disponíveis no *site* do IPHAN), dos Relatórios Técnicos de Arqueologia Preventiva (que se encontram no IPHAN Regional São Paulo), das fontes primárias e secundárias por meio da literatura disponível para região em estudo e; também, a coleta de dados de parte do acervo arqueológico da Fundação Cultural Jacarehy (no município de Jacareí) e no Museu Nossa Senhora Aparecida (na cidade de Aparecida).

os quais permitiram o aprofundamento e conhecimento das populações que habitaram o Vale e, conseqüentemente, a paisagem onde se insere o sítio arqueológico Santa Marina.

2.1. Juntando os cacos e pedras: os vestígios arqueológicos de ontem e de hoje no Vale do Paraíba Paulista

Durante as décadas iniciais do século XX, os municípios do interior paulista passaram por um longo processo de transformações, estimulados pelo movimento estratégico de expansão industrial e pelo desenvolvimento urbano⁴. É neste período que se expandem as manchas urbanas, por meio dos incentivos das construções de novas ruas e avenidas, além do estímulo à implementação de empreendimentos imobiliários (principalmente, no final do século XX).

Com isso, além da transformação das cidades, *brotavam do chão* uma infinidade de cacos e vasilhas de cerâmica, pedras lascadas e polidas, aguçando a curiosidade da população interiorana.

A seguir, detalhamos os vestígios arqueológicos identificados durante esse processo nos municípios do Vale do Paraíba Paulista.

- Município de Aparecida

No município de Aparecida, os primeiros vestígios arqueológicos de que se tem notícia foram encontrados por volta do início do século XX. A síntese destes achados foi compilada por Conceição Borges Ribeiro de Camargo e Vicente de Camargo, e publicados em um dos *Cadernos Culturais do Vale do Paraíba*. De acordo com Camargo & Camargo (1990), o achado inicial se refere a uma “igaçaba com esqueleto em posição vertical”, encontrada durante a realização de obras de manutenção no pátio da Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no ano de 1908.

Anos depois, em 1928, na Rua Ladeira Monte Carmelo descobriu-se outra igaçaba com tampa e, dentro, um “crânio, dentes e ossos”. No ano de 1935, no terreno

⁴ Para exemplificarmos, no município de São Paulo, a política de urbanização no século XX também estimulou mudanças por meio de intensas obras estéticas e sanitárias (KAHTOUNI, 2004, p.76).

da atual Estação Rodoviária, durante a remoção de uma árvore, identificou-se uma “grande igaçaba de 72 centímetros de altura, 1 metro e 75 centímetros de circunferência de borda e 1 metro e 47 centímetros de circunferência no centro, e pintada de vermelho na parte externa”. Cinco anos depois, no terreno onde hoje existe a Catedral Basílica de Nossa Senha de Aparecida, foram achadas “duas peças indígenas de cor clara”. Já no ano de 1952, próximo da Escola Estadual Chagas Pereira, outro “grande vaso despedaçado (...) em forma semi-oval e fundo afunilado (...) com 80 centímetros de altura por 70 de largura”, foi descoberto (CAMARGO & CARMARGO, 1990, p.15).

No mesmo ano, durante a abertura da Rua João Andrade Costa, “um trator deu com várias peças de cerâmica”, incluindo “igaçabas que apresentavam outras menores dentro do bojo, todas pintadas por fora de vermelho e clara por dentro”, dentre estas, uma “possuía a forma de dois cones ligados pelas bases”. No ano seguinte, durante a abertura de uma vala no muro do antigo Convento das Carmelitas, foi localizada outra “peça grande, rasa, em forma de bacia com tampa (...) contendo no interior uma pequena vasilha tipo de alguidar, cor vermelha na parte externa” (*Ibidem*, p.15).

No início da década de 1960, mais afastado do perímetro urbano, próximo ao Porto de Itaguaçu, foram localizados um “cachimbo com careta”, sinais de “terra preta”, uma “panela de bugre” e uma “pequena peça quase inteira, diferente das outras (com asas ao lado e outra menor do mesmo feitio)” (MARANCA, 1969). Nesse mesmo período, foi encontrado um “machadinho em forma de âncora”, no quintal de uma casa localizada na Rua João Alves. Anos depois, outros “fragmentos de cerâmica e fusos” foram identificados na Avenida Colombano Teixeira e outra “igaçaba” foi encontrada na Praça Doutor Benedicto Meirelles.

Na Figura 4 visualizam-se alguns dos vestígios arqueológicos identificados no município de Aparecida, os quais foram pesquisados pela equipe da Prof.^a Conceição (1990).

Figura 4. Retirada de vasilhas cerâmicas pela equipe da pesquisadora Conceição no município de Aparecida (Fonte: CONCEIÇÃO & CONCEIÇÃO, 1990).

Parte dos vestígios arqueológicos coletados pelos pesquisadores foi doada para o Museu da Basílica Nossa Senhora Aparecida e para a Universidade de Taubaté – Unitau (CALI, 1999). Em visita recente ao Museu de Aparecida, observou-se parte do acervo acima descrito, o qual pode ser visto na composição da Figura 5.

Figura 5. Imagens a – c) fragmentos de cerâmica com acabamento plástico; d) base de vasilha com formato cônico. e – g) vasilhas com acabamento pintado na superfície interna; h) vasilha com acabamento alisado e formado cônico. Todas as peças fazem parte do acervo do Museu da Basílica de Aparecida, sendo que apenas as peças e ao h) estão expostas ao público.

- Município de São José dos Campos

No município de São José dos Campos, os primeiros vestígios arqueológicos foram identificados por Ruy Tibiriçá no ano de 1936. De acordo com o pesquisador, ao explorar a “margem direita daquele rio [Paraíba], em um trecho de dois quilômetros mais ou menos, conseguimos encontrar vestígios de cerâmica indígena no alto de uma pequena colina, ao lado de uma grande volta do curso fluvial, onde, supomos, os indígenas teriam, em tempos remotos, encontrado bons pesqueiros para sua subsistência” (TIBIRIÇÁ, 1936, p.140-141). Da mesma forma, próximo do local, mais precisamente na antiga Chácara Boa Vista, foram encontrados artefatos líticos, como pontas de flecha e machados polidos. A Figura 6, abaixo, traz a reprodução feita pelo pesquisador destes vestígios.

Figura 6. Legenda elaborada por Tibiriçá (1936, p.143). Descrição dos vestígios feitos por Ruy Tibiriçá. “1 e 2 – panellas culinarias com adorno em relêvo. 3 – Igaçaba ou urna funeraria typo imbricada – espatulada – napiforme. 4 e 5 – moringa e coscuzeiro de fabricação cabocla, exhibindo adorno indigena. 6 e 7 – pontas de flêcha, de sílex, encontradas na Chacara Bôa Vista. 8, 9 e 10 – typos de machados de pédra do valle do Parahyba. 11 – pistillo de pédra ou ‘mão de pilão’. 12. 13. 14 e 15 – motivos decorativos indigenos usados pelos caboclos actuaes na sua ceramica” [sic].

No mesmo município, no ano de 1946, o Barão Otorino de F. de Cropani e o Sr. João Amoroso Neto identificaram seis áreas com material arqueológico, descritas como: “urna funerária” na Fazenda Serimbura; “urna funerária” no bairro Tatetuba; “fragmentos de cerâmica” no bairro do Cajuru; “urna funerária” com vestígios de ossos humanos no bairro Pernambucana; “artefatos líticos” no bairro Jardim; e “estrutura de terra em forma retangular com 80 cm de altura com função desconhecida” no bairro Lagoa do Rio Comprido (CALI, 1999).

Na década de 1980, outros vestígios (não detalhados) foram identificados nos bairros de Torrão de Ouro, Bairrinhos, Vista Verde e no distrito de Eugênio de Mello. Também foi encontrada “urna funerária” no Jardim Três Josés e outra “vasilha pintada com vestígios de ossos humanos” no Bosque dos Eucaliptos (*Ibidem*).

Em 2004, durante a construção de um estacionamento no bairro Putim, foi identificada uma “urna funerária com 50 cm de largura e 60 de altura contendo um esqueleto bem preservado”.

Um pouco mais distante, no distrito de São Francisco Xavier, foram identificados artefatos líticos lascados (pontas de flechas) que, a princípio, estão associados a uma ocupação mais antiga do local, ou seja, por grupos caçadores-coletores (CALDARELLI, 2001/2002).

Além destes achados fortuitos, muito comuns em todo o Vale do Paraíba Paulista, em São José dos Campos foram identificados três sítios arqueológicos. O primeiro sítio, chamado Colinas, está localizado no bairro Jardim das Colinas, na zona oeste da cidade, caracterizado pela presença de artefatos líticos e fragmentos de cerâmica (A LASCA, 2012); o segundo (sítio Carcará) e o terceiro (Pica-pau Amarelo) estão inseridos no bairro Urbanova, identificados durante a implantação do empreendimento imobiliário Loteamento Alphaville (*Ibidem*, p.5).

Dentre estas novas descobertas, destaca-se o sítio Carcará, pesquisado desde 2008, e que apontou para dois momentos de ocupação, sendo o primeiro por volta de 7790 a 8230 BP⁵, associado a uma ocupação por grupos caçadores e coletores; e o segundo, posterior, relacionado a grupos horticultores/agricultores ceramistas, os quais também construíam e co-habitavam casas subterrâneas (*Ibidem*).

⁵ Datação realizada pelo método AMS - *Beta Analytic Incorporation*.

- Municípios de Guaratinguetá e Roseira

Nos municípios de Roseira e Guaratinguetá, as pesquisas realizadas por Maranca⁶ (1969, p.136) revelaram vestígios arqueológicos constituídos por “fragmentos de cerâmica”. De acordo com a pesquisadora, “toda a cerâmica coletada era simples, de cor em vários tons de cinza, produzidas por acordelamento e com antiplástico de areia. As vasilhas apresentavam boca com diâmetro variando entre 12 e 48 cm e a maioria das bordas eram inclinadas internas, ocorrendo algumas bordas verticais”.

- Município de Paraibuna

No município de Paraibuna, durante a realização do projeto Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Gasoduto Paulínia (SP) – Jacutinga (MG) (coordenado por José Luiz de Moraes e Marisa Coutinho Afonso, Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo) foi identificado o sítio Ribeiro. O material arqueológico constituído por fragmentos de cerâmica e artefatos líticos foi associado a uma ocupação Jê, especificamente a um “povo chamado puri” (MORAIS *et al.* 2009).

Recentemente, durante o levantamento arqueológico realizado por Wagner Bornal, junto à duplicação da Rodovia Tamoios, foi encontrando um novo sítio arqueológico. Distribuídos por cerca de 5.000 m², às margens do Reservatório do rio Paraibuna, fragmentos de cerâmica e artefatos líticos foram identificados e associados à tradição Aratu (UOL NOTÍCIAS, 2013).

- Município de Caçapava

No município de Caçapava, durante a realização de trabalhos de licenciamento ambiental na Rodovia Carvalho Pinto (interligando as cidades de Guararema e Taubaté), seis sítios arqueológicos foram identificados, dentre estes, apenas um associado a

⁶ A pesquisa realizada por Silvia Maranca e equipe no Vale do Paraíba Paulista foi conduzida seguindo os pressupostos estabelecidos pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), o qual estimulava a identificação de sítios arqueológicos através de prospecções extensivas, por meio da realização de cortes estratigráficos nos sítios com objetivo de coletar amostras do material evidenciado. Como resultado, eram elaborados relatórios preliminares das pesquisas realizadas, os quais “constavam dos resumos dos trabalhos de campo, descrevendo, em termos gerais, as sequências cronológicas relativas” (ALVES, 1991, p.23).

ocupação indígena. O sítio Caçapava 1 apresentou centenas de vestígios arqueológicos, além de 36 urnas funerárias e 6 estruturas de fornos (CALDARELLI, 2003).

Também em Caçapava, trabalhos de licenciamento ambiental realizados no ano de 2007 diagnosticaram outros três sítios arqueológicos, constituídos por fragmentos de cerâmica. Nas proximidades deste sítio, outros quatro vestígios foram localizados, incluindo uma “lâmina de machado” (SCIENTIA CONSULTORIA, 2007).

- Município de Canas

No município de Canas, no ano de 2005, foi descoberto o sítio Caninhas, “composto por estruturas funerárias, estruturas de combustão e diversos objetos de uso cotidiano de populações indígenas que habitaram o local” (NAKANO *et al.* 2010, p.123). A Figura 7 apresenta algumas das peças que compõem o conjunto cerâmico do sítio arqueológico.

Figura 7. Fragmentos e vasilhas cerâmicas com motivos decorativos identificados no sítio Caninhas.

- Município de Jacareí

No município de Jacareí, os primeiros vestígios da ocupação humana foram identificados no início da década de 1970. Foi nesse período que, durante a realização de “obras rodoviárias e serviços de terraplanagem” (BLASI & GAISSLER, 1991) na região do atual bairro Santa Marina, centenas de fragmentos de cerâmica e artefatos

líticos foram identificados pelos arqueólogos Oldemar Blasi e Miguel Gaissler, do Museu Paranaense.

No entanto, somente no ano de 1987, com visita da arqueóloga Margarida Davina Andreatta do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, que formulou um parecer técnico a respeito dos bens arquitetônicos e arqueológicos do município, o sítio Santa Marina ganha notoriedade (ANDREATTA, 1988). Com isso, esse sítio passa então a ser pesquisado em momentos distintos⁷, divididos em três etapas: no ano de 1990, sob o comando de Oldemar Blasi e Miguel Gaissler; em 1999 pelos arqueólogos Erika Robrahn-González; e entre o final de 2009 e o início de 2010, sob tutela da Zanettini Arqueologia.

Nesse mesmo período, com a expansão dos loteamentos imobiliários no município, outros vestígios foram identificados. Durante a realização do empreendimento Condomínio Villa D'Itália na Estrada Municipal do Pedregulho s/nº, foi localizado o sítio Pedregulho. As etapas de campo ficaram sob a responsabilidade da arqueóloga Maria Cristina M. Scatamachia, realizadas em 1998. Neste sítio, foram identificadas manchas escuras de solo antropogênico (terra preta) e resgatados 7.626 fragmentos de cerâmica e 46 artefatos líticos lascados. A cerâmica foi caracterizada da seguinte forma: “técnica de manufatura acordelada, decorações plástica (ungulada e corrugada) e pintada com padrão decorativo composto de linhas retas horizontais e verticais e de linhas curvas, realizadas com pigmento vermelho sobre branco associados ao preto” (QUEIROZ, 2013).

Em 1990 foi identificado o sítio Rio Comprido I, localizado no *Loteamento Mirante do Vale*, na Estrada Municipal do Rio Comprido, nº. 5001. As atividades de campo foram realizadas entre 1998 e 1999, pelo arqueológico Plácido Cali e os resultados foram publicados no livro *Sítio Arqueológico Rio Comprido I e seu Contexto no Vale do Paraíba* (1999). Segundo Cali, o sítio está assentado em relevo ondulado e sobre um platô em sua área central e está localizado próximo de três nascentes e cursos d'água (córregos Guatinga e Comprido). O material arqueológico identificado é constituído por 174 fragmentos, sendo 151 pré-coloniais (“simples, corrugado, inciso e pintado”) e as demais são históricos (tradição *neobrasileira* e faianças).

⁷ Todos procedimentos adotados e resultados obtidos estão detalhados no capítulo 3 desta dissertação.

Em 1998, durante a construção do *Residencial Villa Branca*, localizado na estrada velha RJ-SP, foram identificados fragmentos de cerâmica na superfície do terreno pelo arqueólogo Wagner Bornal, membro da Fundação Cultural de Jacarehy. As etapas de pesquisa no sítio Villa Branca foram realizadas pela empresa Zanettini/Documento em três etapas: a primeira em 1998, na porção sul do loteamento, resultando na coleta de mais de 20 mil peças, entre fragmentos de cerâmica e artefatos líticos, além de 5 áreas com concentração de solo antropogênico; a segunda fase foi executada no ano de 2001 na porção ao norte do sítio, revelando apenas 52 fragmentos de cerâmica e 1 artefato lítico; e a terceira em 2011, durante o licenciamento de um terreno próximo ao sítio Villa Branca (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011a), outras 312 peças foram identificadas e associadas ao sítio em apreço.

No início do ano 2000, junto à represa Santa Branca, próximo ao Rio Paraíba, foram identificados fragmentos de cerâmica em superfície, posteriormente caracterizados como pertencentes ao sítio Light. As pesquisas de campo foram realizadas pela equipe de arqueologia da Fundação Cultural de Jacarehy (Cláudia Moreira Queiroz e Wagner Gomes Bornal) (CALI, 1999, p.9). O conjunto artefactual resgatado é representado por mais de 20 mil fragmentos de cerâmica e por volta de 2 mil artefatos líticos, além de áreas com solo antropogênico e cinco pontos delimitados por grandes pedras, indicando locais de possíveis sepultamentos (QUEIROZ, 2013). Na Figura 8, são apresentadas algumas das vasilhas cerâmicas identificadas neste sítio, as quais estão sob custódia da Fundação Cultural de Jacarehy.

Figura 8. Alguns exemplares de vasilhas cerâmicas identificadas no sítio Light (Jacareí – SP)

- Município de Ubatuba

O município de Ubatuba conta com dois importantes sítios arqueológicos: sítio Itaguá e sítio Mar Virado.

O sítio Itaguá foi identificado no início da década de 1970, porém escavado entre os anos 1975 e 1976, pelos arqueólogos Caio Del Rio Garcia e Dorah Pinto Uchôa, do então Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo (UCHÔA *et al.* 1984).

Neste sítio, além de material lítico, cerâmico, restos de fogueiras, buracos de estacas e restos de um sepultamento, foram identificados também contas de vidro e um pequeno disco de cobre, indicando o contato com europeus (*Ibidem*, p.51).

Com relação ao sítio Mar Virado, está situado em um complexo costeiro na ilha homônima. Foi pesquisado intensamente desde o início da década de 1980 pela equipe dos pesquisadores Uchôa e Garcia (UCHÔA, 2009). Apresenta vestígios associados a grupos caçadores-coletores e tupiguarani (cerâmicas), além de elementos que constataam a “presença marcante do caiçara”. Ademais, as atividades de campo identificaram grande quantidade de conchas (que constituem a composição de um sambaqui), além de material lítico, material ósseo (sepultamentos), cerâmico, etc.

A Tabela 2 organiza e sintetiza os dados provenientes de achados fortuitos e/ou sítios arqueológicos identificados em municípios que conformam o Vale do Paraíba Paulista.

Tabela 2. Vestígios arqueológicos identificados na região de estudo.

Município	Tipo/descrição	Ano de identificação	Fonte
APARECIDA	Vasilha cerâmica com vestígios esqueléticos.	1908	CAMARGO & CAMARGO, 1990
	Vasilha cerâmica com vestígios esqueléticos.	1928	
	Vasilha cerâmica.	1935	
	Vasilhas cerâmicas (de cor clara).	1940	
	Vasilha cerâmica oval e base afunilada.	1952	
	Vasilha cerâmica com outras menores em seu interior (pintadas de vermelho e branco; e outra semelhante a um cone).	1952	

	Vasilha cerâmica com tampa, em seu interior outra peça menor (do tipo alguidar) pintada de vermelho.	1953	
	Cachimbo com feições humanas, áreas com terra preta e vasilha cerâmica.	1960	
	Machadinho em forma de âncora.	1960	
	Vasilha cerâmica, fragmentos de cerâmica e fusos.	1964	
	Fragmentos de cerâmica	1969	MARANCA, 1969
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Vasilhas cerâmicas e artefatos líticos (pontas de flecha e machados polidos).	1936	TIBIRIÇÁ, 1936
	Vasilhas cerâmicas (com vestígios esqueléticos) e artefatos líticos	1946	CROPANI & NETO, 1946 apud CALI, 1999
	Fragmentos de cerâmica	1969	MARANCA, 1969
	Vasilhas cerâmicas (com vestígios esqueléticos).	1980	CALI, 1999
	Vasilhas cerâmicas (com superfície decorada).	1991	JORNAL VALEPARAIBANO, 1991 apud CALDARELLI, 2003
	Vasilha cerâmica (com vestígios esqueléticos)	2004	MEDEIROS, 2004
	Artefatos líticos lascados (pontas de flechas)	2001/2002	CALDARELLI, 2001/2002
	Sítios arqueológicos Colinas, Carcará e Pica-pau Amarelo	2008	A LASCA, 2012
GUARATINGUETÁ	Fragmentos de cerâmica	1969	MARANCA, 1969
ROSEIRA	Fragmentos de cerâmica	1969	MARANCA, 1969
PARAIBUNA	Sítio arqueológico Ribeiro	2009	MORAIS et al. 2009
	Sítio arqueológico	2013	UOL NOTÍCIAS, 2013
CAÇAPAVA	Sítio arqueológico – Artefatos líticos e cerâmicos	1990	CALDARELLI, 2007
	Sítios arqueológicos - Artefatos líticos e cerâmicos	2004	CALDARELLI, 2007
CANAS	Sítio Arqueológico - Artefatos líticos e cerâmicos	2002	BORNAL & QUEIROZ, 2002, 2004
JACAREÍ	Sítio Santa Marina - Artefatos líticos e cerâmicos	1970	ANDREATTA, 1988; BLASI & GAISSLER, 1991; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010
	Sítio Pedregulho - Artefatos líticos e cerâmicos	1998	SCATAMACHIA, 1998 apud QUEIROZ, 2011
	Sítio Rio Comprido I - Artefatos líticos e cerâmicos	1999	CALI, 1999
	Sítio Villa Branca - Artefatos líticos e cerâmicos	1998	ZANETTINI/DOCUMENTO, 1998; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010
	Sítio Light - Artefatos líticos e cerâmicos	2000	CALI, 1999

UBATUBA	Sítio Itaguá	1984	UCHÔA et al. 1984
	Sítio Mar Virado	2009	UCHÔA, 2009

Na Figura 9, visualiza-se o mapa do vale do Paraíba Paulista indicando os municípios onde estão localizados os *achados fortuitos* e/ou sítios arqueológicos.

Figura 9. Mapa com a localização dos municípios do vale do Paraíba Paulista onde estão inseridos os achados fortuitos e/ou sítios arqueológicos.

Neste levantamento, até o momento apenas nove municípios apresentam vestígios arqueológicos, sendo que na maioria das cidades, como é o caso de Aparecida, foram encontrados apenas achados fortuitos ou realizadas coletas seletivas. Essa característica pode estar relacionada principalmente às formas diferenciadas (no que diz respeito às políticas públicas) que os municípios trataram (e ainda tratam) a preservação do patrimônio arqueológico⁸.

⁸ Ver discussão sobre as políticas públicas no que concerne o Patrimônio Arqueológico Paulista em Wichers (2012).

O município de Jacareí⁹ por exemplo, com base na Lei 3924/61, realizou um Termo de Ajustamento de Conduta que estabeleceu normas para o salvamento de sítios arqueológicos pelos empreendedores imobiliários responsáveis por cada loteamento. Com isso, foram criadas áreas de interesse arqueológico, as quais necessitariam de levantamentos sistemáticos “a serem realizados por profissionais habilitados e contrato pelos empreendedores sob a fiscalização da Fundação Cultural de Jacarey”.

Além das políticas públicas que impulsionaram a obrigatoriedade do salvamento e da preservação do patrimônio arqueológico, houve um processo de institucionalização da arqueologia dentro de museus e centros de pesquisa científica (BARRETO, 1999-2000, p.33), que se iniciou por volta da década de 1960, principalmente com a criação do Instituto de Pré-História e com a renovação da área de arqueologia do Museu Paulista (WICHERS, 2012, p.132-133).

De qualquer modo, independentemente da forma pelo qual os vestígios foram identificados no Vale do Paraíba Paulista, eles apresentam características físicas que permitem associá-los, de acordo com a bibliografia, aos grupos que os produziram (NOELLI, 1993; SOARES, 1997), como veremos a seguir.

2.2. Dos cacos e pedras às populações: interpretando os vestígios arqueológicos

Nas linhas anteriores, apresentamos de forma descritiva o patrimônio arqueológico identificado em nove municípios que fazem parte do Vale do Paraíba Paulista. Todas as referências foram expostas de forma *ipsis litteris*, ou seja, não nos preocupamos naquele momento em interpretar os vestígios evidenciados ou associá-los às populações que os produziram, mas apenas apresentá-los da mesma forma que foram referenciados nos textos selecionados. Assim, evitamos, a princípio, buscar nos vestígios (cerâmico e lítico) características de “fósseis guias” para o reconhecimento das tradições e fases arqueológicas existentes. No entanto, ainda que tão criticada (DIAS, 1994, 1995; MORAIS, 2005; ARAÚJO, 2007), a classificação tipológica e descritiva e, consequentemente, a associação e simples nomeação de um patrimônio arqueológico a uma fase ou tradição, ainda se faz presente na arqueologia brasileira.

⁹ Segundo levantamento realizado por Wichers (2012), a Fundação Cultural de Jacarey é a instituição que mais forneceu endossos para pesquisa no Estado de São Paulo.

Dessa forma, a tradição arqueológica é vista aqui como um ponto de partida para que possamos, em um segundo momento, associar os vestígios aos grupos culturais. Cabe, então, salientar que estes vestígios não “consistem de comportamentos humanos, mas são resultados dos procedimentos e produtos destes comportamentos” (RODRIGUES & AFONSO, 2002, p.156) e de suas transformações (HODDER, 1994).

Contudo, também “não estamos advogando o abandono da utilização da tradição arqueológica, mas sim sua inserção em uma problemática maior” (MORAES, 2007, p.16). Consequentemente, partimos das características gerais da cultura material dos grupos que habitaram a região do Vale do Paraíba Paulista, para, em seguida, estabelecermos uma associação entre tradição arqueológica e família linguística (NOELLI, 1996, p.8), cientes das dificuldades desta correlação (SCHIAVETTO, 2003; SOARES, 2005).

2.2.1. As tradições arqueológicas no Vale do Paraíba Paulista: caracterizando os vestígios e os sítios arqueológicos

A partir do quadro arqueológico apresentado anteriormente, no Vale do Paraíba Paulista há indícios da ocupação de grupos caçadores/coletores, associados à tradição arqueológica Umbu, grupos horticultores/agricultores e ceramistas relacionados às tradições Aratu e Itararé-Taquara (falantes de línguas do Tronco Macro-Jê) e Tupiguarani (falantes de línguas do Tronco Tupi).

No caso dos vestígios associados à ocupação por grupos caçadores/coletores, estes foram encontrados no município de São José dos Campos (TIBIRIÇÁ, 1936), junto à antiga Chácara Boa Vista (pontas de flecha) e também nos sítios arqueológicos Pica-pau Amarelo e Carcará (A LASCA, 2012), sendo que, neste último, a datação realizada pelo método AMS (*Beta Analytic Incorporation*) revelou uma data que situa o sítio entre 9.740 a 10.180 BP ou 7.790 a 8.230 a. C. (*Ibidem*, p.30).

Com relação às ocupações mais recentes, estão associadas às tradições Itararé-Taquara, Aratu e Tupiguarani. Para estas tradições, a seguir, apresentamos uma breve síntese das particularidades principais de cada uma e, em seguida, as associamos aos vestígios encontrados no Vale do Paraíba Paulista.

A tradição Itararé-Taquara¹⁰ foi caracterizada por conter vasilhames pequenos e finos com formas cônicas e cilíndricas, geralmente sem decoração e apresentando cores variando entre marrom escuro, cinza e preta (CHMYZ, 1976), presença de casas subterrâneas (depressões doliniformes escavadas com intuito de fornecer abrigo) (MILLER, 1967), dentre outros aspectos. Teríamos apenas o sítio Carcará (em São José dos Campos) passível de ser associado a esta tradição arqueológica (A LASCA, 2012). Cabe lembrar que no município de Guararema, vizinho do Vale do Paraíba Paulista, foi localizado em 2004 o sítio Topo do Guararema (SCIENTIA CONSULTORIA, 2004), o qual apresentou elementos que poderiam ser associados à tradição Itararé-Taquara.

A tradição Aratu¹¹ é caracterizada pela presença de cerâmica pouco decorada, geralmente com incisões próximas à borda ou com banho vermelho, pastas compostas por antiplástico mineral, vasilhas piriformes, geminadas e com bordas onduladas (PROUS, 1991, p.347), dentre outras particularidades. Assim sendo, de acordo com os dados apresentados anteriormente, teríamos para a região em estudo, vestígios Aratu nos municípios de Aparecida (achados fortuitos), Jacareí (sítio Light), Caçapava (sítio Caçapava I) e Paraibuna (sítio Ribeiro e sítio “sem nome”). Cabe destacar que, no caso do sítio Caçapava I, as datações absolutas inserem o sítio entre os séculos XI e XV (870 ± 40 e 590 ± 50 BP), período no qual situam “deslocamentos, precisamente no contexto da diversificação cultural e pressões populacionais exercidas por outros grupos indígenas, antes da conquista europeia” (GOMES, 2003, p.224).

No caso da tradição Tupiguarani¹², que nos interessa aqui em particular, dentre as demais tradições arqueológicas existentes, talvez tenha sido aquela mais pesquisada

¹⁰ Para o detalhamento desta tradição, dentre os inúmeros autores que abordam o tema, consultar Miller (1967; 1971), Schmitz (1998), Robrahn-González (1999) e, principalmente, Araújo (2007), que faz um apanhado das discussões enfatizando os dados provenientes do Estado de São Paulo. Cabe dizer também que esta tradição está “associada” as atuais populações Kaingang que, atualmente, vem sendo foco de inúmeras pesquisas, em diferentes áreas do saber, como os trabalhos de Silva (2001), Rodrigues (2007), Corteletti, (2012), Navarro (2012) e Souza (2012).

¹¹ Segundo levantamento realizado pela Zanettini Arqueologia (2009), a tradição Aratu está presente no Estado da Bahia (FERNANDES, 2003), no Espírito Santo (PEROTA, 1971), em Tocantins (OLIVEIRA, 2005; MORALES, 2005), em Goiás (WÜST, 1983, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; 2001; VIANA, 1996; PONTIN, 2005; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011b), em São Paulo (MARANCA *et al.* 1994; ALVES & CALLEFFO, 1996; CALDARELLI, 2003; ALVES, 2003, 2004; AFONSO & MORAES, 2005/2006; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008).

¹² Esta tradição tem sido associada aos falantes da família linguística Tupi-guarani, do Tronco Tupi, para isso, estabeleceu-se o termo Tupiguarani escrito em uma só palavra, “considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia” (SCATAMACCHIA, 1981, p.36).

nas últimas décadas. Desde os anos de 1960¹³ (SUSNIK, 1957; CHMYZ, 1976; MEGGERS & EVANS, 1973; HECKENBERGER *et al.* 1998; BROCHADO, 1984, 1989, 1991; NOELLI, 1993, 1996; SILVA, 2000 dentre outros) aos dias atuais (JÁCOME, 2006; MORAES, 2007; ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2008; MILHEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2008; SOUZA, 2008; CORRÊA 2009, *no prelo*; BUARQUE, 2009; CORRÊA-DA-SILVA, 2010; STUCHI, 2010; GARCIA, 2012 etc.), os sítios Tupi tem sido foco de trabalhos de forma ininterrupta por todo o território brasileiro.

Diante disso, não nos cabe aqui, discutir todos os processos que envolvem a caracterização desta tradição arqueológica, já que contamos com inúmeros trabalhos sínteses e detalhados a respeito destas populações¹⁴. Portanto, apresentamos a seguir uma breve composição de dados que definem a tradição.

A tradição Tupiguarani é caracterizada pela presença de cerâmica policrômica (vermelho ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), com acabamento corrugado e escovado, além dos enterramentos secundários em urnas, os machados de pedra polida e a presença de tembetás (CHMYZ, 1976, p.146). Por décadas, de acordo com a classificação *pronapiana* das tradições, os sítios arqueológicos Tupiguarani que porventura apresentassem particularidades parcialmente distintas da matriz cultural Tupi, eram divididos em fases, as quais neste caso chegaram a ultrapassar mais 70 fases (BROCHADO, 1984). A partir disso, entende-se “fase” como qualquer complexo cerâmico, lítico, padrão de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios (CHMYZ, 1976, p.131).

No entanto, é somente na década de 1980¹⁵, com a publicação de sua tese (1984) que Brochado (1984) sugere a divisão da tradição em duas subdivisões: a Tupinambá (relacionado aos Tupinambá do litoral) e a Guaraní (associada aos Guaraní do Sul),

¹³ Refiro-me ao período em que houve a introdução da abordagem difusionista no Brasil trazida por Meggers e Evans, assim como o estabelecimento e criação do PRONAPA. Segundo Noelli (2008, p.22-23), esse momento foi antecedido por outras três fases de pesquisas existentes, com foco na expansão Tupi. São elas: “percepção da unidade linguística dos povos Tupi, descoberta por Martius ([1839] 1867), delineada por Von Den Steinen (1886) e sistematizada por Rivet ([1924] 1952) e Loukotka (1935, 1939, 1950) (...) Erlend Nordeskjold (1924, 1939) e, principalmente, Alfred Métraux (1928) (...) introduziram a teoria do difusionismo e do históricos-culturalismo para explicar as semelhanças entre os povos Tupi (...) Ayrton Rodrigues (1958, 1964, 1984-85), que demonstrou as relações genéticas entre as línguas da família Tupi-guarani e das demais famílias Tupi, que são aperfeiçoadas até o presente” (MOORE & STORTO, 2002).

¹⁴ Para exemplificarmos uma destas sínteses, a partir de 2008 foram publicados três volumes da coleção “Os Ceramistas Tupiguarani” (Vol. 1, 2 e 3), organizada pelos arqueólogos Prous & Lima (2008, 2010a, 2010b) e que trazem inúmeros artigos atualizando as questões Tupi em diferentes regiões do país.

¹⁵ Antes disso, a tradição Tupiguarani era dividida em três subtradições, a pintada, a corrugada e a unglada (SIMÕES, 1972).

sendo que a primeira apresentava uma maior diversidade de motivos pintados e maior número de vasilhas abertas, e a segunda, vasilhas mais profundas e globulares e o predomínio de acabamentos plásticos. Anos depois, o mesmo autor define que o termo “Subtradição Tupinambá” deveria ser usado somente para grupos falantes do Tupinambá, em contraposição aos demais Tupi (ou não Tupinambá) (NOELLI, 1996, p.24).

Destaque-se que essas mudanças estão baseadas em seu modelo interpretativo, que consiste na distribuição geográfica e histórica dos falantes Tupi. Este modelo foi caracterizado pela relação entre as línguas do tronco Tupi e a reclassificação e estudo de relacionamentos das línguas deste tronco, a distribuição geográfica histórica dos falantes Tupi, da tradição tupiguarani e na distribuição geográfica e temporal das datações da cerâmica desta tradição (BROCHADO, 1989, p.65-66). Com isso, se distanciou da “postura adotada pelos idealizadores do PRONAPA na medida em que não restringiu seus horizontes a uma análise dos dados arqueológicos propositalmente dissociados dos contextos culturais” (NOELLI, 2008, p.23).

Nos últimos anos, as pesquisas arqueológicas sobre as populações Tupi tem ganhado aspectos regionais, “mas não em um sentido de analisar o material sem comparações com outras localidades. Regional no sentido de buscar características específicas de cada ocorrência que possam caracterizar cada área dentro do quadro nacional” (CORRÊA & SAMIA, 2006, p.412)

Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos realizados por Moraes (1999-2000) no Vale do Paranapanema, por Ribeiro *et al.* (2009) na costa sul do Estado do Espírito Santo, no nordeste¹⁶ (AFONSO & MORAIS, 2006; MORAES, 2007) e norte (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008) do Estado de São Paulo; no Estado do Rio de Janeiro (BUARQUE, 2009) e no Mato Grosso do Sul (KASHIMOTO, 2003; KASHIMOTO & MARTINS, 2008), correlacionando os dados etnográficos, históricos, os padrões de assentamento e a cultura material que mantêm as particularidades regionais (MORAES, 2007).

¹⁶ Na pesquisa de Moraes (2007), os sítios arqueológicos trabalhados foram classificados como pertencentes aos grupos Tupi do interior, já que não foi possível associá-los à Subtradição Guaraní ou Tupinambá. De acordo com Moraes (*Ibidem*, p.265), apesar dos sítios estudados remeterem à Subtradição Tupinambá, não é viável essa relação, pois “os Tupinambás ocupavam densamente a costa e não a região em apreço”. Assim, a autora define que “a variabilidade formal evidenciada mostra que estamos lidando com ocupações diversificadas daquelas do litoral, mas que pertencem, indubitavelmente, à mesma matriz cultural Tupi”.

Assim, podemos identificar, a partir da cultura material, populações Tupi no Vale do Paraíba Paulista nos municípios de Jacareí (com os sítios arqueológicos Santa Marina, Villa Branca e Rio Comprido I), Aparecida (achados fortuitos), São José dos Campos (achados fortuitos), Guaratinguetá (achados fortuitos), Roseira (achados fortuitos), Canas (sítio Caninhas) e Ubatuba (sítio Itaguá e Mar Virado).

A Tabela 3 classifica os vestígios identificados nos municípios do Vale do Paraíba Paulista de acordo com as tradições arqueológicas.

Tabela 3. Tradições arqueológicas associadas aos artefatos fortuitos e sítios identificados nos municípios do Vale do Paraíba Paulista.

Município	Tradição arqueológica
Aparecida	Aratu e Tupiguarani
São José dos Campos	Itararé – Taquara
Guaratinguetá	Tupiguarani
Paraibuna	Aratu
Roseira	Tupiguarani
Caçapava	Aratu
Canas	Tupiguarani
Ubatuba	Tupiguarani
Jacareí	Tupiguarani e Aratu

Com os vestígios arqueológicos encontrados no Vale do Paraíba Paulista e, consequentemente, a associação entre as tradições existentes, podemos notar a diversidade de grupos que viveram na região. Ao mesmo tempo, classifica-los em tradições, é homogeneizar estas populações. Dessa forma, o passo seguinte, é cruzar estes dados com as fontes existentes da história indígena para que possamos, ao mesmo tempo, ter outros elementos comparativos para nos aproximarmos das populações que ocuparam a região e, por extensão, do lugar onde está localizado o sítio Santa Marina.

2.3. As populações indígenas do Vale do Paraíba Paulista e área de entorno nas narrativas dos séculos XVI ao XVIII

Durante os séculos iniciais da colonização europeia, criaram-se estratégias diversas de domínio do território americano. Tais formas de dominação abarcaram a princípio as porções litorâneas, por conseguinte, áreas “desconhecidas do sertão”.

Nestes lugares, para que o processo de domínio se estabelecesse com êxito, era preciso conhecer as populações ou referenciá-las de alguma forma. Com isso, era necessário, a partir das características físicas ou linguísticas, determinar as condições favoráveis ou não ao processo de colonização. Assim, inúmeros etnônimos foram criados, contemplando agrupações humanas que apresentavam as seguintes características:

Convivência total (de homens, mulheres e crianças), formando uma comunidade econômica e de domicílio; por traços persistentes distintos de outros grupos coetâneos, que se submetem – cada um de sua parte – a condições de mesmo tipo; denominada por um nome comum e exclusivo * (UNTERMANN, 1992, p.19).

A princípio, as populações indígenas foram inseridas, principalmente por similaridades linguísticas, em grupos culturais maiores, mesmo apresentando os aspectos de unicidade propostos por Untermann (1992). Assim, pelas bordas, os europeus encontraram áreas “ocupadas por sociedades que compartilhavam certas características básicas, comuns à chamada cultura tupi-guarani” (MONTEIRO, 1994, p.19).

A aparente tentativa de homogeneização das populações Tupi esbarrou, segundo Monteiro (1994), em dois problemas fundamentais: estas sociedades permaneciam radicalmente segmentadas, e porque havia, em outras porções do território, grupos não-Tupi, representadas por famílias linguísticas distintas (*Ibidem*, p.19), denominadas Tapuia.

* “Convivencia total (de hombres, mujeres y niños), formando una comunidad económica y de domicilio; por rasgos persistentes distinguidos de otros grupos coetâneos, que se someten —cada una por su parte— a condiciones del mismo tipo; denominada por un nombre común y exclusivo” (UNTERMANN, 1992, p.19).

Apesar desta problemática, nas porções litorâneas do atual Estado de São Paulo, as populações indígenas foram organizadas de forma esquemática e genérica (SCATAMACCHIA, 2008, p.117) em três grandes e principais grupos: os Tupinambá (localizados na porção ao norte de São Sebastião), os Tupiniquim (inseridos na zona entre São Sebastião e Cananéia) e os Carijós (dispostos na área ao sul de Cananéia) (PETRONE, 1995; ANTONIL, 2007).

Em contrapartida, os não-Tupi foram chamados de Tapuias, ou seja, grupos em oposição aos próprios Tupi (MANO, 2006, p.220). Para este termo, cabe salientar que, a princípio, foi utilizado por Gândavo em referência a um grupo indígena que vivia próximo ao Rio Maranhão (PUNTONI, 2002) e que, por ventura, era também atribuído a um grupo conhecido como Aymoré. Depois, essa designação passou a ser usada em um esquema classificatório das populações a partir do perfil físico/biológico e pela questão linguística (“povos de línguas travadas”).

De qualquer forma, os Tapuias eram povos Jê (“bravios” e aliados dos franceses) e “contrários ao sistema que a Coroa Portuguesa queria implantar” (MENDONÇA, 2009, p.35). Assim, nunca existiu uma nação Tapuia referenciada por uma realidade etnográfica, baseou-se então, na construção do imaginário destas populações (MANO, 2006, p.310).

Na região do atual Estado de São Paulo, a questão Tupi/Tapuia foi amplamente debatida desde o século XIX na historiografia, envolvendo indefinições com relação à identidade dos grupos Guaianá. No século XX, a discussão se assentou entre Von Ihering, Teodoro Sampaio e Capistrano de Abreu, que acreditavam que os Guaianá eram Jê. Por outro lado, Afonso de Freitas e Plínio Ayrosa corroboravam e insistiam em uma filiação Tupi (PREZIA, 2000).

De acordo com Monteiro (2001, p.180-181), estava em jogo neste caso o mito da origem da sociedade paulista. Pela documentação, os Guaianá “seriam nada mais que os remotos ancestrais dos modernos Kaingang – portanto Tapuias, uma ‘raça’ indígena desprezada pela ciência moderna e pelos defensores do progresso”. Criava-se então um empecilho na construção da identidade histórica paulista, que não gostaria de estar associada à imagem de índios tidos como inimigos, selvagens, bárbaros, cruéis e de língua embaraçada (MANO, 2006).

Além dos Campos de Piratininga, os Guaianá também ocuparam porções do Vale do Paraíba Paulista, sobre as serras do Mar e da Mantiqueira (PREZIA, 2008, p.219-221). Mas no caso das demais populações que ocuparam a região do Vale, do litoral ao sertão, muitas delas foram referenciadas, principalmente, durante os processos transitórios de pessoas e mercadorias entre os atuais Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (via Parati) e o litoral (ELLIS, 1945; MENDONÇA, 2009), por inúmeras vias de ligação¹⁷ terrestre e fluvial. Dessa forma, os caminhos do Vale levavam muitas vezes inúmeras expedições que tinham como objetivo adentrar ao sertão, pois muitos “acreditavam em enriquecer rapidamente (...) e expandir suas posses de escravos” (*Ibidem*, p.42) ao conquistar e explorar novas regiões.

Estimulados pela Coroa Portuguesa, inúmeros bandeirantes, sertanistas e aventureiros partiram rumo ao “desconhecido”, pelos caminhos e vias que, na maioria das vezes, foram criadas pelas populações indígenas locais¹⁸. Dentre as inúmeras expedições de entrada bandeirista, destaca-se a realizada por André de Leão, no ano de 1601, organizada por Dom Francisco de Sousa (sétimo governador da Colônia). Esta expedição percorreu boa parte do Vale do Paraíba Paulista, passando pelos atuais municípios de Jacareí, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá (*Ibidem*, p.42). Toda a viagem durou cerca de nove meses e foi descrita por Orville A. Derby (1899). Ao passar pela porção do Vale do Paraíba Paulista, Derby diz que “não encontramos homem algum, apenas aqui e alli aldeias em ruínas [tribos nômades]” (apud MENDONÇA, 2009, p.45).

Se na viagem de André de Leão apenas aldeias abandonadas são descritas e detalhadas pelo bandeirante, cinco anos antes, a viagem de Knivet em busca por escravos indígenas¹⁹ descreve o contato com índios Puri na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, Tamoios no Vale e Wianasses na Ilha de São Sebastião, além dos

¹⁷ De acordo com Alves (2001, p.11), Antonil relata em 1711 que o primeiro caminho, “dos ‘paulistas’, segue da cidade de São Paulo para as Minas no prazo de ‘pelo menos’ dois meses, ‘porque não marcham de sol a sol, mas até o meio dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde o há, mel de pau e outro qualquer mantimento’. O segundo caminho, partindo do Rio de Janeiro em direção às Minas, é percorrido em menos de trinta dias”.

¹⁸ Vide o Caminho Velho ou Caminho do Ouro e a Calçada do Lorena, trecho pavimentado do antigo Caminho do Mar em fins do século XVIII, localizada no município de Cubatão no Parque Estadual da Serra do Mar, utilizada como via de circulação entre litoral e o planalto (ZANETTINI, 1998).

¹⁹ De acordo com Mendonça (2009, p.58-59) as narrativas de Knivet mostram que havia um comércio de escravos indígenas entre os portugueses e os caciques das tribos existentes, mais precisamente, os Wianasses ou Guaianás.

Já o alemão Hans Staden (1557), em sua experiência junto aos Tupinambá, não só descreveu a localização deste grupo (a 28 milhas da costa), como também identificou os Guaianá na Bahia de Todos os Santos (RJ), os Goitacá no baixo Paraíba do Sul e os Tupiniquim (ou Tupi de São Vicente) a “80 léguas pelo sertão e ao longo do mar umas 40 léguas”.

Da mesma forma, não somente André Thevet (1557) relatou a presença de índios Temiminó (Gato) na baía de Guanabara (RJ), como também o Padre José de Anchieta (1567) confirmou a comparência dos Temiminó na margem esquerda do baixo Paraíba do Sul, no litoral do Espírito Santo e na Baía de Guanabara (RJ). No mesmo período de Thevet, Jean de Léry (1578) identifica os Uetaka (Goitacá) no baixo Paraíba do Sul e no rio Macaé (RJ).

Gabriel Soares (1587) também se referiu aos Goitacá do litoral do Espírito Santo e foz do Paraíba do Sul, aos Tamoios que ocuparam uma região entre o cabo de São Tomé e Angra dos Reis, além dos Guaianá que estavam pela costa da Angra dos Reis até o rio de Cananéia.

Estes dados contidos na publicação de Reis (1979) demonstram a diversidade dos grupos indígenas que habitaram o Vale do Paraíba Paulista e área de entorno. Da mesma forma, outros pesquisadores corroboram com pluralidade destas populações, como é o caso da pesquisa realizada por Curt Nimuendaju, que resultou na publicação no Mapa Etnohistórico. Este mapa tornou-se imprescindível para a localização dos grupos indígenas “atuais” e extintos, além das sedes históricas (aldeias “existentes” e/ou abandonadas) (NIMUENDAJU, 1987, p.37).

Na Figura 11, selecionamos parte do Mapa elaborado por Nimuendaju sobre a área do Vale do Paraíba Paulista, onde é possível verificar uma variedade de grupos falantes de línguas Tupi-guarani (Tamoio, Tupinambá, Tupiniquim, Guarani) e de famílias do Tronco Jê (Puri e Coroadó).

Tamoio e Tupinambá	Litoral Fluminense; Baía de Todos os Santos; 28 milhas de costa e 60 milhas de profundidade; cabo de São Tomé até Angra dos Reis; Angra dos Reis até o rio de Cananéia.	KNIVET (1594-1597 apud SAMPAIO, 1915); DIOGO DE GARCIA (1527, apud REIS, 1979; NÓBREGA (1529 apud REIS, 1979); HANS STADEN [1557] (1990); SOARES (1587 apud REIS, 1979). KNIVET (1594-1597 apud SAMPAIO, 1915); NIMUENDAJU (1987).
Temiminó	Baía da Guanabara (entre o Rio Macacu e a Lagoa de Maricá); litoral do Espírito Santo; margem esquerda do Baixo Paraíba do Sul.	KNIVET (1594-1597 apud SAMPAIO, 1915); THEVET (1557 apud REIS, 1979); ANCHIETA (1867 apud REIS, 1979).
Tupiniquim ou Tupi de São Vicente	Porto Seguro; terras que se estendem pelo sertão adentro, cerca de 80 léguas e ao longo do mar umas 40 léguas.	KNIVET (1594-1597 apud SAMPAIO, 1915); DIOGO DE GARCIA (1527, apud REIS, 1979; NÓBREGA (1529 apud REIS, 1979); HANS STADEN [1557] (1990); ANCHIETA (1867 apud REIS, 1979); NIMUENDAJU (1987).

Desta forma, a partir das fontes apresentadas no Vale do Paraíba e área ao entorno, teríamos “fixados” no local populações formadas pelos índios Goitacá²⁰, Maromimi, Puri, Tamoio ou Tupinambá, Temiminó e Tupiniquim ou Tupi de São Vicente, além, é claro, de povos “volantes”, como os Guaianazes que, fugidos da vila de São Paulo, percorrem todo o Vale do Paraíba Paulista (ANCHIETA *apud* MENDONÇA, 2009).

Cabe ressaltar que o movimento Guaianá e sua futura fixação na região foi importante, pois os aldeamentos indígenas²¹ acarretaram, posteriormente, na fundação dos municípios de São José dos Campos (Aldeia do Rio Comprido)²² e de Taubaté (Aldeia do Itaboaté) (FELIX, 1944). Para complementar, o município de Queluz, localizado no Vale do Paraíba Paulista também teve sua fundação a partir de um aldeamento, mas, neste caso, de índios Puri, no ano de 1800 (MENDONÇA, 2009).

Concluindo, os etnônimos descritos acima apontam para diversidade das populações que ocuparam a região. No entanto, deve-se saber que parte destas denominações, muitas vezes, “não era mais que uma alcunha ou denominação

²⁰ Com relação aos grupos Goitacá, é provável que os mesmos não habitaram o Vale do Paraíba Paulista, uma vez que a única referência a esta população foi feita por Knivet (1594-1597 apud SAMPAIO, 1901) durante sua passagem pela região no final do século XVI, momento no qual houve inúmeras confusões na formulação e denominação de etnônimos aos grupos indígenas locais.

²¹ Aldeamento no sentido de uma “forma pioneira de organização e utilização do espaço, decorrente do processo de colonização europeia”, consistindo assim, em um espaço destinado à “civilização” e doutrinação a partir da religião católica (PETRONE, 1995).

²² O aprofundamento desta discussão pode ser visto nos livros “São José dos Campos e sua História”, de Agê Junior (1979) e “São José dos Campos de Aldeia a Cidade”, organizado por Maria Aparecida Papali (2010).

pejorativa atribuída por outra etnia – neste sentido, o nome era exógeno na maioria das vezes, e não endógeno” (CARVALHINHOS, 2009, p.113), como veremos adiante.

2.3.1. Nomeando pessoas: etnônimos no Vale do Paraíba Paulista

O ato de “nomear pessoas” (MANO, 2006) nos séculos iniciais da colonização estava, antes de tudo, enraizada na ideia de uma representação europeia²³ pré-estabelecida, a qual estimulava que europeus procurassem instaurar diante de um quadro desconhecido “a confirmação do quanto já sabiam, rejeitando, em um primeiro momento, a possibilidade de reconhecer o outro” (AGNOLIN, 2005, p.66). Logo, classificar os povos a partir de etnônimos era condição fundamental da dominação colonial. Estabelecia-se assim um processo de “etnificação” (BOCCARA, 1999) ou “tribalização” (MONTEIRO, 2001), ambos conceitos relacionados ao processo de classificação dos povos subordinados em categorias naturalizadas e estanques.

Essa característica abriu margem para que se instaurasse uma narrativa constituída a partir de formações imaginárias, de cunho simbólico, metafórico, bestial²⁴, de grande “eficiência retórica nas formações ideológicas” (FONSECA, 2011, p.16). Os europeus construíram, então, a “imagem dos índios à sombra de sua própria cultura” (MOREAU, 2003, p.25).

De acordo com Viveiros de Castro, esse processo tem uma característica de congelamento e isolamento das etnias, permeando um fenômeno sociológico e cognitivo pós-colombiano, sendo que a atribuição de etnônimos era “fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius* ameríndio, incompreensão essa fundamentada num conceito substantivista e nacional territorialista, longe da natureza

²³ De acordo com Fonseca (2011, p.16), “a própria recorrência a modelos ideais, míticos e imaginários do passado identificava um sentimento de nostálgico desconforto frente à falência e à decadência a que haviam chegado, no declínio da Idade Média e princípios dos tempos modernos, os ideais verdadeiramente fundadores da integridade civilizacional europeia”.

²⁴ Uma boa referência deste aspecto está contida no livro *Bestiário e discurso do gênero no descobrimento da América e na colonização do Brasil*, de Pedro Carlos Louzada Fonseca. Segundo o autor (2001, p.1), dentre os temas tratados no livro, está também a “significativa influência disseminadora de imagens, figurações e ideias cultivadas pelo imaginário medieval, que – primeiramente originados nos *Physiologi* gregos e latinos e nos seus derivados livros bestiários – podem ser rastreadas como influências motivacionais do tema da bestialização e da sua ordem política e ideológica, que configuraram a composição dos relatos e das iconografias referentes ao descobrimento da América e ao Brasil dos primeiros tempos coloniais”.

relativa e relacional das categorias étnicas, políticas e sociais indígenas” (1993 *apud* MONTEIRO, 2001, p.31).

Além dos processos que envolveram diferentes formas de nomear “o outro”, a criação de etnônimos esteve relacionada a momentos distintos que envolveram fenômenos de extinção (de certas formações étnicas) e da persistência e invenção de etnias (WHITEHEAD, 1993), além da própria autodenominação (PREZIA, 2008).

Estes processos evidentemente ocorreram também durante todo o período que antecedeu a chegada do colonizador. Para Untermann (1992, p.20), a atribuição de um etnônimo está relacionada a três possibilidades:

- 1) No momento em que um agrupamento adota a consciência de sua unidade e de sua delimitação frente a outros grupos, é de se supor que o agrupamento se denomina a si mesmo por um nome que o faz sentir e proclamar sua individualidade como inconfundível;
- 2) No momento em que um grupo tal se dá conta da existência de outras unidades coexistentes na vizinhança, se impõe a si mesmo a obrigação de dar um nome a estes grupos vizinhos;
- 3) Na interação progressiva de vários agrupamentos que vivem em qualquer tipo de contato entre si, não está excluído que um repertório de nomes ganhe tanto prestígio que os grupos aceitem um nome deste repertório sem respeito à procedência do mesmo: por conseguinte, é possível que se denominem a si mesmos mediante um etnônimo que haja sido criado por seus vizinhos ou por outros membros do *continuum* étnico ao qual pertencem*.

Assim, de acordo com Untermann, os etnônimos estão relacionados aos diferentes processos de autodenominação (1) (a partir da “consciência de unidade” dos grupos), de denominação (2) (diante da existência do outro – vizinho) e consentimento e aceitação (do nome criado por seu vizinho) (3). Para o contexto dos índios do Brasil, tomemos como exemplo os termos Guarani e Tobajara (Tabajara).

* “1) En el momento en que una agrupación adopta la consciencia de su unidad y de su delimitación frente a otros grupos, es de suponer que la agrupación se denomina a sí misma por un nombre que la hace sentir y proclamar su individualidad inconfundible; 2) En el momento en que un grupo tal se da cuenta de la existencia de otras unidades coexistentes en la vecindad, se impone a sí mismo la obligación de dar un nombre a estas agrupaciones vecinas; 3) En la interacción progresiva de varias agrupaciones que viven en cualquier tipo de contacto entre sí, no está excluído que un repertorio de nombres gane tanto prestigio que los grupos acepten un nombre de este repertorio sin respeto a la procedencia del mismo: por consecuencia es posible que se denominen a sí mismos mediante un etnónimo que haya sido creado por sus vecinos o por otros miembros del *continuum* étnico al cual pertenecen” (UNTERMANN, 1992, p.20).

De acordo com Prezia, entre os Guarani, sempre houve a “preocupação de se autodenominar, sobretudo visando diferenciar-se do outro, que muitas vezes era considerado inimigo” (*Ibidem*, p.152). Para os Guarani, por exemplo, de acordo com Nimuendaju (1987 apud PREZIA, 2000),

só quem fala exatamente o mesmo dialeto é considerado (...) como membro da tribo. A menor diferença de sotaque em relação ao dialeto da horda é motivo de escárnio e caracteriza a pessoa como estrangeira. Quando se fala em outro dialeto, é frequente os índios se recusarem a entender, embora pudessem fazê-lo. Cada horda reivindica apenas para si o nome da nação toda, (...) quando querem contrapor-se a outras hordas, e quase nunca se consegue que eles revelem a um estranho o apelido da sua horda, por mais solícitos que sejam em divulgar as alcunhas das demais.

Com relação ao termo Tobajara, deriva do advérbio de lugar *toway* ou *tobaí*, significa aquele que está em face (MONTEIRO, 2001, p.45-46). Para Sampaio (1987 [1901], p.331), a combinação *tobaí+yara* refere-se ao “indivíduo fronteiro, aquele que está em frente, o vizinho em face” ou, em alguns casos, definidos apenas como inimigos (STADEN, 1988). Neste caso, o etnônimo Tobajara tornou-se tanto uma referência aos grupos opostos (PREZIA, 2000, p.160) como a “determinados conjuntos de populações Tupi” (CORRÊA *et al.* 2011).

Assim, estes exemplos nos remetem aos dizeres de Skinner e Schwartz (1968; 1975 apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1997, p.31), ao lembrarem que os grupos sempre “formaram-se e transformaram-se sob o efeito das migrações, do comércio e da conquista, e as identidades de grupo eram relativas e mutantes (...), provavelmente não eram entidades culturais isoladas, mas situavam-se em um mosaico de grupos que manifestavam similaridades e diferenças”.

Portanto, o dinamismo e as transformações destas populações impulsionaram a criação etnônimos, antes e depois da chegada do colonizador europeu. No entanto, mesmo diante da diversidade da etnônimos, há elementos comuns entre os grupos que são compartilhados e reconhecidos entre si, como a língua.

Neste caso, a linguística histórica “analisa e compara sistematicamente línguas que poderiam ter tido uma origem comum” (CORRÊA, *no prelo*). Assim, um grupo de

línguas ou famílias linguísticas são “manifestações diversas, alteradas no decorrer do tempo de uma só língua anterior” (RODRIGUES, 1986 apud DIETRICH, 2010, p.9).

Para a região em estudo e, tendo como foco as populações Tupi, teríamos dentre das famílias linguísticas existentes as do *Grupo Costa Brasileira* que contém as línguas Tupinambá, Tupiniquim, Potiguara, Nheengatu, Cocama/cocamilla, omágua/omawa/canga-peba (DIETRICH, 2010, p.12). Deste grupo, no Vale do Paraíba Paulista, teríamos povos falando o Tupinambá (língua da costa brasileira nos séculos XVI a XVII, designadas de tupi depois de 1870) e o Tupiniquim ou *Língua Geral Paulista* (derivada do tupi e expandida com a ação do bandeirantes a outras regiões, vigorando entre a segunda metade do século XVI até a segunda metade do século XIX) (RODRIGUES, 1986; DIETRICH, 2010).

Dessa forma, os elementos não arqueológicos que consistem nos dados advindos das fontes da história e da linguística, na porção que envolve o território do Vale do Paraíba Paulista, apontam para existência de dois grupos com pequenas diferenças culturais e linguísticas²⁵. Estaríamos diante de populações conhecidas como Tupinambá (ou Tamoio) e Tupiniquim (ou Tupis de São Vicente), falantes das línguas Tupinambá e Tupiniquim, respectivamente.

Como vimos, a formação destes grupos está relacionada a um processo de constante transformação. De modo que os Tupinambá e Tupiniquim não representam um conjunto intemporal e imutáveis de “traços culturais” (que envolvem crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias etc.) “transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir” (LAPIERRE, 1997, p.14).

Desse modo, dentre os traços culturais que se perpetuam e permitem o entendimento dos processos de transformações e permanências, além dos métodos comparativos da linguística, que permite rastrear as mudanças ocorridas em uma língua e estabelecer cronologia para tais mudanças (CORRÊA, *no prelo*), a cultura material também possibilita essa leitura.

²⁵ Gabriel Soares (1971 [1587], 332-333 apud MONTEIRO, 2001, p.21-22) faz a seguinte observação sobre a relação entre os Tupinambá e Tupiniquim: “pelo nome tão semelhante destas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos desta nação [Tupinambá]. O motivo da divisão é que têm-se por tão contrários uns dos outros que se comem aos bocados, e não cansam de se matarem em guerras, que continuamente têm”.

A cultura material, segundo Silva (2000, p.10), “possui uma importância fundamental na transmissão e preservação de conhecimentos e na orientação das pessoas em seu ambiente natural e social” (...) Ao mesmo tempo, é veículo a partir do qual os grupos sociais constroem sua alteridade e expressam mensagens sobre o seu modo de pensar e viver”.

Dessa forma, diante do quadro apresentado, onde se encontram inúmeras populações indígenas relacionadas ao tronco linguístico Tupi, habitaram, mais precisamente, os falantes das línguas Tupinambá e Tupiniquim, o estudo da cultura material se faz imprescindível, já que estes grupos apresentam uma relação estreita com a organização social, já que ambas têm a mesma matriz cultural (SOARES, 1997).

Portanto, os capítulos seguintes que envolvem o estudo do sítio Santa Marina (processos formativos, análises intra-sítio, mobilidade, sistema de assentamento, dentre outros) e a análise (cadeira operatória, simbolismo, continuidade e mudança, organização social, etc.) dos materiais arqueológicos identificados permitem caracterizarmos as particularidades evidenciadas, inserindo-as em um contexto mais amplo, contribuindo assim para o entendimento e caracterização das populações Tupi que ocuparam o Vale do Paraíba Paulista.

CAPÍTULO 3

“A partir del momento en que se conoce el contexto de un objeto, éste ya no es completamente mudo. Su contexto nos ofrece las claves de su significado”.*

Ian Hodder (1994)

* “A partir do momento em que se conhece o contexto de um objeto, este já não é completamente mudo. Seu contexto nos oferece as chaves de seu significado”.

3. ESCAVANDO O VALE: HISTÓRICO DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO SÍTIO SANTA MARINA

O sítio arqueológico Santa Marina foi identificado no início da década de 1970, durante a instalação de unidades industriais e de conjuntos habitacionais nas proximidades do bairro Cidade Salvador, em Jacareí - SP. Distribuído por uma área com mais de 450.000 m², o sítio está inserido em diferentes propriedades particulares¹ que, ao longo do tempo, foram sendo licenciadas² do ponto de vista ambiental e, consequentemente, arqueológico.

Este processo ocorreu nos anos de 1991, 1999 e 2009/2010, resultando em três etapas de pesquisa realizadas no âmbito da Arqueologia Preventiva. Durante esses momentos, os trabalhos foram sendo influenciadas por novas perspectivas teóricas e metodológicas que surgiam, ampliando cada vez mais as possibilidades de se interpretar e escavar um sítio arqueológico.

Paralelamente, o avanço do capital estimulou a arqueologia a buscar soluções “inovadoras” para atender as demandas exigidas pelo mercado, como a “troca” do pincel e da pá pelo maquinário pesado, através da Escavação Mecânica (VAN HORN *et al.* 1986). Diante disso, e, independentemente dos métodos e técnicas utilizadas, as intervenções realizadas durante os mais de 30 anos de pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina permitiram que este praticamente fosse todo pesquisado do ponto de vista científico.

Estas atividades permitiram identificar artefatos arqueológicos constituídos por fragmentos de cerâmica, artefatos líticos, manchas de terra preta (solo antropogênico), marcas de esteio, estrutura de sepultamento, fogueiras etc., resultantes da “acumulação

¹Até o ano 1998, o sítio Santa Marina estava inserido em três propriedades particulares: Loteamento Jardim Santa Marina; Companhia de Vidros Santa Marina (Cebrace) e J.B. Reynolds LATASA/Pirelli.

² Este processo é amparado por três instrumentos legais: a Resolução Conama nº 001/86, que está relacionada à avaliação do impacto ambiental que engloba o patrimônio cultural e, consequentemente, as evidências arqueológicas; Portaria 07/88, que normatiza e legaliza as ações de intervenções e resgate do patrimônio arqueológico nacional e Portaria 230/02, que estabelece as ações dos processos de licenciamento ambiental, que inclui a licença prévia, licença de instalação e licença de operação (WICHES, 2012, p.133).

de práticas de indivíduos, resultados de suas atividades rotineiras e repetitivas”* (SHENNAN, 1993).

Notamos também que os vestígios evidenciados apresentam aspectos singulares à cultura Tupi, ou seja, elementos que se referem a práticas de “sociedades onde a reprodução é a ordem social e o comportamento segue uma tradição” (SOARES, 1997, p.24), neste caso, a “tradição arqueológica tupiguarani”.

A partir dos elementos supracitados, este capítulo tem como objetivo: descrever o histórico da identificação do sítio Santa Marina; detalhar todas as intervenções realizadas no sítio durante as três etapas da pesquisa arqueológica; exibir os resultados das intervenções arqueológicas e, por fim; discutir os métodos e técnicas utilizadas durante as etapas de campo desenvolvidas no sítio em questão.

3.1. Descobrindo o sítio: histórico da pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina

Os vestígios arqueológicos pretéritos procedentes de atividades diárias que caracterizam a existência humana em um determinado local (RENFREW & BAHN, 1993), neste caso, no sítio Santa Marina, foram identificados durante a realização da terraplanagem para abertura de uma rua nas proximidades do bairro Cidade Salvador, por volta do início da década de 1970.

Por quase duas décadas o sítio permaneceu no “ostracismo científico” e relegado aos olhares curiosos e instigados da população local. Foi somente no ano de 1987 que, durante a realização de um levantamento dos bens culturais³ do município de Jacareí, os artefatos arqueológicos foram reconhecidos como resquícios “verdadeiros” de uma ocupação indígena. O reconhecimento foi feito pela então arqueóloga Margarida Davina Andreatta, da Universidade de São Paulo. De acordo com Andreatta (1988), o levantamento dos bens culturais no município permitiu, dentre outras coisas, constatar que os artefatos identificados nas proximidades do bairro Cidade Salvador caracterizariam por si só um grande sítio arqueológico denominado Santa Marina, em referência à antiga fábrica de vidros homônima, instalada nas proximidades.

* “accumulation of the practices of individuals, the results of their routinized and repetitive activities” (SHENNAN, 1993).

³ Este levantamento foi feito a pedido do então diretor do Museu Antropológico do Vale do Paraíba (Sr. Adelmir Morato de Lima) e da diretora da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo de Jacareí (Sra. Inês Tereza de Azevedo) (ANDREATTA, 1988).

Além desta constatação, durante a vistoria no sítio, Andreatta coletou alguns fragmentos que, possivelmente, foram encaminhados ao Museu Paulista. Diante das observações realizadas pela pesquisadora, em um Relatório apresentado junto à Fundação Jacarey e Secretaria da Cultura, seguiu-se a orientação quanto à necessidade de preservação do sítio “para posterior pesquisa sistemática, como um testemunho pré-histórico da cidade de Jacareí” (*Ibidem*, p.6).

Três anos depois, em 1991, a convite da Fundação Cultural de Jacarey e, em decorrência da instalação de unidades industriais (Companhia Brasileira de Cristais – CEBRACE e Pirelli do Brasil) e conjuntos residenciais, os arqueólogos do Museu Paranaense, Oldemar Blasi e Miguel Gaissler, foram contratados para realizarem os trabalhos de pesquisa de forma sistemática no sítio em apreço. Para tanto, os pesquisadores partiram de três objetivos:

- (1) Dar destinação coerente aos vestígios, de inegável interesse arqueológico, ali ocorrentes; (2) Contribuir para o melhor entendimento dos acontecimentos sucedidos durante a pré-história e (3) Motivar as demais comunidades do Vale, no sentido da identificação e proteção de vestígios arqueológicos, que, com certa regularidade, vêm ocorrendo no vale paraibano (BLASI & GAISSLER, 1991, p.2).

No decorrer da década de 1990, durante a implantação do loteamento Jardim Santa Marina nas proximidades do terreno anos antes trabalhado por Blasi e Gaissler, novos vestígios arqueológicos foram encontrados em decorrência da construção de casas no local, causando destruição parcial do acervo arqueológico. Diante disso, foi criado um “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta” que previa o salvamento do patrimônio arqueológico ainda em risco de perecimento irreversível, para a definitiva liberação da área aos adquirentes dos terrenos loteados que ainda não haviam sofrido intervenções (ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999).

Anos depois, em decorrência da instalação de um novo condomínio empresarial no local do sítio, novas intervenções foram realizadas, caracterizando a etapa terceira da pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina. A pesquisa ficou a cargo da empresa Zanettini Arqueologia, tendo como responsáveis pela coordenação do projeto os

arqueólogos Paulo Eduardo Zanettini e Camila Azevedo de Moraes Wichers (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010a).

Nesta etapa, parte da pesquisa se concentrou sobre as porções já trabalhadas no ano de 1991, por Blasi e Gaissler. Isso ocorreu devido à ausência de informações detalhadas dos locais exatos das intervenções realizadas e por não termos acesso aos diários de campo, levantamentos topográficos, croquis, perfis estratigráficos, etc., que permitissem a aferição dos setores que sofreram intervenção. Desse modo, como veremos adiante, algumas das intervenções realizadas na etapa três se sobrepuseram às aquelas executadas na primeira etapa de campo.

A seguir, são detalhadas todas as atividades realizadas nas três etapas da pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina.

3.2. Descrição das intervenções arqueológicas realizadas no sítio Santa Marina

O sítio Santa Marina está inserido em grande platô com topo aplainado distribuído por uma área que compreende cerca de 450.000 m², delimitado em 1.500m no sentido N-S e 300 m em L-O. A Figura 12 apresenta a estimativa máxima da delimitação obtida do sítio.

Figura 12. Delimitação aproximada do sítio Santa Marina (Fonte da imagem: Google, 2013).

Por meio de diferentes objetivos e métodos, cada porção do sítio foi sendo escavada ao longo de mais 30 anos de pesquisa. Na Figura 13 é possível visualizar as porções trabalhadas no sítio dividido por etapas. Nota-se que algumas das intervenções realizadas na etapa 3 se sobrepuseram às executadas na etapa 1.

Figura 13. Croqui esquemático das áreas trabalhadas durante as três etapas da pesquisa arqueológica (Fonte da imagem: Google, 2013).

3.2.1. Etapa 1. Intervenções arqueológicas e resultados obtidos

Na etapa 1 da pesquisa foram selecionados 7 setores (ver Prancha 4) que corresponderiam a áreas com concentrações de material cerâmico dispersos em superfície. A partir da delimitação prévia de cada setor, as áreas foram escavadas seguindo métodos variados de intervenção, como veremos a seguir.

De acordo com Blasi e Gaissler (1991) o primeiro setor a ser escavado foi avaliado com o intuito de “esclarecer até que ponto os agentes perturbadores haviam interferido no sítio e ao mesmo tempo averiguar qual a profundidade da camada arqueológica e sua extensão”. Para isso, foram realizadas três quadras de escavação (QA, QB e QC) de 4 m² no sentido L-O do sítio, equidistante 4 metros umas das outras, sendo que a QC coincidiu sobre um talude com um 1 metro de altura por 3 metros de largura, resultante dos trabalhos de remoção do solo para abertura de uma rua.

De acordo com os pesquisadores, o trabalho do maquinário para remoção da terra “não perturbou o depósito arqueológico subjacente, situado entre 10 a 15 cm de profundidade” (*Ibidem*). A escavação dessas quadras foi realizada em níveis artificiais de 10 cm até atingir o solo estéril, na profundidade de 40 cm; todo sedimento retirado foi peneirado.

O setor II primeiramente foi prospectado através de uma trincheira de 1 metro de largura por 20 metros de comprimento no sentido N-S. Em seguida, foi aberta outra trincheira com a mesma metragem no sentido L-O, entrecruzando-se na porção central da anterior. As trincheiras também foram escavadas em níveis artificiais a cada 10 cm, evidenciando a concentração do material arqueológico entre 10 e 15 cm de profundidade. Segundo Blasi e Gaissler, “constatou-se, com este procedimento, que esses indícios ocorriam em toda a área escavada (...), achou-se por bem ampliar em todas as direções os cortes precedentes, mas agora através de quadras de 4 m², as quais terminaram por ensejar uma área de depósitos arqueológicos de 400 m²” (*Ibidem*, p.13).

Para os demais setores, os pesquisadores não detalham minuciosamente todos os procedimentos realizados, no entanto, tomamos como referência um dos croquis esquemáticos presente no Relatório desta etapa de pesquisa: no setor III foram abertas 2 quadras de 4 m² e 5 poços testes de 2 m², no setor IV outras duas quadras de 4 m² cada uma, incidentes sobre o pátio da CEBRACE; no setor V foram abertos 6 poços testes com 2 m² de dimensão e, neste setor, os vestígios foram encontrados “quando se processou a limpeza e preparo do solo, através de trator com arado de disco, para ajardinamento da área” (*Ibidem*, p.15); no setor VI também foram abertos outros 13 poços testes com 2 m²; com relação ao setor VII, não há referência das intervenções realizadas em subsuperfície, mas apenas o relato (no corpo do texto do Relatório) da coleta de vestígios presentes na superfície do terreno correspondente ao Pátio da Fábrica da Pirelli.

Como resultado destas intervenções, foram resgatados 11.402 fragmentos de cerâmica e 20 artefatos líticos, sendo que mais de 70% das peças estavam concentradas no setor II. Na Tabela 5, é possível visualizar as porcentagens que cada setor representaram no volume total de peças.

Tabela 5. Porcentagens de peças por setor.

Proveniência das peças por Setor	Porcentagem de peças resgatadas por Setor
I	5,28%
II	77,35%
III	2,69%
IV	4,43%
V	0,76%
VI	1,34%
VII	8,15%

3.2.2. Etapa 2. Intervenções arqueológicas e resultados obtidos

A segunda etapa da pesquisa se iniciou em abril de 1998, após intervenção do Ministério Público Federal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da criação de um “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta”, diante da construção do Loteamento Jardim Santa Marina sobre a área do sítio em questão, ocasionando a destruição parcial do acervo arqueológico.

De acordo com o Termo de Compromisso (p. 3), procedeu-se em caráter emergencial o salvamento do “patrimônio arqueológico em risco de perecimento irreversível” localizado nas quadras 42, 44, 45, 46 e 47, referentes à área do loteamento Jardim Santa Marina (ver detalhe na Prancha 5).

Os trabalhos foram coordenados pelos arqueólogos Erika Robrahn-González e Paulo Eduardo Zanettini e realizados em 4 momentos, constituindo: 1. Análise de fotos aéreas do local do sítio para mapeamento de manchas de terra preta; 2. Observação da superfície do sítio com intuito de avaliar áreas melhor preservadas; 3. Uso do GPR para leitura do solo e identificação de estruturas e; 4. Abertura de sondagem de 1 m² nas quadras alvo de pesquisa.

Em um primeiro momento, por meio da observação de fotos aéreas da área total do sítio (realizada pelos arqueólogos Wagner Bernal e Cláudia Queiroz), foi possível identificar 18 prováveis áreas (ver Figura 14) com terra preta (solo antropogênico). Deste montante, quatro manchas estavam inseridas na área do loteamento, sendo que apenas as manchas 3 e 4, localizadas no loteamento alvo da pesquisa arqueológica, foram trabalhadas.

Figura 14. Croqui esquemático da distribuição das manchas na área do sítio.

Em um momento seguinte, a equipe em campo avaliou, através da observação da superfície da área do sítio, os diferentes estágios de conservação dos lotes. Em seguida, foi gerado um mapa com o uso e ocupação dos lotes com intuito de constatar os possíveis impactos que o sítio teria sofrido. Para isso, os lotes foram divididos da seguinte maneira: 1. Vazios e não alterados pelas construções; 2. Em fase inicial de construção com pequenas intervenções no terreno e com potencial para realização da pesquisa; 3. Em fase adiantada de construção, dificultando a realização da pesquisa; 4. Ocupado por habitações concluídas ou em fase de conclusão, tornando a pesquisa inviável. A partir desta definição, notou-se que em 73,2% dos lotes era possível realizar a pesquisa arqueológica, pois correspondiam às áreas vazias ou em fase inicial de construção.

Após a identificação dos lotes favoráveis e com maior potencial arqueológico, parte do solo das Quadras 44 e 45 (ver Figura 15) foi analisada com auxílio de um GPR (*Ground Penetrating Radar*). Este método, por ser uma técnica geofísica de alta resolução a pequenas profundidades (não invasiva), detecta a presença de corpos e estruturas metálicas enterradas.

Figura 15. Pesquisadores utilizando o GPR. Em detalhe, o “barquinho” de fibra é utilizado como suporte para antena do instrumento, o qual desliza pela superfície que está sendo investigada (ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999, p.38).

Na Quadra 45 o GPR foi utilizado sobre uma porção da Mancha 4, indicando a presença de vestígios entre 20 e 30 cm de profundidade. Da mesma maneira, foi identificada nesta Quadra uma estrutura funerária, também previamente inspecionada pelo GPR (ver Figuras 16 e 17).

Figura 16. GPR sendo utilizado durante a identificação de estrutura funerária (Acervo Zanettini Arqueologia).

Figura 17. Estrutura de sepultamento identificada na Quadra 45, lote 32, indicando prática de sepultamento na área do sítio. Esta estrutura é composta por duas vasilhas cerâmicas e não apresentou, no momento de sua retirada, material ósseo em seu interior, decorrente da decomposição pela ação do tempo (Acervo Zanettini Arqueologia).

Após a realização destes procedimentos, sobre a planta utilizada para disposição das Quadras do loteamento foi estabelecida uma malha regular de quadriculamento para intervenção em subsuperfície. Foram realizadas sondagens de 1 m² e intervalos regulares de 5 metros de distância entre si, totalizando 172 sondagens e 185 m² de escavação (ver Figuras 18 e 19). A partir destas intervenções foi possível mapear áreas de concentração de cerâmica, artefatos líticos, fogueiras, além da estrutura funerária supracitada.

Figuras 18 e 19. Aberturas de sondagens nos lotes passíveis de pesquisa arqueológica (ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999).

Todas as intervenções realizadas resultaram na coleta de 1.965 peças, sendo que 1.960 são fragmentos de cerâmica e apenas 5 são artefatos líticos. Este material se encontrava disperso por toda a área trabalhada; no entanto, foi possível identificar concentrações de material cerâmico e estruturas, como as de uma fogueira e de um sepultamento (*Ibidem*, p.60). Na Tabela 6 é possível visualizar a porcentagem dos vestígios distribuídos pelas quadras.

Tabela 6. Porcentagens de peças distribuídas pelas quadras.

Proveniência das peças - Quadras	Porcentagem de peças resgatadas pelas Quadras
42	4%
43	2%
44	13%
45	36%
46	40%
48	5%

3.2.3. Etapa 3. Intervenções arqueológicas e resultados obtidos

A terceira etapa da pesquisa no sítio Santa Marina foi realizada entre o final de 2009 e início de 2010. Nesta etapa, inúmeras intervenções foram realizadas, nas quais foram utilizados desde instrumentos mais leves e precisos como também de maquinário pesado (escavação mecânica).

A primeira atividade foi estabelecer a abertura de quadras de raspagem (da camada superficial da vegetação) medindo 25 m², com intuito de verificar possíveis concentrações de artefatos e áreas com manchas de terra preta (ver Figuras 20 e 21). Da mesma forma, em cada quadra foi realizada uma tradagem com 1 m de profundidade com cerca de 30 cm de diâmetro para avaliar a presença ou não de vestígios em subsuperfície.

Figuras 20 e 21. Aberturas de quadra de raspagem medindo 25m² e realização de tradagens na porção nordeste da quadra (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).

Posteriormente, em algumas porções do sítio, com o auxílio de maquinário pesado, foram abertas malhas de supressão controlada (raspagem) da camada superficial da vegetação, sendo que, na área de maior concentração de vestígios arqueológicos, a supressão foi total. A raspagem com a lâmina atingiu apenas a camada superficial do terreno (5 cm de profundidade), totalizando cerca de 3 km de extensão e a visualização de aproximadamente 50 mil m² (ver Figuras 22 e 23).

Figuras 22 e 23. Raspagem da superfície realizada por maquinário pesado (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).

A Prancha 6 apresenta o croqui das escavações realizadas pelo maquinário pesado.

A supressão mecânica evidenciou duas áreas com grande concentração de vestígios arqueológicos, chamadas de C1 e C2. Na C1, foi encontrada terra preta em subsuperfície (a partir de 10 cm). Essa concentração foi delimitada através da realização de uma malha de tradagens efetuadas a cada 2 m entre si e, também, quadras de coletas de superfície medindo 25 m². Além disso, nas porções com maior número de peças foram realizadas 3 Unidades de Escavação (U.E.) e 5 Trincheiras. A C2 também foi delimitada a partir da realização de tradagens e quadras, além de uma U.E. (ver detalhamento na Prancha 7), no entanto, não apresentou vestígios de terra preta.

Com relação às U.E.s, todas foram estabelecidas a partir da evidenciação de vestígios arqueológicos encontrados em superfície e subsuperfície. No total, sete unidades foram abertas, sendo que 4 delas tiveram dimensões de 4 m² e as demais mediram tamanhos variados (ver detalhamento nas Figuras 24 e 25).

Figuras 24 e 25. Unidade de Escavação realizada medindo 4m² e planta baixa da U.E. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).

Além disso, dentro de três U.E.s (92-41, 91-3 e 91-4) foram encontradas marcas de negativos de esteio medindo 20 cm de diâmetro (ver Figura 26) e atingindo 120 cm de profundidade.

Figura 26. Unidade de Escavação com marca de esteio (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010a).

Cabe salientar que as marcas de negativos de esteios presentes no sítio estão alinhadas de forma paralela no sentido leste/oeste sendo que há dois esteios que estão a uma distância de 3 metros entre si e, o terceiro está alocado a 9 metros em relação ao segundo. De acordo com Chmyz, os esteios serviriam ao mesmo tempo como sustentação para as casas (malocas) como para a sustentação das redes, “sendo que os espaços de três metros marcariam a distância entre duas famílias nucleares vizinhas” (*apud* PROUS, 1991, p.382).

No que tange às trincheiras, elas foram abertas visando identificar o limite da mancha de terra preta e rastrear as marcas de esteios evidenciadas três U.E.s. As trincheiras mantiveram a profundidade de 40 cm e a largura de 50 cm, o comprimento variou entre 2 m a 14 m (ver Figuras 27 e 28). Através delas foi possível verificar a espessura da mancha escura (em média de 20 cm), sendo acompanhadas por diminutos carvões e fragmentos de cerâmica (ver Prancha 8).

Figuras 27 e 28. Trincheiras realizadas (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).

No início de 2010, houve a complementação da terceira etapa. Nesta fase, diante da “significância e integridade das evidências obtidas na denominada Concentração 1”, foi proposta, em consonância com a legislação federal, a seleção de um bloco testemunho⁴ para fins de estudos futuros (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010b, p.117).

Para isso, em um primeiro momento, foram realizadas trincheiras medindo 2 m de comprimento por 50 cm de largura (ver Figuras 29 e 30) com intuito de delimitar esta Concentração e, conseqüentemente, a mancha de terra preta presente nessa porção do sítio, para depois, estipular as medidas finais do bloco testemunho. Com isso, foi possível delimitar parte desta mancha (900m²) (ver Figuras 31 e 32), conforme indica a Prancha 9.

Figuras 29 e 30. Perfil da trincheira com solo antropogênico delimitado entre 10 e 30 cm e Trincheira finalizada (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010b).

Figuras 31 e 32. Delimitação e cercamento do bloco testemunho (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010b).

⁴ De acordo com Zanettini Arqueologia (2010b, p. 9), a realização do bloco testemunho assegurará a preservação da área como “testemunho da cultura paleoameríndia no Brasil” conforme o art. dois da Lei 3924/61, a qual torna possível a conservação em superfície e subsuperfície dos vestígios de uma ocupação indígena *in loco*.

Nesta etapa, as intervenções totais realizadas no sítio permitiram a coleta de 8.476 fragmentos de cerâmica e 41 artefatos líticos. Na Tabela 7 é possível visualizar os tipos de intervenções e as porcentagens de peças resgatadas em cada uma delas. Nota-se que mais de 50% das peças resgatadas foram retiradas das unidades de escavação localizadas sobre a mancha de terra preta.

Tabela 7. Porcentagens de peças distribuídas pelo tipo de intervenção.

Proveniência das peças - Quadras	Porcentagem de peças resgatadas pelas Quadras
Coletas de Superfície	1,04%
Quadras	28,30%
Tradagens	1,34%
Unidades de Escavação	52,86%
Trincheiras	16,46%

Concluindo, as três etapas de pesquisa possibilitaram que a maior parte do sítio fosse estudado do ponto de vista científico. A intensidade de intervenções atendeu a demandas diferenciadas, de acordo com as metodologias propostas e utilizadas em cada etapa da pesquisa arqueológica. De qualquer modo, os métodos utilizados propiciaram a realização de dezenas de intervenções em superfície e subsuperfície, como sumariza a Tabela 8 e ilustra a Prancha 10.

Tabela 8. Quadro resumo das intervenções realizadas no sítio Santa Marina

Etapa	Atividade	Descrição	Quantificação
1	Quadra de Raspagem	Realizada no Setor II em uma área de 400m²	1
1	Quadra de Escavação	Realizadas nos Setores I, III e IV (medindo 4m²)	7
1	Poço Teste	Realizados nos Setores III, V e VI	24
2	Malha de Sondagem	Malha regular de quadriculamento de sondagens sistemáticas	172
3	Tradagens	Realizadas com cavadeira	165

		articulada (boca de lobo) com 1 metro de profundidade e 30 cm de largura	
3	Quadras de Limpeza	Realizadas a partir da supressão manual da vegetação superficial em uma área de 25 m ²	115
3	Escavação Mecânica	Realizada a partir da supressão mecânica em uma área com 85.000 m ² .	3.400 metros lineares
3	Quadras de Coleta	Realizadas com o uso de uma quadra móvel de 25m ²	65
3	Unidades de Escavação	Realizadas com instrumentos manuais com diferentes dimensões (1 m ² a 5 m ²) e profundidades	6
3	Trincheiras	Realizadas com instrumentos manuais com diferentes dimensões (2 a 14 m) e profundidades	5
3 (Complementar)	Trincheiras	Realizadas com instrumentos manuais com as dimensões de 2 m de comprimento e 0,50 m de largura	63

Da mesma forma, essas intervenções possibilitaram a coleta de mais de 20 mil peças, entre fragmentos de cerâmica e artefatos líticos, conforme apresenta a Tabela 9.

Tabela 9. Quantidade de peças divididas pela etapa de pesquisa de campo

Etapa	Fragmentos de cerâmica	Artefatos líticos
1	11.402	20
2	1.960	5
2	8.476	41
Totais	21.838	66

Por fim, observamos também que os vestígios que formam o pacote arqueológico estão concentrados principalmente na camada de terra preta disposta entre os níveis 10 a 30 cm de profundidade.

PRANCHA 10 - 1ª, 2ª e 3ª ETAPA: INTERVENÇÕES REALIZADAS
NO SÍTIO MARINA - JACAREÍ/SP

Legenda

	Sondagem
	Poço-Teste
	SETOR
	Trincheira
	GPR
	Fogueiras
	Sepultamento
	Mancha 3
	Mancha 4
	Sondagem 1x1m
	Trincheiras
	Unidade Escavação
	Raspagem Mecânica Negativa
	Raspagem Mecânica Positiva
	Supressão Mecânica Integral
	Concentração 1 - com solo antropogênico
	Concentração 2 - sem solo antropogênico
	Negativa
	Positiva
	Trincheiras
	Bloco Testemunho
	Solo Antropogênico

GCS SIRGAS 2000
Fonte: BLASI & GAISSLER, 1991/
ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999/
ZANETTINI, 2010a/ZANETTINI, 2010b
Org: Marcel Lopes e Danielle Samia
dez.2013

3.3. Por entre os métodos e técnicas utilizadas no sítio Santa Marina: aplicações e resultados.

Nas linhas anteriores, detalhamos todas as intervenções ocorridas no sítio Santa Marina, realizadas durante as três etapas das atividades de campo. Notamos que em cada etapa as orientações teóricas e práticas atenderam a demandas diferenciadas de acordo com o posicionamento ideológico de cada pesquisador. Pader (1982 *apud* RIBEIRO, 2007) coloca que as pré-concepções (ideológicas) “são básicas tanto na escolha do que se considera que vale a pena escavar, quanto na forma como os dados empíricos serão interpretados”.

Na primeira etapa, realizada no início da década de 1990, as intervenções realizadas por Blasi e Gaissler apontam para a influência de uma perspectiva marcada pelo Histórico-culturalismo ou pelos métodos *pronapianos*, que influenciaram a pesquisa arqueológica no Brasil por um longo período de tempo.

Com relação aos métodos e técnicas *pronapianos*, estes estão detalhados no *Guia para prospecção arqueológica no Brasil*, publicado no ano de 1965, por Clifford Evans e Betty Meggers. Este guia apresenta instruções de como deveriam ser “preenchidos os catálogos de campo e laboratório; coletadas as informações sobre os sítios; feitos os croquis de localização; coletas de amostras (...) os equipamentos de campo e as técnicas, o tempo de duração de prospecção, a quantidade de sítios e cortes (...)” (ALVES, 1991, p.28).

Com isso, a metodologia empregada objetivava, principalmente, a coleta de dados que possibilitasse a compreensão da cronologia de uma ocupação (por meio dos traços culturais). Da mesma forma, propiciaria a reconstrução “do tipo geral ou nível de desenvolvimento de culturas sucessivas numa sequência local, o que mostraria se a mudança foi na direção da complexidade crescente ou decrescente, ou se foi mantido um equilíbrio” (MEGGERS & EVANS, 1965). Para tanto seria necessário realizar a coleta de no mínimo 100 fragmentos por nível escavado e de cortes estratigráficos medindo 1,5 x 1,5 m (escavados em níveis artificiais de 10 cm até atingir 75 cm de profundidades), podendo ser ampliados de acordo com as necessidades de cada sítio (*Ibidem*).

Na área do sítio Santa Marina, as intervenções realizadas (coleta de superfície, quadras e poços testes) tinham como objetivo a coleta dos materiais evidenciados,

primeiramente em superfície e, em seguida, em subsuperfície. Nota-se que não houve o uso de métodos que privilegiassem ou que permitissem a compreensão do sítio como um todo, mas sim a “simples coleta” do material arqueológico evidenciado. Assim, nessa primeira etapa, não foi possível caracterizar o contexto horizontal dos vestígios e seus aspectos espaciais.

Da mesma forma, foram realizadas no sítio trincheiras e a escavação de uma área com 400 m² por meio da técnica de decapagem. No caso do uso das trincheiras, tais permitem, de acordo com Pallestrini & Perasso (1984, p.23), “observar a diferenciação sedimentológica de um sítio, as alterações da cor do solo e eventualmente o encontro de estruturas dispersas que podem levar a uma ampliação do campo ou restrição das dimensões das próprias trincheiras”*. Com relação à técnica de decapagem, “evidenciam um solo arqueológico de maneira o mais completa possível”** (*Ibidem*, p.31). Com o uso desta é possível identificar estruturas diversas, como aquelas relacionadas à alimentação, combustão (fogueiras) ou funerárias. No entanto, os resultados finais apresentados por Blasi e Gaissler (1991) não evidenciaram qualquer identificação destas estruturas ou, até mesmo, da descrição detalhada dos resultados alcançados com o uso deste tipo de escavação.

Nas etapas posteriores, nota-se que as intervenções aplicadas sofreram fortes influências da escola processual (ver REDMAN, 1974; CHARTKOFF, 1978; ZEIDLER, 1995), que se constituíram de métodos de amostragens definidas estatisticamente e análise multivariada dos dados.

Na etapa dois, por exemplo, as intervenções foram realizadas em toda a porção destinada à pesquisa arqueológica através da implantação de uma malha regular de sondagens, permitindo aferir os limites das manchas de terra preta em extensão e profundidade naquela parte do sítio. Além disso, outros métodos foram utilizados nesta etapa, como foi o caso do uso do *Ground Penetrating Radar* (GPR). Este método emprega ondas eletromagnéticas de alta frequência na leitura detalhada do subsolo em profundidades reduzidas, com intuito de orientar a campanha de escavação arqueológica, tornando os resultados muito satisfatórios (ver WYNN, 1986; VAUGHAN, 1986; GANDOLFO, 1998; RODRIGUES, 2010).

* “observar la diferenciación sedimentológica de un sítio, las alteraciones de color del suelo y eventualmente el encuentro de estructuras dispersas que puedan llevar a una ampliación del campo o restricción de las dimensiones de las propias trincheras.” (PALLESTRINI & PERASSO, 1984, p.23).

** “evidencia um suelo arqueológico de la manera más completa posible” (*Ibidem*, p.31).

O uso do GPR permitiu não somente identificar e localizar o pacote arqueológico (entre os 10 e 30 cm de profundidade), como também apontar para o “alto índice de alterações que os vestígios arqueológicos sofreram nessa porção do sítio” (Quadra 44) (ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999, p.40), diante das ações pós-deposicionais.

Da mesma forma, na terceira etapa da pesquisa utilizou-se um método de pesquisa sistemática, objetivando estabelecer o desenho amostral por meio de quadras de raspagem e tradagens, sempre através do quadriculamento sistemático com espaçamento regular. Concomitantemente, com intuito de delimitar o sítio em um tempo reduzido, localizar estruturas enterradas e expor superfícies amplas (CALDARELLI, 2001, p.33), optou-se pelo uso do maquinário pesado em algumas porções diversas do sítio (conforme detalhado anteriormente na Prancha 6).

Com o uso do maquinário pesado, foi possível identificar, além de centenas de fragmentos de cerâmica e artefatos líticos, parte da mancha de terra preta localizada na porção mais ao norte do sítio, denominada anteriormente de *Mancha 18*. Nesta área, as atividades realizadas por meio do uso de ferramental “mais leve” (enxadas, cavadeiras, etc.) não permitiu identificar vestígios arqueológicos em maiores profundidades, uma vez que ali havia uma camada superficial e compacta de *brita granulada*, tornando essa porção do sítio quase que “impenetrável” pela ação destes tipos de utensílios.

Diante disso, o uso do maquinário pesado se tornou a única alternativa viável para escavação daquela porção do sítio. Cabe salientar que o uso deste tipo de metodologia já vem sendo utilizada desde a década de 1950 nos Estados Unidos, principalmente nos trabalhos que envolvem a *Cultural Resource Management*, permitindo otimizar a relação tempo vs custo⁵.

Tradicionalmente, o maquinário pesado é utilizado “para escavar, trincheiras exploratórias e escavadeiras, e moto niveladoras para remover a sobrecarga ou até mesmo reduzir a parte superior dos depósitos a fim de expor aspectos múltiplos”^{*} (VAN HORN *et al.* 1986). Sendo assim, criou-se a dúvida e desconfiança (NEUMANN & SANFORD, 2010) na utilização do maquinário pesado em atividades que, teoricamente, requereriam a utilização de ferramentas mais “leves e precisas”. Estabeleceu-se então o

⁵ De acordo com Caldarelli (2001, p. 33), na Arqueologia Preventiva, uma das opções de estreitamento entre o *tempo* (necessidade de imprimir rapidez aos serviços, sem perda de informações significativas para a produção de conhecimentos sobre o sítio) e *custo* (necessidade de diminuir as despesas que acarretam uma pesquisa arqueológica) tem sido a utilização do maquinário pesado.

^{*} “to dig exploratory trenches and bulldozers and road graders to remove overburden or even to reduce the tops of deposits in order to expose multiple features” (VAN HORN *et al.* 1986).

paradoxo entre aquilo que “preserva” (escavação manual/leve) e aquilo que “destrói” (escavação mecânica/pesada) (ver discussão em LUCAS, 2001).

No entanto, trabalhos atuais demonstram que o uso do maquinário tem sido essencial para a realização da pesquisa arqueológica. Este método é utilizado principalmente em sítios urbanos, onde há “construções cobertas por prédios mais recentes ou depósitos de aterro” (SOUZA, 2013, p.141). Nas zonas rurais o maquinário também é utilizado, principalmente na remoção rápida das camadas superficiais dos sítios e abertura de trincheiras (PETCH, 1960 *apud* SOUZA, 2013). Tem-se a otimização do tempo gasto com a escavação, uma vez que o trabalho realizado pela máquina é muito mais “eficiente”⁶.

No Brasil, da mesma forma, este tipo de método vem sendo utilizado e defendido em trabalhos realizados no âmbito da Arqueologia Preventiva como aqueles desenvolvidos pela Zanettini Arqueologia (2009, 2010a, 2010b, 2011), por Lavina (1999), Caldarelli (2001) e Gaspar (2011).

Entretanto, é evidente que o trabalho desenvolvido por um maquinário “inapropriado” e por um operador sem experiência pode causar a compactação do solo e, posteriormente, dificultar a escavação manual (SPENNEMANN, 1989 *apud* SOUZA, 2013). Neste caso, tem-se a necessidade de estabelecer a escolha de um maquinário que melhor se adapte ao uso pretendido. Caldarelli (2001) traz a relação das máquinas que melhor dão resultado, de acordo com os objetivos anteriormente propostos: uso de trado mecânicos ou hidráulicos para realização de tradagens; retroescavadeiras de pá estreita (D4) para localizar estruturas enterradas e definir as dimensões de um sítio; motoniveladoras (Patrol) usadas para decapagem e exposição de superfícies amplas, etc.

No caso do sítio Santa Marina, foi utilizada para decapagem da camada superficial (entre 3 a 5 cm de profundidade) uma *Pá Carregadeira Case (Modelo W20E)*. Seu uso permitiu a supressão tanto da vegetação superficial como também da camada de *brita granulada* presente nos níveis iniciais do solo, localizada sobre a *Mancha 18*.

⁶ De acordo com Spennemann (1989 *apud* SOUZA, 2013), para escavar uma área medindo 70 x 25 x 0,30 m manualmente, levar-se-ia cerca de duas semanas; ao contrário disso, o maquinário realizou a limpeza superficial de uma ampla área em cinco horas (desde que não haja artefatos íntegros ou inteiros, estruturas ou outros “complicadores”).

A Figura 33 apresenta o esquema do perfil estratigráfico, por meio do qual “se podem obter dados sobre uma tipologia progressiva por níveis cronológicos sucessivos, fauna e flora reunidos da mesma maneira, podendo, de uma forma mais precisa, obter-se uma reunião de dados razoáveis”* (PALLESTRINI & PERASSO, 1984, p13).

Figura 33. Esquema do perfil estratigráfico da área escavada pelo maquinário (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010a).

Na Figura 33 é possível visualizar as camadas que compõem a estratigrafia de uma das porções do sítio. A primeira é representada por uma camada de *brita granulada* (0-5 cm); a segunda é composta por sedimento marrom arenoso-argiloso; a terceira apresenta uma coloração escura com a presença de material orgânico (partículas de carvão) e fragmentos de cerâmica e artefatos líticos; as demais camadas também apresentam características da camada II, no entanto, ocorre a rarefação dos vestígios arqueológicos.

Concluindo, nota-se que muitos foram os métodos e técnicas utilizados na escavação do sítio arqueológico Santa Marina. A junção de todas essas intervenções

* “se pueden obtener datos sobre una tipologia progressiva por niveles cronológicos sucesivos, fauna y flora recolectados de la misma manera, pudiendo de una forma más precisa obtenerse una recolección de datos razonables” (PALLESTRINI & PERASSO, 1984, p13).

permitiu que praticamente toda a área onde o sítio está localizado fosse trabalhada do ponto de vista científico.

Todas as intervenções propiciaram também a identificação de inúmeros artefatos arqueológicos, provenientes do acúmulo das atividades e das práticas diárias que envolvem a elaboração de utensílios utilizados em processos que compreendem o cozinhar, o comer, o dormir, etc. (ASSIS, 1996), evidenciando padrões de descarte, áreas de atividades específicas, organização e uso do espaço, escolhas culturais, etc.

CAPÍTULO 4

*“(...) on each piece of fired clay
are our window into the life of
those who made and used these
vessels*” (SKIBO, 1999)*

* “em cada peça de barro queimado estão nossa janela pela vida daqueles que fabricaram e usaram tais vasos”.

4. ENTRE CACOS E PEDRAS: ANÁLISE DO CONJUNTO ARTEFATUAL CERÂMICO E LÍTICO DO SÍTIO SANTA MARINA

A cultura material dos grupos Tupi, composta preponderantemente por vasilhas cerâmicas e artefatos líticos¹, está relacionada diretamente às atividades cotidianas destas populações, tais como: elaborar utensílios, cozinhar, comer, dormir, etc. (ASSIS, 1996, p.7). O processo de transformação (*modo de fazer algo* ou *alguma coisa*) da matéria-prima em ferramentas úteis para realização destas atividades é transmitido de geração a geração, imbuído de padrões rigorosos reproduzidos ao longo do tempo.

Neste capítulo, apresentamos os resultados das análises empreendidas no conjunto artefactual lítico e cerâmico composto por mais de 20 mil peças. A partir destas análises, buscamos compreender os processos que envolveram a produção, o uso e o descarte destes artefatos no contexto arqueológico do sítio Santa Marina.

4.1. Conjunto artefactual cerâmico

Para realização da análise do material cerâmico, tomamos como referência não somente os manuais estrangeiros e clássicos existentes como Shepard (1956), Rye (1981), Rice (1987), Sinopoli (1991), Orton *et al.*, (1997) etc., mas também aqueles produzidos no Brasil, por meio das pesquisas realizadas por Lima (1986), Robrahn-González (1989, 1996), Wüst (1990), La Salvia & Brochado (1989), Brochado *et al.* (1990), Brochado & Monticelli (1994), Assis (1996), etc. Da mesma forma, buscamos dialogar com os trabalhos atuais (dissertações e teses) que trazem novos aspectos interpretativos sobre a cerâmica e o lítico relacionados à temática Tupi, como é o caso das pesquisas realizadas por Moraes (2007), Oliveira (2007), Corrêa (2008), dentre outros.

Diante disso, por meio dos referenciais teóricos e metodológicos desenvolvidos pelos autores supracitados, buscamos investigar as características principais do material cerâmico por meio de unidades básicas de análise, composta pelos atributos (observáveis, mensuráveis e repetitivos) que possibilitam a leitura das técnicas (preparação, produção e queima), do processo sequencial e da tradição tecnológica (RYE, 1981, p.4).

¹ Nesse caso, nos referimos ao material identificado no contexto arqueológico, uma vez que, no contexto sistêmico, outros artefatos compunham a cultura material destes grupos, como, por exemplo, aqueles produzidos em ossos, madeira etc. (SCHIFFER, 1972), no entanto, estes materiais orgânicos se decompõem facilmente em solos com a acidez elevada.

- Caracterização e segregação das unidades de análise

O acervo cerâmico é composto por 21.838 peças sendo que, deste montante, 4.034 peças não foram analisadas, pois são formadas por micro-cerâmica, ou seja, peças que medem no máximo 2 cm de comprimento, o que corresponde a 18,47% do total.

Ademais, compõem o acervo 91 resíduos produtivos (bolotas de argila), representando apenas 0,42% do total. Estes resíduos foram analisados de forma qualitativa, isto é, observamos apenas a presença/ausência de antiplásticos e alterações (marcas de fuligem, digitais, etc.) nas superfícies.

O restante do acervo, que corresponde a 81,53%, foi analisado de forma quantitativa, qual seja, passaram por uma análise apurada envolvendo 12 atributos, constituídos por diferentes tipos que são “construídos e avaliados usando técnicas estatísticas na análise de duas ou mais variáveis”* (SINOPOLI, 1991, p.55).

A seguir, apresentamos os atributos e as variáveis observadas em cada fragmento cerâmico, lembrando que não são somente os atributos individuais trazem informações, “mas sim, a maneira como se relacionam ou se combinam no produto final, compondo um artefato inteiro e único, o vasilhame cerâmico” (ROBRAHN, 1989, p.58).

Lista de atributos e variáveis analisadas:

1) Categoria das peças diagnósticas

- 1) *Bojo*
- 2) *Borda*
- 3) *Base*

- 4) *Calibrador*
- 5) *Fuso*

* “construted and evaluated using statistical techniques in the analysis of two or more variables” (SINOPOLI, 1991, p.55).

2) Tipo de antiplástico (leitura feita com auxílio de lupa binocular com aumento de 20x)

- 1) *Mineral – constituído por partículas de quartzo e mica*
- 2) *Caco moído e mineral - constituído por partículas de quartzo e mica*
- 3) *Mineral – constituído por partículas de quartzo, mica e hematita*

3) Espessura do antiplástico (medido com auxílio de paquímetro)

- 1) *Entre zero e 1mm*
- 2) *Entre 1 e 3mm*
- 3) *Entre 3 e 5mm*
- 4) *Maior que 5mm*

4) Frequência do antiplástico (de acordo com Orton *et al.* 1987)

- 1) *Pasta Fina*
- 2) *Pasta Média*
- 3) *Pasta Grossa*

Fonte Figura: Orton et al. (1993)

5) Técnica construtiva (leitura feita a partir da fratura das peças)

- 1) *Acordelada*
- 2) *Modelada*
- 3) *Acordelada e modelada*

6) Acabamento de superfície interna

- 1) *Alisado*
- 2) *Banho*
- 3) *Polimento*
- 4) *Engobo*
- 5) *Pintado*

7) Acabamento de superfície externa

- 1) *Alisado*
- 2) *Banho*
- 3) *Polimento*
- 4) *Engobo*
- 5) *Pintado*
- 6) *Plástico*

8) Tipo de queima

- 1) *Queima oxidante*
- 2) *Queima redutora*

9) Espessura da peça (medida com auxílio de paquímetro)

10) Morfologia da borda

- 1) *Tipo de borda*
- 2) *Inclinação da borda*
- 3) *Diâmetro da borda*
- 4) *Tipo de lábio*
- 5) *Espessura do lábio*

11) Aspectos morfológicos da base

- 1) *Tipo de base*
- 2) *Diâmetro da base*

12) Forma da vasilha (ver Prancha 16)

- Resíduos produtivos: análise qualitativa

As três etapas de escavação resultaram na coleta de 91 resíduos, distribuídos por todas as áreas do sítio, porém concentrados principalmente no setor II (escavado na etapa I), representando 54,90% do total das peças. As dimensões destes resíduos variaram bastante (ver Tabela 11), sendo a média de comprimento 55 mm por 33,93 mm de largura.

Tabela 11. Detalhamento dos resíduos produtivos.

Etapa	Proveniência	Quantidade	Dimensões (Máx. e Mín.)
1	Setor I	1	33x40 mm
	Setor I	2	32x60 mm
	Setor I	1	45x55 mm
	Setor I	1	31x40 mm
	Setor II	1	30x50 mm
	Setor II	1	30x44 mm
	Setor II	1	70x85 mm
	Setor II	1	57x87 mm
	Setor II	1	40x115 mm
	Setor II	4	42x112 mm
	Setor II	1	30x45 mm
	Setor II	9	23x45 mm
	Setor II	2	100x150 mm
	Setor II	1	32x40 mm
	Setor II	1	60x100 mm
2	Quadra 45 L26	1	25x45 mm
	Quadra 44 L23	1	40x50 mm
	Quadra 46 L6	7	50x60 mm
3	Quadra de raspagem 91-3	1	20x24 mm
	Quadra de raspagem 92-3	1	32x37 mm
	Quadra de raspagem 92-10	1	23x24 mm
	Quadra de raspagem 92-50	1	22x35 mm
	Quadra de raspagem 92-51	1	35x42 mm
	Trincheira 1	1	22x24 mm
	Trincheira 2	2	19x43 mm
	Trincheira 3	4	23x35 mm
	Trincheira 61	1	35x42 mm
	UE44-2	4	22x35 mm
	UE91-3	5	12x56 mm
	UE91-4	7	25x34 mm
	UE92-7	1	34x42 mm
	UE92-41	24	18x64 mm

Nesta análise, observamos na composição da argila (pasta), a presença/ausência de antiplásticos, além de vermos se nas superfícies dos resíduos haviam evidências de marcas, resultantes dos processos de manuseio para confecção das vasilhas.

De maneira geral, preponderam resíduos com pastas compostas basicamente por partículas minerais arredondadas (quartzo e mica), com espessuras variando entre 0,1 e 2,0

mm, em baixa frequência. Essas características indicam que tais partículas de minerais já existiam na composição da argila, ou seja, não foram aplicados de forma intencional (LIMA, 1986).

Sobre a superfície de alguns dos resíduos, notamos marcas de fuligens, impressões digitais e negativos de folhas. Também observamos que a maior parte destes resíduos apresentava-se muito bem queimada, sem núcleos escuros e oxidados, como detalha a Figura 34.

Figura34. Resíduo produtivo identificado na porção sul do sítio

Conforme a Figura 34 nota-se marcas impressas e núcleo oxidado; Panachuk & Carvalho (2010, p.83) afirmam que estas características podem estar relacionadas aos processos de teste de desempenho das argilas na etapa de queima, método costumeiramente utilizado entre os ceramistas Kadiueu e Urubu-kaapor (RIBEIRO, 1952).

- Categoria das peças analisadas

O primeiro atributo analisado corresponde aos diferentes tipos de peças identificadas no sítio, podendo se referir tanto aos fragmentos que compõem uma vasilha cerâmica (ver Tabela 12) quanto a outros artefatos, como o fuso.

Tabela 12. Categoria das peças analisadas

Categoria das peças	Porcentagem
Bojo	74,46%
Borda	21,55%
Base	2,50%
Calibrador	1,34%
Fuso	0,05%

Os fragmentos de bojo predominam no acervo cerâmico, representando mais de 70% do total. Nesta categoria, inserimos os bojos com os diferentes tipos de acabamento (alisado, pintado, com perfuração, etc.), os quais serão detalhados adiante. No caso das demais peças, as bordas representam 21,55% e as bases 2,50%. Com relação aos demais tipos, contamos com 26 calibradores (ver Figura 35) e um fuso.

Os calibradores são importantes indicativos de atividades de reuso e manutenção de artefatos. De acordo com Prous (1991, p. 400), os calibradores pertencem “à família dos polidores manuais, constituídos de pequenos blocos com sulco profundo e reto, dentro do qual eram esfregadas varas. (...) São também chamados de afiadores, ou pedras com canaletas, podendo haver um ou vários sulcos na mesma peça”. Para Schmitz (1990), suas funções principais são dar acabamento final em artefatos produzidos por polimento, alisamento ou ainda aplicados em artefatos de outras matérias-primas como madeira e osso. Interessante notarmos que a maior parte dos calibradores está concentrada na porção norte do sítio, identificados durante a terceira etapa da pesquisa de campo.

Figura 35. Calibradores identificados na porção norte do sítio. Em detalhe, as setas vermelhas indicam os sulcos deixados durante o polimento de um artefato cilíndrico.

Também foi identificado no sítio, em sua porção sul, um fragmento de fuso. Este artefato apresenta a superfície alisada e borda arredondada, espesso na porção central (ver Figura 36), e está diretamente associado ao aparelho de fiação (CHMYZ, 2010).

Figura 36. Fragmento de fuso. a) superfície externa alisada; b) na porção fragmentada da peça, é possível observar perfuração na parte central da mesma, destinada à fixação da vareta utilizada para tecer fios de algodão.

- Características do antiplástico (tipo, tamanho e frequência).

O estudo do antiplástico permite compreender os processos de escolha que envolvem a confecção de uma vasilha cerâmica. Ele se inicia com a seleção da argila, sendo que, segundo La Salvia & Brochado (1989, p.11), o artesão (ã) a seleciona de forma que “se molde às suas necessidades, que se adapte ao seu desejo de ceramista, sem maiores alterações”. Para tanto, a argila traz características que podem facilitar ou dificultar o manuseio e, conseqüentemente, o uso na confecção de um artefato cerâmico. Um desses aspectos corresponde à plasticidade da argila, que a torna macia e maleável ao invés de rígida e inflexível, ou seja, ponto ideal para o manuseio e confecção da cerâmica (RICE, 1987).

Este processo está permeado de alterações físicas e química que ocorrem durante a secagem (e encolhimento decorrente da desidratação, ver detalhamento em RICE, 1987, pp.61-79) e queima da vasilha, podendo ocasionar o surgimento de rachaduras e fraturas (BICHO, 2012). Portanto, em alguns casos, para que isso não ocorra, é necessário alterar as características originais da argila². Uma das formas é reduzir a plasticidade (tornando-a *nonplastic*, ver SINOPOLI, 1999) através, por exemplo, da adição de partículas de minerais (quartzo, feldspato, hematita, etc.), caco-móido ou chamote (fragmentos de cerâmica moídos

² Uma das formas de mudança corresponde à limpeza de impurezas contidas na argila, como partículas de minerais e matérias orgânicos (SINOPOLI, 1991, P.16).

acrescentados à argila em granulações variáveis, segundo LA SALVIA & BROCHADO, 1989) ou material orgânico (ausentes em nosso estudo). De acordo com Faccio (1992, p.134), isso possibilita “neutralizar a plasticidade da argila, dar condições para boa secagem e queima, aumentar ou diminuir a resistência do choque térmico ou mecânico, diminuir ou aumentar a porosidade ou permeabilidade”.

A seguir, detalhamos os tipos, as espessuras e a frequência dos antiplásticos identificados no material cerâmico.

- *Tipo de antiplástico*³

Na análise da pasta das peças, observamos três tipos de composição: tipo 1 – partículas de minerais (quartzo e mica); tipo 2 – partículas de minerais (quartzo e mica) e caco-moído e; tipo 3 – partículas de minerais (quartzo, mica e hematita), ver Figura 37.

Figura 37. Gráfico com os tipos de antiplásticos identificados.

Nota-se que, além do predomínio das partículas de minerais em todas as peças analisadas, há também a presença do caco-moído em 41,26% do material, indicando a adição intencional deste antiplástico. Tal característica é recorrente no material associado

³ Para este tipo de análise nos utilizamos de uma lupa binocular com aumento de 20x; entretanto, para o estudo mais apurado da constituição das pastas seria necessário o uso da microscopia óptica. De acordo com Pereira (2004, p.250), este procedimento “permite a obtenção de dados amplos relativos à mineralogia, à forma dos grãos e à microestrutura (modo de interrelação dos diversos grãos da amostra)”.

aos grupos Tupi (LIMA, 1986), o que, possivelmente, corresponderia a um marcador cultural (BROCHADO, 1984)⁴.

- *Espessura do antiplástico*

Com relação ao tamanho dos antiplásticos, observamos partículas com dimensões que vão de 0,1 mm até 5 mm. Dentre as pastas analisadas, predominam partículas com até 1 mm de espessura, em mais de 56,31%, como ilustra o gráfico abaixo.

Figura 38. Gráfico com a espessura dos antiplásticos identificados.

- *Frequência do antiplástico*

No caso da frequência do antiplástico, tomamos como referência as variáveis apresentadas por Orton *et al* (1997), que possibilitaram caracterizar pastas finas, médias e grossas. Nesta análise, observamos o predomínio de pastas finas, em mais de 56,88% das peças; seguidos de pastas médias (com 41,26%) e grossas (com 1,86%), conforme detalha o Figura 39.

⁴ Em alguns estudos, nota-se que a adição do antiplástico está diretamente relacionada aos grupos que as produzem, como marcadores de identidades, caso dos grupos falantes das línguas do tronco Macro-Jê, associados à tradição arqueológica Uru (WÜST, 1990), no Brasil, e dos grupos nômades do sudoeste do Cazaquistão (CHANG, 2006).

Figura 39. Gráfico ilustrando os tipos de pastas identificadas.

Com relação às pastas grossas, observamos que correspondem a uma pequena porção de peças localizadas no setor II (referente à etapa 1 da pesquisa de campo), e que concentram grande quantidade de antiplásticos minerais, principalmente quartzo, conforme apresentando na Figura 40.

Figura 40. Tipo de pastas diferenciadas.

- Técnicas de construção (manufatura, tratamento e queima)

As técnicas de construção possibilitam que o artesão (ã) planeje e execute ações que envolvem a transformação da “argila em vasilha”, por meio da manufatura (construção da vasilha), dos procedimentos que envolvem o tratamento das superfícies (do alisamento ao acabamento decorativo) e da queima, detalhadas a seguir.

- Técnica de manufatura

A técnica de manufatura está relacionada às ações exercidas para fabricação de uma vasilha cerâmica. Para o contexto estudado, identificamos duas formas de confecção: o *modelado* (onde se utiliza uma porção de argila e a partir dela, com os dedos, modela-se a peça pretendida) e *acordelado* (uso de cordéis de argila que, sobrepostos, dão forma pretendida) (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p.11).

Dentre estas duas técnicas, observamos que mais de 90% das peças foram confeccionadas por meio da junção de roletes (acordelada), característica frequente na produção de vasilhas cerâmicas indígenas (ver exemplos em LIMA, 1986). A identificação desta técnica pode ser observada pela fratura das vasilhas nas junções (ver Figura 41) e nas ondulações dos bojos (ROBRAHN, 1989, p.67). No caso do uso do modelado, este foi utilizado na produção de vasilhas menores e na confecção do fuso.

Figura 41.a – c). Fragmentos de cerâmica que evidenciam o uso da técnica acordelada, em detalhe na imagem b) fratura que evidencia o rolete com “entalhes”, feitos, possivelmente, para melhor junção dos roletes.

- Acabamento de superfície interna e externa

O acabamento de superfície diz respeito ao tratamento aplicado sobre as superfícies interna e externa das vasilhas cerâmicas. Tais tratamentos “têm uma finalidade, têm uma razão de ser, não são aleatórios, criados exclusivamente pela vontade própria do artesão. Como o uso das vasilhas, eles têm uma finalidade” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p.25). Essa “finalidade” pode ser de cunho prático (no qual se busca construir e dar forma a um recipiente cerâmico) ou de cunho artístico (no qual se busca dar a um recipiente cerâmico uma melhor aparência). Assim, esse momento, segundo La Salvia e Brochado (1989), é composto pelos processos preparatórios, de acabamento e decorativo (nessa sequência), como ilustra a Figura 40.

Figura 42. Fluxograma do processo preparatório de produção cerâmica (baseado em LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

- Acabamento de superfície interna

Como apresentado na Figura 40, na superfície interna observamos o resultado de processos preparatórios, terminativos e decorativos, que podem ser definidos como: alisado, banho, polimento, engobo e pintura, detalhados na Tabela 13.

Tabela 13. Tipo de acabamento de superfície interna.

Tipo de Acabamento	Porcentagem representativa no acervo
Alisado	63,27%
Banho	0,46%
Polimento	0,15%
Engobo	33,67%
Pintado	2,45%

Conforme demonstra a tabela acima, preponderam as peças com acabamento alisado (com 63,27%), procedimento que, basicamente, elimina a rugosidade causada pelo processo de confecção da vasilha. O alisamento é feito com o recipiente ainda úmido com auxílio de instrumento ou mesmo com as mãos.

Em menores proporções (0,46% das peças), identificamos vestígios de banho (avermelhado), que corresponde a um “revestimento superficial, delgado, proveniente de um caldo ou nata de argila em suspensão na água, aplicado à superfície cerâmica antes da queima” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p.18). Quanto a peças com polimento (ou lustro), identificamo-las em apenas 0,15% do total do acervo.

As peças com engobo e pintura representam 33,67% e 2,44%, respectivamente. Neste caso, as características dos tipos de engobo e pintura serão apresentadas em seguida, juntamente com os dados provenientes das superfícies externas.

- Acabamento de superfície externa

Como apresentado anteriormente, os acabamentos de superfície externa podem ser caracterizados como: alisado, banho, polimento, engobo, pintura e, nesse caso, acabamento plástico, conforme indica a Tabela 14.

Tabela 14. Tipo de acabamento de superfície externa.

Tipo de Acabamento	Porcentagem
Alisado	64,71%
Banho	0,76%
Polimento	0,30%
Engobo	15,20%
Pintado	2,75%
Plástico	16,28%

Quanto aos acabamentos plásticos, sua formação é resultante “da modificação tridimensional da superfície da parede da vasilha com a argila ainda moldável e anterior à queima” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p.35).

A seguir, detalharemos as características dos acabamentos pintados e plásticos.

A técnica decorativa, de acordo com Scamatacchia & Marois (1987), é a “maneira como uma ação se exerce sobre um instrumento (um objeto físico, as mãos, os dedos) para alterar a superfície de um objeto cerâmico, com o fim de criar efeitos visuais de acordo com o padrão mental estabelecido”.

Para análise do acabamento pintado, relacionado aos grupos Tupi, tomamos como referência inúmeros trabalhos que abordam essa temática, como La Salvia & Brochado (1989), Tocchetto (1996), Prous (2004, 2007), Moraes (2007), Oliveira (2007), Prous (2004; 2010a), dentre outros. Cabe salientar que esses trabalhos buscam basicamente caracterizar os padrões decorativos das pinturas existentes e não, com raras exceções (TOCHETTO, 1996; PROUS, 2010a), interpretar os motivos decorativos. Dessa forma, este trabalho também apresenta apenas os tipos de composições ou motivos decorativos identificados no sítio.

Basicamente, a pintura Tupi está diretamente associada às categorias de funcionalidade das vasilhas cerâmicas (MONTERO *et al.* 2008), logo, as vasilhas com formas e funções diferenciadas apresentam fórmulas decorativas distintas (PROUS, 2010a). Desse modo,

nas peças abertas, em que os desenhos são feitos, em sua grande maioria, na parte interna, eles são delimitados por três regiões, como elementos marcadamente diferenciados pelo corpo, pela borda e pelo lábio, sendo o motivo principal, naturalmente, desenvolvido no corpo da peça (BUARQUE, 2010b, p.18).

A partir disto, há um atributo destinado à análise das bandas vermelhas (que organizam os campos decorativos e delimitam os pontos de inflexão das vasilhas (PROUS, 2004)) e outro atributo para a classificação dos grafismos presentes no Campo Central (externo e interno) e para as Zonas. Cabe lembrar que o Campo Central está localizado nos fundos das tigelas abertas e ombros das vasilhas de contorno complexo fechadas, caracterizados por uma grande variabilidade, sobretudo nas tigelas abertas; e a Zona, onde os grafismos estão presentes nas bordas das tigelas abertas, sobretudo nas bordas carenadas (OLIVEIRA, 2007) (ver Figura 43).

Figura 43. Fragmento de vasilha aberta com a identificação da Zona, Banda e Campo Central.

No Campo Central, geralmente, os grafismos são feitos sobre o engobo branco ou vermelho⁵ (ver Tabela 15) que ressalta por contraste os desenhos feitos com linhas vermelhas ou preta e marrom escuro; os elementos chamados de “reforço” (pontos ao longo das linhas) são sempre de cor escura e os motivos geralmente são repetitivos e articulam-se de forma aberta, sem que haja preocupação em deixar os motivos completos nas margens (PROUS, 2000, p.36). A Tabela 15 apresenta as cores e as superfícies.

Tabela 15. Frequência da cor do engobo por superfície.

Engobo – Cor e superfície	Porcentagem
Interno vermelho	3,50%
Externo vermelho	23,55%
Interno e externo vermelho	2,95%
Interno branco	12,58%
Externo branco	7,75%
Interno e externo branco	2,45%
Interno vermelho e externo branco	1,24%
Interno branco e externo vermelho	45,98%

No conjunto artefactual cerâmico analisado, identificamos engobo nas cores branca e vermelha. Preponderam as peças com engobo branco (45,98%) principalmente nas superfícies internas e externas, que correspondem a vasilhas abertas e rasas, como veremos adiante.

As bandas vermelhas não completas, de maneira geral, preponderam no conjunto analisado, devido às condições de preservação da pintura. As bandas médias representam 28,75% do total de peças, conforme detalha a Tabela 16.

⁵ Com relação aos tipos de cores observadas, cabe salientar que elas variam de acordo com o grau de conservação da peça, “tornando-se menos vivas logo depois da retirada do solo, quando a superfície vai secando e patinando-se progressivamente ao longo da exposição ao intemperismo” (PROUS, 2010a).

Tabela 16. Espessura das bandas.

Tipo de Banda	Porcentagem
Não completas	66,25%
Finas (0 a 10 mm)	3,25%
Médias (10 a 20mm)	28,75%
Grossas (> de 20 mm)	1,75%

Nesta análise, observamos que não há um padrão para aplicação da banda nos pontos específicos, pois ora é aplicada sobre a pintura do Campo ou na Zona (ver Figura 44), ora ela é aplicada anteriormente à execução das linhas que formam os motivos decorativos (ver Figura 45).

Figura 44. Banda vermelha realizada sobre pintura.

Figura 45. Pintura realizada sobre banda vermelha.

Da mesma forma, identificamos uma variação na quantidade de linhas que formam as bandas. Em algumas peças, notamos a presença de duas bandas entre as inflexões da vasilha, como é possível verificar na Figura 46.

Figura 46. Fragmento de borda com duas bandas.

Em outra peça, identificamos que a banda interna foi substituída por uma série de linhas vermelhas finas horizontais paralelas (Figura 47). Essa característica, segundo Prous (2010a), também foi encontrada no Rio Grande do Norte, em Sergipe e Pernambuco.

Figura 47. Fragmento de borda com três bandas.

Ademais, em outra peça, não identificamos a presença da banda, costumeiramente encontrada na superfície interna próximo do lábio da borda, como ilustra a Figura 46. Neste caso, sua ausência está relacionada à falta de ponto de inflexão ou quebra da morfologia desta vasilha, característica também aventada por Oliveira (2007, p.50).

Figura 48. Fragmento de borda com ausência de banda.

Com relação aos grafismos da Zona nas vasilhas, observamos o predomínio de linhas retas (verticais e horizontais que ora se cruzam) e oblíquas. A cor vermelha (com 55,68%) é a mais utilizada, seguida pela preta (com 40,52%) e, em apenas poucas peças, há a utilização das duas cores no mesmo motivo (em apenas 3,80%).

As Figuras 49 e 50 ilustram todos os motivos identificados nas Zonas das vasilhas, tanto na superfície interna quanto na externa.

Figura 49. Traços identificados nas zonas – superfícies internas.

Figura 50. Traços identificados nas zonas – superfícies externas.

Além da identificação dos motivos decorativos, foi possível visualizar gestos dos artesãos (ãs), seus movimentos e o domínio do espaço. Destacamos dois elementos gestuais outrora estudados por Prous (2004): o delineamento dos traços compridos que são geralmente feitos várias vezes, dependendo das vasilhas - observam-se junções precisas ou imprecisas, rápidas e nervosas (na Figura 51 é possível visualizar linhas imprecisas e “nervosas”) -; presença de pontos que preenchem certas superfícies ou “fitas” que podem ser ou não equidistantes, formar “nuvens” irregulares - quando preenchem uma superfície,

podem alinhar-se paralelamente às linhas das fitas ou formar uma textura densa (ver Figura 52) (*Ibidem*, p.46).

Figura 51. Linhas imprecisas ou “nervosas”.

Figura 52. Pontos formando nuvens de preenchimento.

Com relação aos padrões decorativos, as pinturas do Campo Central compõem-se, basicamente, de linhas retas e curvas (pretas e vermelhas), em alguns casos, com preenchimento por traços ou pontos que reforçam o motivo decorativo. Na Prancha 11, apresentamos um quadro que detalha os motivos decorativos identificados no sítio, tanto os localizados na superfície externa das vasilhas fechadas quanto aqueles presentes no fundo das vasilhas abertas.

Para formulação desse quadro de referência nos utilizamos da proposta de terminologia para descrição e classificação da cerâmica arqueológicas dos grupos pertencentes à família linguística tupi-guarani elaborada por Scatamacchia (2004).

Os acabamentos plásticos são resultados da “modificação tridimensional da superfície da parede de uma vasilha com a argila ainda moldável e anterior à queima” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p.35). Estes acabamentos formam uma “expressão decorativa”, ou seja, um elemento unitário que compõe uma decoração; no entanto, elas nunca são reproduzidas de forma análoga. Por outro lado, “é possível buscarmos uma relação igualitária de tal sorte que intensidades iguais em técnicas diferentes sejam conceituadas com o mesmo valor” (*Ibidem*). Diante da diversidade dos motivos decorativos identificados, adotamos para eles uma classificação genérica, que compreendeu os diferentes tipos identificados a partir dos *modos de fazer*, ou seja, compreendemos, a princípio, a cadeia operatória utilizada para confecção destes acabamentos para que, em seguida, pudéssemos classificá-los por tipo e suas respectivas expressões decorativas.

Para classificar os tipos identificados, seguimos os pressupostos elaborados por La Salvia & Brochado, detalhados no livro *Cerâmica Guarani*, de 1989. Da mesma forma, para outros 2 tipos (entalhado e pseudo-ungulado⁶), ausentes nesta publicação, nos baseamos nos trabalhos de Wüst (1983), Jácome *et al.* (2010) e Sallum (2011).

Por meio dos trabalhos supracitados identificamos 12 tipos (e em alguns casos subtipos ou variações), que podem ser vistos nas Pranchas 12 a 15.

⁶ Com relação ao ungulado, Jácome *et al* (2010a) indicam que em poucos casos analisados em Minas Gerais a decoração ungulada teria sido feita com a unha, tendo sido utilizado algum outro tipo de instrumento. Chegaram a esta conclusão observando a profundidade, largura e curvatura das incisões, além da ausência absoluta de indício da “polpa do dedo”. Esse tipo de ungulado foi denominado “pseudo-ungulado”, terminologia que adotamos neste trabalho. Desse modo, os ungulados estão classificados em ungulados e pseudo-ungulados.

1. Corrugado:

Tem como expressão decorativa a **DOBRA** - é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo da argila arrastada.

1.3. Corrugado Telhado

1.4. Corrugado Perpendicular

1.1 Corrugado Clássico

1.2. Corrugado Grossoiro

1.5. Corrugado Imbricado

1.6. Corrugado Simples

2. Digitado Simples

2. Digitado:

Tem como expressão decorativa o **DEPRESSÃO** - é a impressão da polpa do dedo calcada verticalmente sobre a superfície cerâmica.

3. Roletado Clássico

3. Roletado:

Tem como expressão decorativa o **ROLETE** - é um cordel de argila utilizado na produção das vasilhas e não apresentando outra atividade produtiva sobre o mesmo.

4. Ungulado:

Tem como expressão decorativa a **UNGULAÇÃO** - é a ação frontal da unha, na forma de um arco, com sentido e formato de quem aplica.

4.1. Ungulado Clássico

4.2. Ungulado Tangente

4.3. Ungulado Longitudinal

5. Serrungulado:

Tem como expressão decorativa o **CORDAME** - é o resultado da ação de dois dedos em forma de pinça, em sentido contínuo e sucessivo sobre a superfície cerâmica.

5.1 Serrungulado Unilateral

5.2. Serrungulado Reverso

6. Nodulado:

Tem como expressão decorativa o **NÓDULO** - é uma porção de argila repuxada ou aplicada na superfície cerâmica, de forma cônica ou tronco-cônica.

6.1 Nodulado Repuxado

7. Ponteado:

Tem como expressão decorativa o **PONTO** - é a ação de um instrumento de seção variada, aplicada pelo artesão, de forma impressa sobre a superfície cerâmica.

7.1 Ponteado Clássico

7.2 Duplamente Ponteado

8. Estocado:

Tem como expressão decorativa o **PONTO** - é a ação de um instrumento de seção variada, aplicada pelo artesão, de forma impressa sobre a superfície cerâmica.

8.1 Estocado Longitudinal

8.2 Estocado Disperso

9. Escovado:

Tem como expressão decorativa o **PONTO** - é a ação de um instrumento de seção variada, aplicada pelo artesão, de forma impressa sobre a superfície cerâmica.

9.1 Perpendicular

10. Inciso:

Tem como expressão decorativa o **CORTE** – é a ação de um instrumento de ponta aguda, ou não, que risca mais ou menos profundamente a superfície cerâmica, por pressão ou arraste.

10.1 Em barra inter cruzado

11. Repuxado:

Tem como expressão decorativa o **CORTE** – é elaborado da seguinte maneira: ação de dois dedos em forma de alicate que pressionam a superfície da cerâmica, produzindo a elevação de uma porção de pasta ladeada pelas marcas da polpa dos dedos em sua base, em alguns casos, após esse processo a superfície mais proeminente é alisada com um artefato plano.

11. Repuxado Alisado

12. Pseudo-Ungulado (Jácome et al, 2010):

Tem como expressão decorativa o **CORTE** – é a ação de um instrumento de ponta aguda, ou não, que risca mais ou menos profundamente a superfície cerâmica, por pressão ou arraste.

12.1 Pseudo-Ungulado

13. Entalhado:

Tem como expressão decorativa o **CORTE** – é a ação de um instrumento de ponta plana que marca mais ou menos profundamente a superfície cerâmica, por pressão.

O acabamento predominante foi o simples, ou seja, um único tipo de instrumento e uma mesma técnica numa mesma direção. Em poucos exemplares, notamos acabamentos duplos, em que houve duas ações distintas produzidas por um instrumento, ou por vários, em áreas distintas da vasilha - nesse caso, vasilhas com a decoração corrugada no corpo da peça com decoração ungulada ou estocada sobre o lábio da borda da vasilha.

A Tabela 17 detalha os tipos, as variações, a intensidade e o acabamento identificados no sítio.

Tabela 17. Classificação dos acabamentos plásticos.

Tipo	Variação	Intensidade	Acabamento
1. Corrugado	Clássico, Simples, Telhado, Perpendicular, Imbricado e Grosseiro	Alta	Simples
2. Digitado	Não	Baixa	Simples
3. Roletado	Clássico	Baixa	Simples
4. Ungulado	Clássico, Tangente e Em barra Longitudinal	Média	Simples e Duplo
5. Serrungulado	Reverso e Unilateral	Baixa	Simples
6. Nodulado	Repuxado	Baixa	Simples
7. Ponteadado	Clássico e Duplamente ponteadado	Média	Simples
8. Estocado	Disperso e Em barra longitudinal e labial	Baixa	Simples
9. Escovado	Perpendicular	Baixa	Simples
10. Inciso	Em barra inter cruzado	Baixa	Simples
11. Pseudo-ungulado	Não	Média	Simples e duplo
12. Repuxado	Alisado	Média	Simples
13. Entalhado	Não	Baixa	Simples

Os acabamentos de 1 a 6 foram realizadas sem auxílio de um instrumento, ou seja, somente com as mãos, dedos e unhas, ao contrário das demais (7 a 13), que necessitaram da utilização de algum artefato para sua confecção.

Cabe destacar que o tipo 12, intitulado **Repuxado**, foi criado por nós, uma vez que o mesmo não foi identificado na bibliografia especializada. Para isso, seguimos os mesmos pressupostos de La Salvia & Brochado (1989), baseados na cadeia produtiva do acabamento, feitos da seguinte maneira: ação de dois dedos em forma de alicate que pressionam a superfície da cerâmica bem umedecida, produzindo a elevação de uma porção de pasta

ladeada pelas marcas da polpa dos dedos em sua base. Na maioria dos casos, após esse processo a superfície mais proeminente é alisada com um artefato plano.

Figura 53. Acabamento plástico repuxado, realizado da seguinte maneira: ação de dois dedos em forma de alicate pressionando a superfície da peça para junção dos roletes, deixando uma rebarba (seta vermelha), a qual é alisada com um instrumento plano (seta amarela).

A Tabela 18 apresenta as porcentagens dos tipos de acabamento identificados no sítio, onde se observa o predomínio de peças corrugadas, com 88,81% do total.

Tabela 18. Representatividade dos acabamentos plásticos.

Decoração Plástica – Tipo	Porcentagem
Tipo 1 - Corrugado	88,81%
Tipo 2 – Digitado	0,53%
Tipo 3 – Roletado	0,40%
Tipo 4 – Ungulado	3,06%
Tipo 5 – Serrungulado	0,13%
Tipo 6 – Nodulado	0,27%
Tipo 7 – Ponteadado	0,93%
Tipo 8 - Estocado	0,27%
Tipo 9 – Escovado	1,60%
Tipo 10 – Inciso	0,53%
Tipo 11 – Pseudo-ungulado	0,13%
Tipo 12 – Repuxado	2,00%
Tipo 13 – Entalhado	1,34%

Como detalhado na Tabela 18, o tipo corrugado é predominante no conjunto cerâmico analisado. Este tipo apresentou seis variações: clássico, grosseiro, telhado, perpendicular, imbricado e simples (ver imagens na Prancha 12).

O corrugado, segundo Schmitz (2010a, p.10), é uma

técnica de produção que se transforma em decoração, e certamente se origina de uma função: a parede enrugada, em contato com o fogo aberto, expõe à ação das chamas uma superfície maior que uma parede lisa, porque cada uma das rugosidades capta mais um pouco de calor para aquecer o conteúdo do recipiente.

Neste caso, os padrões decorativos, tanto os pintados como os plásticos, estão diretamente relacionados às distintas categorias funcionais dos vasilhames (MONTERO *et al.* 2008). No exemplo dado anteriormente, os corrugados estão sempre relacionados a vasilhas que vão ao fogo, neste caso, as panelas. Voltaremos a essa questão adiante.

- Tipo de queima

De acordo com Bicho (2012, p.449), o objetivo da queima é transformar a argila em cerâmica, “o que corresponde a uma alteração fundamental das suas propriedades físicas, nomeadamente o aumento da impermeabilidade, factor decisivo na conservação de alimentos”.

O processo de queima pode ser feito em fogueiras ao ar livre, em fornos de fogueira coberta, em fornos em cova ou estruturas de queima (CANOTILHO, 1999). No contexto indígena, utiliza-se basicamente a queima em céu aberto, o que geralmente ocasiona

problemas frequentes como fracturas, marcas de fumo e cozeduras impróprias. Estes problemas ocorrem porque as argilas não foram suficientemente cozidas, ou por inexistência de temperaturas altas, ou porque foram submetidas a um tempo de cozedura insuficiente, ou ainda por terem sofrido demasiado calor, queimando-se. (BICHO, 2012, p.449).

A análise do tipo de queima é feita por meio da leitura da fratura das peças, onde é possível observar a presença/ausência de núcleos e coloração da pastas. Assim, permitem visualizar queimas redutoras (quando se tem a entrada livre de oxigênio) e oxidantes (quando se limita a entrada de oxigênio). As queimas redutoras deixam nas peças uma secção transversal completa e superfície variando do laranja-tijolo ao marrom e as tornam homogêneas, de textura compacta e firme, sem fissuras ou bolas de ar; as queimas oxidantes

apresentam secção transversal com núcleo no meio da fratura e com a cor variando entre o cinza e preto, também exibem finas rachaduras, são mais permeáveis, menos duras e resistentes (ROBRAHN, 1989, p.65).

No conjunto cerâmico estudado, predominam peças com núcleos escuros e bolhas, representando 85% do total. Neste caso, é provável que as vasilhas cerâmicas tenham sido cozidas em atmosfera oxidante, ou seja, fogueiras abertas.

- Aspectos morfológicos

A análise das bordas e bases teve como intuito acessar o produto final, “compondo um artefato inteiro e único, o vasilhame cerâmico” (ROBHAN, 1989, p.58). Para descrição das formas, analisamos as seguintes variáveis: espessura das peças, tipo de borda, inclinação da borda, diâmetro da borda, tipo de lábio e o tipo e diâmetro da base.

- Espessura das peças

A espessura das peças está relacionada diretamente ao tipo (tamanho e diâmetro) e função (intenção de uso) de uma vasilha (RICE, 1987). No acervo estudado, preponderam peças medindo entre 13 e 14 mm de espessura (ver Gráfico 4). Neste caso, vasilhas com paredes mais finas, de acordo com Schiffer & Skibo (1992), aumentariam a eficiência de aquecimento e, conseqüentemente, do cozimento de alimentos. Da mesma forma, peças menos espessas quebrariam com maior “facilidade”, se comparadas com aquelas mais espessas e, conseqüentemente, mais resistentes a pancadas.

Figura 54. Gráfico detalhando a espessura das peças.

- Tipo, inclinação e diâmetro da borda

Foram identificados no conjunto de bordas cinco tipos, caracterizados como: diretas, extrovertidas, introvertidas, carenadas e cambadas (baseado em CHMYZ, 1976 e ROBRAHN, 1989). Observamos o predomínio de bordas diretas, seguida das carenadas e introvertidas, conforme detalha a Tabela 19.

Tabela 19. Tipo de borda e inclinação.

Morfologia da borda/inclinação	Porcentagem
Direta vertical	1,19%
Direta inclinada externamente	8,63%
Direta inclinada internamente	3,57%
Direta sem inclinação	45,23%
Extrovertida sem inclinação	3,57%
Extrovertida inclinada externamente	1,79%
Introvertida sem inclinação	3,57%
Introvertida inclinada internamente	4,47%
Carenada sem inclinação	14,88%
Carenada inclinada externamente	6,25%
Carenada inclinada internamente	0,60%
Carenada inclinada normal	2,98%
Cambada	3,27%

Com relação às bordas “sem inclinação”, correspondem aquelas peças que não permitiram o desenho do perfil, e medidas do diâmetro e sua projeção, o que representa quase 70% do total. O restante das peças permitiu essas aferições, que compuseram diferentes formas, apresentadas adiante.

No que concerne ao diâmetro das bordas, distribuímos as peças em cinco categorias (definidas por MORAES, 2007), que corresponderiam a vasilhas: em miniatura (menores que 12 cm); pequenas (12 a 16 cm); médias (18 a 26 cm); grandes (28 a 38 cm) e extra grandes (maiores que 40 cm).

Dentre as bordas que permitiram a medida do diâmetro, preponderam aquelas que apresentam diâmetro variando entre 12 e 16 cm (vasilhas pequenas) seguido daquelas com 18 a 26 cm (vasilhas médias), conforme detalha a Tabela 20.

Tabela 20. Tipo de borda e inclinação.

Diâmetro das bordas	Porcentagem
<12 cm	1,84%
Entre 12 cm e 16 cm	56,46%
Entre 18 cm e 28 cm	40,96%
Entre 30 cm e 30 cm	0,37%
>38 cm	0,37%

- Tipo do lábio

Predominam lábios arredondados em mais de 90% das peças, seguido pelos planos (4,5%), apontados (2,5%) e biselados (1,2%).

- Tipo e diâmetro da base

A base corresponde ao ponto de contato de uma vasilha com a superfície (LA SALVIA & BROCHADO, 1989), que dá sustentação a esta (CHMYZ, 1976). No conjunto analisado, preponderam as bases convexas, seguido das plano-côncavas e planas.

Com relação aos diâmetros, devido ao alto índice de fragmentação das peças, apenas poucos fragmentos permitiram aferir seu diâmetro. A maior parte destas apresenta diâmetros variando entre 10 e 30 cm.

- *Do caco ao pote: projetando as formas*

Por meio dos dados provenientes da análise de 186 bordas (ângulo de inclinação e diâmetro) e base, além dos desenhos dos perfis, foi possível realizar as reconstituições gráficas⁷ (com auxílio do programa *AutoCad*) de uma pequena parcela de vasilhas presentes nos sítio.

A partir destas reconstituições, nos utilizamos de referenciais bibliográficos para relacionar as formas identificadas no sítio com aquelas associadas aos Guarani (LA SALVIA & BROCHADO, 1989; BROCHADO *et al.* 1990; BROCHADO & MONTICELLI, 1994; NOELLI, 1999-2000) e Tupinambá⁸ (BROCHADO 1984, 1991; ASSIS, 1995; CORRÊA, 2009).

A Tabela 21 resume os tipos e funções de vasilhas encontradas nestes contextos, sendo que a forma da vasilha *camuciajura* está relacionada apenas aos Tupinambá (CORRÊA, 2009) e o termo *ñaetá* apenas aos Guarani.

Tabela 21. Vasilhas referentes às subtradições Guarani e Tupinambá.

Classe das Vasilhas		Tipo	Função
Tupinambá	Guarani		
Nhaempepo	Yapepó	<i>Panela</i>	Processamento de alimentos e uso secundário como urna funerária
-	Ñaetá	<i>Panela, caçarola</i>	Processamento de alimentos por fervura sobre o fogo
Nhaen	Ñaembé	<i>Prato</i>	Serviço de alimentos
Caguaba	Cambuchí Caguâba	<i>Tigela ou copo</i>	Serviço e consumo de líquidos
Camuci	Cambuchí	<i>Jarra, talha ou cântaro</i>	Processamento de bebidas fermentadas, armazenamento de líquidos e uso secundário como urna funerária
Nhaempiggoya	Ñaembé-guaçu	<i>Tigela</i>	Serviço de alimentos
Nhaempêuna	Ñamopyú	<i>Prato</i>	Assadores e torradores
Camuciajura	-	<i>Jarro ou talha</i>	Acondicionamento de bebidas fermentadas

⁷ De acordo com Brochado & Monticelli (1994, 209), as “reconstituições gráficas servem apenas para indicar algumas possibilidades de forma e dimensões de cada categoria. (...) Isto não indica que, a partir de um fragmento da sua borda, possamos conhecer a forma exata que a vasilha teria tido. O que, porém, não prejudicaria nossa classificação, uma vez que nossa preocupação é com a reconstituição da funcionalidade das vasilhas”.

⁸ Neste caso, entende-se subtradição Guarani e subtradição Tupinambá (ver BROCHADO, 1984).

Sumariamente, estas vasilhas foram associadas por meio do estudo morfológico àquilo que se produzia e o que se consumia (ver os trabalhos de BROCHADO, 1997; SCHMITZ & GAZZANEO, 1991). Assim, por meio das características tecnofuncionais e da elaboração de classes morfológicas (*panela, tigela, jarro e prato* ou *assador*), as vasilhas foram associadas às populações Guarani ou Tupinambá. Cabe dizer que, como apresentado na Tabela 21, a maior parte das vasilhas apresenta correspondentes em termos de morfologia e funcionalidade (NOELLI, 1999-2000).

No entanto, há características particulares para cada grupo, assinaladas pela localização geográfica e pelos aspectos das vasilhas, ou seja, “a distribuição da cerâmica arqueológica coincide com as áreas de dispersão dos grupos indígenas” (BROCHADO, 1980). Assim, a “cerâmica tupinambá” apresentaria uma maior diversidade de motivos pintados e maior número de vasilhas abertas e rasas, associadas ao consumo da mandioca amarga e sua transformação em farinha e beiju; a “cerâmica guarani” é composta por vasilhas mais profundas e globulares, havendo o predomínio de acabamentos plásticos, relacionadas ao consumo da mandioca doce, grãos, legumes e milho e seu preparo como cozido (NOELLI, 1996; SCHMITZ, 2010).

Por meio dos dados arqueológicos, linguísticos, históricos e da etnohistória, apresentados nos capítulos precedentes e, aliados às características gerais do material cerâmico, optamos pelo uso das definições êmicas Tupinambá para as vasilhas estudadas, nomeadas como: *caguaba, nhaenpiggoya, nhaempepo, camuciajura, nhaen e camuci e ñaetá*, sendo que para esta última utilizaremos a denominação em Guarani, já que não foi identificado seu nome para os Tupinambá.

A partir disto, separamos as vasilhas por classe (recipientes com a mesma função) e organizamos por categorias (mesma classe mas que se diferenciam pela posição e o perfil da borda) (BROCHADO *et al.* 1990). A partir desta organização e, baseado em extensa bibliografia (principalmente, os estudos de BROCHADO 1984, 1991; LA SALVIA & BROCHADO, 1989; BROCHADO *et al.* 1990; BROCHADO & MONTICELLI, 1994; NOELLI, 1999-2000; ASSIS, 1995; CORRÊA, 2009, dentre outros), foi possível organizar três classe distintas (ver Prancha 16):

- Classe 1 (*nhaen*, *nhaempiggoya* e *caguaba*): composta pela presença de pratos, tigelas ou taças utilizadas para o serviço e consumo de alimentos (individuais e/ou coletivos);

- Classe 2 (*nhaempepo*, *ñaetá* e *camuciajura*): composta pela presença de panelas, caçarolas ou caldeirões utilizados para preparação de alimentos por cozimento, fervura ou fermentação – uso secundário: urna funerária;

- Classe 3: (*camuci*): composta pela presença de talhas ou jarros utilizadas para o armazenamento de líquidos.

Saliente-se que a definição proposta nestas classes não é tomada de maneira rígida, pois é “possível que se encontre variabilidade em termos de função, uma vez que vasilhas projetadas para um determinado fim podiam ser utilizadas para outro” (NOELLI, 1999-2000, p. 255).

Classe 1

Classe 2

Classe 3

Escala Gráfica:

20cm

A classe 1 representa 46,23% do total de peças identificadas. Nesta classe, preponderam as *nhaen* com 29,59% (com três variações), seguido das *caguaba* com 10,18% (com seis variações) e, em menor número, as *nhaenpiggoya* com 6,46%. Cabe destacar que a *nhaen* foi a única vasilha inteira identificada dentro da urna funerária⁹.

A classe 2 soma 50,54% do total das peças. A *nhaempepo* apresenta 38,71% de peças (com quatro variações), a *camuciajura* com 9,14% e a *ñaetá* com 2,69%.

A classe 3 contempla apenas 3,23% das peças, que correspondem apenas às vasilhas *camuci*. Uma destas foi utilizada como urna funerária (ver Figura 55), identificada na porção sul do sítio.

Figura 55. Urna funerária identificada na porção sul do sítio (durante a etapa 2 da escavação). A figura da esquerda apresenta a peça in loco, juntamente com outra vasilha (*nhaen*) disposta dentro da urna; na figura da direita, é possível visualiza-la em exposição na Fundação Cultural de Jacareí, município de Jacareí.

A reconstituição das vasilhas identificadas no sítio possibilitou que pudéssemos melhor caracterizar os usos destes artefatos no contexto apresentado.

Como detalhado anteriormente, preponderam as vasilhas utilizadas para o processamento de alimentos (Classe 2), ou seja, aquelas que permitiriam a transformação de ingredientes em alimentos, sobre fogo ou não. Estas vasilhas (Classe 1) representaram 50,54% do total de peças identificadas. De acordo com Mayor (1994), a maior representatividade pode ser explicada pelo fato de que as vasilhas utilizadas no processamento de alimentos têm um ciclo de vida menor e, em consequência, precisam ser constantemente repostas.

Em menor proporção, aparecem as vasilhas utilizadas para o serviço e consumo de alimentos (individuais e/ou coletivos), com 46,23% do total de peças reconstituídas. Estas

⁹ Identificada durante a realização da etapa 2 de campo, a urna estava a 30 cm de profundidade e não apresentou material ósseo em seu interior (ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999, p.83).

vasilhas, por apresentarem espessuras mais finas e por estarem em constante manuseio, quebrariam com maior frequência (DEBOER & LATHRAP, 1979; MILLS, 1989) e, em consequência, eram substituídas em maior número.

No caso das vasilhas utilizadas para o armazenamento de líquidos, que representam apenas 3,23% do total das peças, estas teriam vida útil maior, uma vez que seriam menos transportadas, diminuindo o impacto e a possibilidade de quebra, assim como reduziria o índice de reposição (MAYOR, 1994).

Há outros elementos que podem influenciar na expectativa de vida de cada vasilha, além do uso frequente. Kramer (1985, p.89) aponta que a durabilidade de cada vasilha “variava conforme o artigo, tamanho, frequência de uso e localização; e a presença de crianças ou animais domésticos, que tornava possível derrubar vasilhas e causar fraturas” *.

Além das vasilhas que fazem parte das classes específicas, temos 3 formas que se diferenciam das demais. Duas delas nos chamam muito atenção, principalmente por não serem frequentes nos sítios associados a grupos Tupi.

Com a primeira forma foram identificados 2 fragmentos que correspondem a pequenas tigelas ovais rasas divididas ao meio, formando uma espécie de repartição interna. Uma das peças apresenta acabamento ungulado e alguns poucos traços de pintura vermelha em sua porção interna (ver Figura 56); quanto ao outro fragmento, no lábio nota-se o uso do acabamento entalhado (ver Figura 57).

Figura 56. Fragmento de possível vasilha geminada. A seta vermelha indica a presença de acabamento ungulado e a amarela, vestígios de pintura em seu interior.

* “varied with ware, size, use frequency and location, and the presence of children or domestic animals likely to topple pots and cause breakage.” (KRAMER, 1985, p.89)

Figura 57. Fragmento de possível vasilha geminada com acabamento entalhado no lábio.

Ainda com relação a essas vasilhas, não é tão comum a presença deste tipo de recipiente, uma vez que as vasilhas geminadas estão sempre associadas aos grupos ceramistas da tradição Aratu (PROUS, 1991). Em contextos Tupi, peças com essa característica foram encontradas em Araripina, Estado de Pernambuco (ALBUQUERQUE, 2008), no litoral do Estado de Espírito Santo (nos municípios de Piúma e Anchieta) (RIBEIRO *et al.* 2009) e, provavelmente, no litoral de Santa Catarina¹⁰ (SCATAMACCHIA, 1990).

Com relação aos demais recipientes supracitados, há peças que formaram duas pequenas vasilhas miniatura com um apêndice e acabamento unglado (ver Figura 58) e uma outra que se assemelha a um pequeno prato com acabamento pintado (ver Figura 59).

Figura 58. Vasilha em miniatura com apêndice.

¹⁰ Na tese de doutorado de Scatamacchia, na página 186, há uma prancha no qual a autora organiza algumas formas provenientes de trabalhos Piazza (1965), Schmitz (1959) e Rohr (1969, 1976) no litoral de Santa Catarina, onde há uma pequena vasilha que se assemelha a uma forma geminada.

Figura 59. Fragmento e perfil de possível prato.

Estas vasilhas representam uma pequena porcentagem no total de vasilhas identificadas no sítio. Desse modo, estas peças poderiam ter um uso ritualístico, serem pouco produzidas e utilizadas. Segundo Silva (2000), a *ja'e*, vasilha utilizada neste contexto, era manipulada apenas durante o ritual e sempre guardada sobre jiraus no interior das casas.

Concluindo, a análise realizada no material cerâmico permitiu identificarmos os padrões da produção destes artefatos (“*technological choice*”), que recorrem desde a escolha das matérias-primas aos usos e funções dos recipientes no contexto estudado. Estes padrões ou traços comuns se repetiram entre os grupos Tupi, que partilharam de uma mesma língua e cultura; neste caso provavelmente, a tupinambá. Essas características persistiram ao longo dos deslocamentos, mas se modificaram em função das diferentes orientações geográficas que os grupos seguiram (SCATAMACCHIA, 1990).

Isso permitiu que tivéssemos contextos culturais semelhantes, a presença de características particulares, como as detalhadas nos acabamentos de superfície (pintada e plástica) e na morfologia dos recipientes. No entanto, as modificações seguem critérios específicos para cada grupo, como “fatores sociais e conhecimento especial de representações, todos os quais infundiram substância com suas lógicas próprias”* (MABIAS, 1993).

Para exemplificarmos, a presença das vasilhas com repartições, que se assemelham aos recipientes geminados associados à cerâmica Aratu, podem ser entendidos não como processos de “invenção”, mas sim, de “empréstimo”, ou seja, por meio da adaptação ou destituição de um recurso técnico existente (LEMONNIER, 1993). No caso da “invenção

* “social factors and representations, special knowledge, all of which infuse matter with their own logic” (MABIAS, 1993).

técnica” que “(...) é sempre baseada principalmente na reorganização de elementos já presentes na cultural (material) local”** (*Ibidem*, p.21-22), pode se fazer presente com a identificação do acabamento plástico chamado por nós de “repuxado”.

Ressalte-se que os conceitos de *invenção* e *empréstimo* devem ser empregados com cuidado, uma vez que são práticas tecnológicas influenciadas por fenômenos mais amplos, variados e complexos (van der LEEUW, 1989). Entretanto, estes exemplos apenas nos apontam a presença da variabilidade que ocorre mesmo em contextos que seguem padrões e regras tecnológicas reproduzidos em longa duração (NOELLI, 1999-2000; 2008).

4.2. Conjunto artefactual lítico

O material lítico do sítio Santa Marina é composto por 205 artefatos que, ao serem comparados (quantitativamente) com o material cerâmico, representa aproximadamente 1% de todo acervo resgatado.

Na maior parte dos contextos de sítios associados a grupos horticultores/agricultores e cerâmicas, os artefatos líticos sempre representam a menor porção do acervo resgatado. Essa característica, em alguns casos, faz com que os artefatos líticos não recebem um tratamento analítico de maneira sistemática e minuciosa (NOELLI & DIAS, 1994). Entretanto, apesar de diminuto, os artefatos líticos são de suma importância em contextos Tupi (ver, por exemplo, DIAS JR, 1963, 1969, 1974; DIAS JR *et al.* 1975; BELTRÃO, 1970/1971, 1978; PALESTRINI & CHIARA, 1980; VILHENA-VIALOU, 1980; FACCIO, 1998; MORAIS, 1979; CORRÊA, 2011; PROUS *et al.* 2010; DIAS, 2012), uma vez que “estão associados a uma variedade de atividades artesanais, produtivas, extrativas e construtivas” (DIAS, 2012, p.147).

Assim, busca-se por meio da análise do material lítico entender parte do sistema tecnológico envolvido em sua produção, que corresponde a técnicas desenvolvidas por uma sociedade, por meio da interrelação de matéria, gestos, energia, objetos e conhecimento. Tais procedimentos envolvem ainda as técnicas ou conjunto de técnicas elaboradas por esta sociedade, além da interrelação com outros sistemas culturais (LEMONNIER, 1993).

Neste contexto, a produção de um artefato lítico está relacionado a uma cadeia de procedimentos que envolvem a aquisição de matéria-prima (por meio da coleta, extração ou importação), a redução inicial ou preparação de núcleos (que contempla o uso imediato da

** “is always based mainly on the reorganization of elements already presente in the local (material) culture” (LEMONNIER, 1993, p.21-22).

matéria-prima ou como base para produção de outros instrumentos), a modificação primária (artefatos transformados em pré-formas ou em instrumentos simples) e/ou secundária (artefatos retocados), o uso, a reciclagem e abandono deste artefato (DIAS & HOELTZ, 1997, pp.24-26).

Dessa maneira, para que possamos compreender sumariamente os processos detalhados acima, observamos no material analisado o tipo de matéria-prima utilizada como base, os procedimentos técnicos usados no processo de produção e, quando possível, colhemos informações sobre os potenciais usos destes artefatos.

- Matéria-prima

De acordo com Dias & Hoeltz (1997, p.28), “o tipo de matéria-prima disponível influencia a escolha dos procedimentos tecnológicos posteriormente empregados. A variação deste indicador depende das características da indústria a ser analisada e a disponibilidade da matéria-prima da região”. No sítio foram identificados artefatos constituídos das seguintes matérias-primas: sílex, quartzo leitoso, quartzito, arenito (friável e férreo), gnaiss e quartzo policristalino. Na Tabela 22, é possível visualizar a porcentagem das matérias-primas presentes no sítio.

Tabela 22. Tipo de matéria-prima identificada no sítio.

Matéria-prima	Porcentagem
Sílex	14,55%
Quartzo leitoso	3,64%
Quartzito	9,09%
Arenito friável	41,82%
Arenito férreo	3,64%
Gnaiss	12,73%
Quartzo policristalino	14,55%

No Vale do Paraíba Paulista, conforme apresentado no capítulo 1 desta dissertação, num raio de 10 km do sítio Santa Marina, com exceção do sílex, todas as matérias-primas identificadas estão presentes na região, ou seja, há oferta litológica disponível e suficiente (BOCANEGRA, 1997).

O sílex é uma rocha sedimentar silicatada, presente em depósitos arenosos ricos em cascalho, que geralmente são transportados em longas distâncias pelos rios (CORRÊA,

2009). O fato desta matéria-prima não estar presente no levantamento das rochas e minerais apresentados no capítulo 1 pode estar relacionado a dois pontos: devido à sua formação hidrotermal em cavidades de rochas basálticas (FILHO, 1999), muitas vezes, o sílex, mesmo que presente nos locais de uso, não é perceptível em levantamentos geológicos devido à escala; sendo ausente na região, essa matéria-prima pode ter sido coletada e transportada de outros locais.

Após a identificação da matéria-prima, as peças foram organizadas pelo tipo de tecnologia utilizada para sua transformação em artefato. Esse processo é permeado pela

execução sistemática de gestos mecânicos que alcançam sua realidade ótima mediante a apropriação conceitual em discurso social regulamentado, reproduzido por meio de canais sociais de aprendizagem, a fim de responder eficazmente a diferentes pressões eco-culturais e assegurar, desse modo, a continuidade do sistema como fim único da evolução cultural* (BOCANEGRA, 1997, p.147).

Identificamos no sítio artefatos lascados, polidos e brutos. Esta separação permitiu organizarmos os artefatos por meio de sua morfologia final, que envolve, como mencionado anteriormente, o “produto de uma cadeia de gestos, nos quais implicam decisões determinados e transmitidos culturalmente” (DIAS, 1994, p.87).

- *Artefatos lascados*

O conjunto de artefatos lascados representa 22,22% do total de peças, constituído por lascas e fragmentos de lascas em sílex e quartzo.

Em quase todas as peças, notamos o uso do lascamento unipolar (modificação primária), realizado da seguinte maneira:

O artesão ou experimentador segura um *bloco* de matéria-prima na mão esquerda (a não ser se seja canhoto) e um *batedor* (também chamado *percutor*) na mão direita. Escolhendo uma superfície adequada (*plano de percussão*), bate nestas para retirar uma *lasca* do bloco. (...) O ângulo

* “ejecución sistemática de gestos mecánicos que alcanzan su realidad óptima mediante la apropiación conceptual en discurso social reglamentado, reproducido por medio de canales sociales de aprendizaje, con el fin de responder eficazmente a las diferentes presiones eco-culturales y asegurar, de este modo, la continuidad del sistema como fin último de la evolución cultural” (BOCANEGRA, 1997, p.147).”

entre o plano de percussão e a parte externa do bloco a ser lascado seja igual ou inferior a 90 graus. (PROUS, 1991, P.65-66).

Em apenas duas peças observamos marcas de uso (ver Figura 60).

Figura 60. Lascas em sílex com marcas de uso.

As lascas de gume cortante, de acordo com Dias (2012, p.148), teriam multifunções, “como instrumento para cortar e furar (por pressão, percussão e torção) e para raspar, aplainar e tornear artefatos produzidos em madeira ou outras matérias primas perecíveis”. Nesta categoria, há também a presença de um único núcleo. O núcleo (bloco de matéria-prima) é “preparado para que dele se possa tirar, uma ou uma série de lascas. Um *núcleo debitado* (ou mostrando uma ou duas cicatrizes) é aquele do qual já se retirou uma ou várias lascas, que deixaram na superfície, a ou as cicatrizes, resultantes da debitação” (LAMING-EMPERAIRE, 1967, p.35), conforme aponta a Figura 61, abaixo.

Figura 61. Núcleo em sílex, a seta vermelha indica as cicatrizes resultantes do processo de retiradas de lascas.

Ademais, notamos que na maior parte das peças não foi possível identificar o córtex, conforme detalha a Tabela 23.

Tabela 23. Tipo de córtex.

Córtex	Porcentagem
>50%	26,19
<50%	28,57
Ausente	42,86
Total	2,38

Neste caso, a ausência de peças com córtex pode indicar que a matéria-prima sofreu redução imediatamente no local de aquisição ao ser transportada para o sítio (DIAS & HOELTZ, 1997). Assim, é provável que as primeiras etapas da cadeia operatória estavam sendo realizadas fora da aldeia, nas áreas de coleta de matérias-primas ou em áreas de atividades especializadas.

- Artefatos polidos

Os artefatos polidos representam 8,89% das peças resgatadas. Estes artefatos são resultantes do polimento obtido ao esfregar uma rocha que se pretende polir sobre um polidor fixo, em alguns casos, com auxílio de abrasivos (areia rica em silício) e de frequentes lavagens com água (PROUS, 1991), possibilitando a regularização das superfícies destes artefatos por meio do atrito (SOUZA, 2008).

Neste sítio, basicamente, os artefatos polidos são caracterizados por lâminas de machado, às quais estão associadas atividades de cultivo e manejo agroflorestal, uma vez que são os principais artefatos usados no abate de árvores (DIAS, 2012). De acordo com Prous (1991, p.78), são caracterizados “por uma parte ativa, o gume, polido e biconvexo; uma zona neutra, que atua por sua massa; enfim, uma zona de preensão”.

Foram encontrados três artefatos sem rocha básica, sem córtex, apresentando em sua parte próxima (extremidade oposta ao gume) marcas de utilização com arredondamento, assim como em uma de suas faces indicando outros usos da lâmina. O bordo ativo também apresenta desgaste e os flancos possuem um leve picoteamento (SOUZA, 2008).

Figura 62. Lâminas de machado identificadas no sítio.

- Artefatos brutos

Os artefatos brutos são preponderantes no acervo resgatado, totalizando 57,78% do total. Estes artefatos são caracterizados por não terem sofrido atividades de preparo para serem utilizados, mas apresentam marcas deixadas pelo seu uso, de forma involuntária (PROUS, 2004; DIAS & HOELTZ, 1997).

De acordo com as atividades pelas quais estes artefatos foram submetidos, podem ser classificados como ativos e passivos, sendo que os primeiros foram utilizados para a aplicação ou ampliação da força humana e os segundos são aqueles que apenas serviriam de suporte para a aplicação de golpes ou pressões (MOURA & PROUS, 1989; PROUS, 1986; 1991). Nesta categoria, podemos incluir os percutores unipolares, polidores manuais (calibradores) e os aguçadores ou afiadores.

- Percutores

Os percutores unipolares são constituídos de seixos em quartzo policristalino, com desgaste (maceração difusa) nos cantos e nas áreas periféricas (ver conjunto de Figura 63), utilizados para lascamento unipolar.

Figuras 63. Tipos de percutores identificados.

- *Polidores*

Os polidores manuais são “pequenos fragmentos, eventualmente seixos, esfregados na superfície de objetos a serem acabados ou afiados” (PROUS, 1991, p.64). Observamos nos artefatos analisados três formas de utilização:

- *Polidores planos:*

a) placa:

- uso de um dos lados da placa com desgaste côncavo.

Figura 64. Provável polidor ativo, podendo ter sido utilizado para afiar gume de machado.

Figura 65. Artefato bruto com modificação não intencional – provável uso final, como polidor.

b) plaqueta:

- uso de uma ou duas faces da plaqueta gerando um polimento pela utilização.

Figuras 66. Plaquetas com marcas de polimento.

No caso dos artefatos com bordos arredondados, poderiam ter utilidades muito pontuais. No estudo realizado por Corrêa (2011) sobre a cadeia operatória de produção de tembetás em amazonita no sul do estado do Ceará, as peças com bordos arredondados eram utilizadas como ferramentas ativas. Nesse estudo, estas peças, constituídas por placas de arenito, eram usadas como se fossem uma serra (ou lima circular) em movimentos de ir e vir, desbastando as cinturas dos paralelogramas, “destinadas a transformação em haste preênsil e de adorno” (CORRÊA, 2011, p.230).

c) calibradores:

- uso formando uma ou mais canaletas.

Figuras 67. Calibradores em arenito identificados no sítio.

Os calibradores são constituídos de pequenos blocos com “um sulco profundo e reto, dentro do qual eram esfregadas varas. O atrito obtido desgastava e regularizava seu formato (...) São também chamados de afiadores, ou pedras *com canaletas*, podendo haver um ou vários sulcos na mesma peça” (PROUS, 1991, p.65).

A análise do material lítico demonstrou, portanto, que estamos diante de uma produção tipicamente expediente ou informal (BINFORD, 1979, 1980, 1984; ANDREFSKY, 1994). O material lascado (lascas simples e sem retoques), por exemplo, foi produzido e utilizado com fins imediatos. Já as lâminas de machado demandariam maior tempo para serem produzidas (devido a suas formas complexas e pré-concebidas mentalmente), tendo uma vida útil maior, pois passariam por procedimentos técnicos de reciclagem quando necessário (SCHIFFER, 1972).

Neste capítulo, buscamos entender os processos que envolveram a produção, o uso e o descarte dos vestígios identificados no sítio Santa Marina, a partir da análise sistemática do conjunto artefactual cerâmico e lítico. Esse processo envolveu escolhas que são influenciadas por um conjunto de conhecimentos (ou padrões mentais rigorosos) pré-estabelecidos que são transmitidos de geração a geração (NOELLI, 2008, p.37). Vimos, além disso, que estes processos envolvem múltiplas possibilidades de escolhas que, muitas vezes, tornam os padrões menos rígidos e passíveis de alterações ou inovações (LEMONNIER, 1993).

CAPÍTULO 5

“A organização social de uma sociedade, em um momento dado, é definida como o conjunto de atividades, de ações e de relações humanas, de caráter adaptativo ou integrativo, ordenadas em uma configuração social de vida.”

Florestan Fernandes (1963)

5. OCUPANDO O VALE: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO TUPI NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Nos capítulos anteriores, por meio das fontes consultadas, constatamos que a região do Vale do Paraíba Paulista abrigou uma população altamente diversificada, composta tanto por grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico Tupi quanto ao tronco Macro-Jê.

Em nosso estudo de caso, a análise dos vestígios identificados no sítio arqueológico Santa Marina permitiu caracterizá-lo como resultado de uma ocupação Tupi, mais precisamente, por grupos falantes das línguas Tupinambá (Tupi antigo ou da Costa/Litoral) ou Tupiniquim (Tupi de São Vicente ou Tupi do Campo).

Estas populações, ao saírem da Amazônia, durante um longo período de tempo percorrem centenas de quilômetros até adentrarem ao Vale do Paraíba Paulista. Por lá estenderam domínios pela paisagem de forma contínua por meio de redes de aldeias que se comunicavam e se interrelacionavam (NOELLI, 2004). Desse modo, no contexto arqueológico, “não há depósitos arqueológicos ilhados, sequer na periferia externa dos territórios”^{*} Tupi (*Ibidem*, p.24).

Sendo assim, busca-se neste capítulo, a partir da disposição espacial do sítio arqueológico Santa Marina e de sua relação com os sítios Villa Branca, Pedregulho e Rio Comprido¹, aliado à configuração da paisagem *Valeparaibana*, caracterizar e apresentar as possíveis redes regionais existentes e a estrutura política e social de alianças, sustentadas por intercâmbios permanentes no Vale do Paraíba Paulista.

Para isso, num primeiro momento apresentamos os processos que envolveram a origem e dispersão Tupi, enfatizando o estabelecimento destes grupos no Vale do Paraíba Paulista; em seguida, exibimos a configuração espacial (inter-sítio) do sítio Santa Marina; logo após detalhamos os aspectos sócio-políticos que categorizam a organização dos espaços Tupi (*teii*, *tekohá* e *guará*) e; por fim, aplicamos os modelos destas categorias nos sítios arqueológicos e, conseqüentemente, na paisagem *valeparaibana*.

^{*} “no hay yacimientos arqueológicos aislados, ni siquiera en la periferia externa de los territorios” (NOELLI, 2004, p.24).

¹ As características gerais destes sítios foram detalhadas no segundo capítulo.

5.1. Origem e dispersão dos grupos Tupi e a ocupação do Vale do Paraíba Paulista.

Segundo os estudos da linguística histórica, o Proto-Tupi² teria se originado por volta de 5.000 mil anos atrás (RODRIGUES, 1984). A descrição deste processo, que ainda envolve a dispersão³ destas populações pela América do Sul (Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e Paraguai), é relatada na arqueologia brasileira a partir de dois modelos principais e coexistentes, baseados principalmente na distribuição da cerâmica e nas informações históricas sobre a localização geográfica dos povos de língua Tupi.

O primeiro modelo pressupõe o surgimento destes grupos na divisa entre o Brasil e a Bolívia, a leste do rio Madeira (MEGGERS & EVANS, 1972, 1973, 1979); o segundo, na Amazônia Central, partindo da confluência dos rios Amazonas e Madeira (LATHRAP, 1970; BROCHADO & LATHRAP, 1980; BROCHADO, 1984, 1989; NOELLI, 1993, 1996).

No tocante ao processo de dispersão destas populações, o modelo de Meggers e Evans (MEGGERS *et al.* 1988) estabelece a migração Tupi-guarani no sentido nortesul, até alcançarem o Paraguai, onde se dividem, sendo que os primeiros vão para o sul pelo rio Paraguai até a bacia do Paraná/Uruguai, enquanto os segundos seguem a leste, pelo rio Paranapanema até atingirem o litoral, onde avançam para o norte e nordeste do país (ver Figura 68).

² O Proto-Tupi é uma língua ancestral que deu origem a 10 famílias linguísticas (Tupi-Guarani, Awetí, Mawé, Mundurukú, Jurúna, Arikém, Tuparí, Ramaráma, Mondé e Puruborá) (CORRÊA-DA-SILVA, 2010). Destas, a única que se dispersou continentalmente foi a Tupi-Guarani.

³ Com relação ao processo de dispersão dos grupos Tupi, a partir dos conceitos de Migração e Expansão, ver discussão entre Noelli (1996), Viveiros de Castro (1996) e Urban (1996).

Figura 68. Modelo de dispersão Tupi de acordo com Meggers e Evans (mapa modificado a partir de MEGGERS et al. 1988).

Para Lathrap e Brochado, a expansão Tupi-Guarani teria seguido rotas diferentes entre os Tupinambá e os Guarani. Os Tupinambá teriam avançado no sentido leste do território brasileiro, até alcançarem a foz do rio Amazonas, depois no sentido sul pelo litoral; os Guarani subiram o rio Madeira a oeste e desceram rumo ao sul do rio da Prata (ver Figura 69).

Figura 69. Em lilás, centro de origem da cerâmica Tupi. A área hachurada lilás possui antecedentes relacionados à cerâmica Tupi; em azul, área com informação arqueológica e histórica da ocupação Tupinambá; e em vermelho, a ocupação Guarani (mapa retirado de MELLO & KNEIP, 2006, p.5).

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas vêm sendo realizadas sobre a questão da origem/dispersão dos Tupi (SCATAMACCHIA, 1990; HECKENBERGER *et al.* 1998; CORRÊA & SAMIA, 2006; CORRÊA, 2009; *no prelo*; MILLER, 2009; dentre outros), permitindo a retificação ou readequação dos dois modelos propostos (CORRÊA, *no prelo*).

Nesse âmbito, destacam-se os estudos da linguística histórica (RODRIGUES, 1958, 1964, 2000; 2010; URBAN, 1992; MELLO & KNEIP, 2006; CORRÊA-DASILVA, 2010; DIETRICH, 2010), pois permitem analisar e comparar sistematicamente línguas que poderiam ter tido uma origem comum (CORRÊA, *no prelo*) “alteradas no decorrer do tempo de uma só língua anterior” (RODRIGUES, 1986). Dentre estes estudos, destacamos o trabalho realizado por Mello & Kneip (2006), onde os autores propõem algumas modificações nos modelos vigentes, principalmente ao introduzir a

ideia dos movimentos de *fluxo e refluxo*⁴ no processo de dispersão (CORRÊA-DASILVA, 2010) (ver Figura 70).

Figura 70. Em roxo, centro de origem do tronco Tupi; a seta amarela, mostra o deslocamento dos falantes que originaram à família Tupi-guarani; em verde-escuro, centro de origem da família Tupi-Guarani; a seta verde-claro, mostra a volta de um ramo da família Tupi-Guarani para área proto-Tupi; em azul, expansão Tupinambá; em vermelho, expansão Guarani (mapa retirado de MELLO & KNEIP, 2006, p.5).

As proposições de Mello & Kneip (2006) de forma geral corroboram com as ideias de Lathrap e Brochado quanto aos processos de dispersão Guarani pela bacia do Paraguai/Paraná e dos Tupinambá pelo litoral no sentido norte-sul. Sendo assim, parece-nos mais plausível e “completo” (NOELLI, 1996) o modelo proposto por Brochado (1984) quanto os processos de dispersão Tupinambá pelo litoral Atlântico (sentido norte/sul).

⁴ De acordo com Mello & Kneip (2006, p.8), “alguns subconjuntos de línguas Tupi-Guarani teriam voltado à área de dispersão dos proto-Tupi. Colocar a área de dispersão Tupi-Guarani em região diferente da de origem dos proto-Tupi pressupõe um movimento de fluxo e refluxo de alguns grupos Tupi. Teria acontecido um movimento Tupi-Guarani para o leste amazônico e depois um movimento de volta das línguas que atualmente se encontram em Rondônia”.

5.1.1. Chegando ao Vale: os Tupi no vale do Paraíba Paulista

De acordo com o modelo proposto por Brochado (1984) a dispersão Tupinambá se estabeleceu a partir de uma lógica de colonização dos espaços através dos principais cursos fluviais. Este movimento sempre foi motivado por causas específicas e centrado em ambientes florestais (DIAS, 2003, p.167). É neste processo, ao longo do tempo, que os Tupinambá chegam ao Vale do Paraíba, provavelmente subindo o rio Paraíba do Sul, onde se espalham por toda região, do campo à floresta, do litoral ao sertão.

Na Figura 71 apresentamos a dispersão e ocupação do Vale do Paraíba de acordo com o modelo proposto por Brochado (1984).

Figura 71. Mapa do Vale do Paraíba com indicações da dispersão Tupinambá pela região (adaptado de BROCHADO, 1984).

Nota-se que as setas seguem no sentido leste/oeste pelo Vale. Neste caso, o próprio aspecto geográfico da região⁵ pode ter “condicionado” inicialmente uma exploração linear, seguindo o rio Paraíba do Sul e as porções menos elevadas e mais férteis do terreno (ver Figura 72).

Figura 72. Perfil da geomorfologia do Vale do Paraíba (adaptado a partir de PRADO & MORGADO DE ABREU, 1995).

Da mesma forma, a região foi explorada por vias terrestres que, posteriormente, se tornariam os Peabiru⁶, trilhas essenciais na locomoção de pessoas e produtos durante os séculos iniciais da colonização.

Desse modo, tanto pelo rio Paraíba do Sul quanto pelos caminhos terrestres, as populações Tupinambá ocuparam quase toda a extensão da paisagem *valeparaibana*. A mobilidade e circulação destas populações pela região permitiram, a princípio, a escolha pelas paisagens que melhor favoreciam a instalação de suas aldeias.

De acordo com Fernandes (1963, pp.71-72), os Tupi buscavam locais específicos para se acomodarem. Esses pontos deveriam conter provimento fácil e

⁵ A geomorfologia do Vale do Paraíba é caracterizada por uma depressão alongada de origem tectônica e ladeada por serras com grandes extensões, como ilustra da Figura 72. A região do município de Jacareí (médio Vale do Paraíba) encontra-se um terreno quase plano, com pouca declividade e com um amplo corredor entre as serras da Mantiqueira e do Mar (PRADO & MORGADO DE ABREU, 1995).

⁶ De acordo com Prezia (2008, p.29), estes caminhos ligavam o interior à costa Atlântica em vários pontos, além do caminho do Norte, que ia para Goiás e Sudoeste de Minas, o caminho que ia para o Vale do Paraíba, comunicando-se com o Sul de Minas e o litoral do Rio de Janeiro, incluindo-se os caminhos que iam para o litoral atravessando a Serra do Mar (PREZIA, 2008, p.29).

contínuo de água potável; ventilação abundante; considerável quantidade de lenha para combustão; proximidade de zona piscosa e proximidade de terras férteis, cultiváveis e com mata circundante.

No decorrer do processo de sedentarização das populações Tupinambá na região, é provável que o crescimento demográfico causou o fracionamento das aldeias e, conseqüentemente, a ocupação de áreas pretendidas, “implicando complexas relações inter-étnicas que deviam oscilar entre contatos belicosos e amistosos” (NOELLI, 1996, p.34).

O rompimento entre as populações causaria mudanças linguísticas (ver discussão em CORRÊA-DA-SILVA, 2010) e, portanto, a alterações no grupo. Estas variações causariam, devido ao afastamento temporal e espacial dos grupos segmentados, mudanças culturais importantes. Nesse sentido, é provável que estas alterações estejam relacionadas às diferentes designações feitas às populações indígenas através de etnônimos. Na área em estudo, há referências a diferentes línguas (Tupinambá e Tupiniquim) (DIETRICH, 2010; RODRIGUES, 2010) e etnônimos Tupi (Tamoio, Tupinambá e Tupiniquim ou Tupi de São Vicente). Nesse ponto, cabe salientar que a linguística histórica estabelece uma relação muito próxima entre as línguas Tupinambá e Tupiniquim, sendo que é muito provável que a segunda corresponderia a uma variação da primeira. No entanto, a questão ainda está em aberto, conforme as pesquisas atuais (ver discussão em NOLL & DIETRICH, 2010).

Outra questão importante corresponde ao equívoco que existe ao relacionar língua e etnônimo, uma vez que, por exemplo, Tupinambá é tanto uma língua quanto um etnônimo. Nesse caso, os etnônimos Tupinambá, Tamoio, Caeté, etc., correspondem às populações que falavam o tupinambá, mas apresentavam características *sui generis*.

A Figura 73 apresenta a localização dos grupos Tupi (língua e etnônimo) distribuídos ao longo do Vale do Paraíba. As manchas verdes e alaranjadas não correspondem a limites ou delimitações da ocupação destas populações, mas indicam a incidência dos Tupinambá (língua e etnônimo) e Tupiniquim (etnônimo) no Vale do Paraíba de acordo com as referências consultadas⁷.

⁷ Referimo-nos aos dados provenientes das fontes da arqueologia, história e linguística, detalhados no segundo capítulo.

Figura 73. Localização dos Tupinambá (e Tamoio) e Tupiniquim pelo vale do Paraíba Paulista.

De forma geral, Tupinambá e Tupiniquim predominaram na região do Vale do Paraíba, onde estabeleceram uma relação conflituosa baseada no “ódio imemorial” (MONTEIRO, 2001). Os Tupiniquim (aliado dos portugueses) são referenciados junto a São Vicente e em alguns aldeamentos paulistas como os de São Miguel, Nossa Senhora dos Pinheiros e Itaquaquecetuba (PETRONE, 1995).

De acordo com Prezia (2010) o termo Tupiniquim (Tupinakim/Tupinikim) está praticamente ausente nas fontes primárias dos séculos XVI e XVII. Ainda segundo o autor, este etnônimo é “encontrado entre os cronistas que conviveram com os Tupinambá, tanto no Rio de Janeiro, quanto na região de Ubatuba/Angra dos Reis” (*Ibidem*, p.156).

Para Teodoro Sampaio, o termo Tupiniquim corresponderia ao “colateral do Tupi” ou “tio afim”. Knivet (1947), por sua vez, traduz o vocábulo guarani *aqui/quî* como “*cosa floxa, tierna*”. Prezia (2008, p.161) aponta que este etnônimo poderia ter um significado pejorativo, o de “tupi frouxo”.

Na porção de ocupação Tupiniquim a documentação dos séculos XVI e XVII apresenta um número maior de referências ao etnônimo Tupi. Prezia (2000) afirma que o etnônimo seria uma autodenominação, pois estas populações “provavelmente estariam

se referindo a si como ‘a raiz, a origem’. Seria talvez uma forma de se contraporem a seus vizinhos e inimigos, os *Tamuya*/Tamoio, cujo nome significa ‘avô’” (*Ibidem*, p.162).

Atualmente, o vocábulo *tupi* passou a designar o tronco linguístico e os falantes desta língua (RODRIGUES, 1986). Para Prezia (2000, p.163), o etnônimo “Tupi” deve ser utilizado para os moradores do planalto e de São Vicente, e “Tupiniquim” para os moradores do Vale do Paraíba, Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro. Nesse sentido, tanto Tupiniquim quanto Tupi, de acordo com Rodrigues (2000), tiveram contato maior com os grupos do Ramo II da família Tupi-Guarani, mais precisamente, com os falantes do Guarani. Para o autor,

os últimos a chegarem no alto Tietê, os do grupo que havia mantido maior contacto com o II, teriam a partir daí transposto a Serra do Mar e descido para o litoral paulista, onde os encontraram os portugueses no século XVI, que os ficaram conhecendo sob o nome Tupí, usado pelo Pe. Anchieta e outros que na época estiveram em São Vicente e em Piratininga; pelo alemão Hans Staden foram chamado de Tupinikín (*TuppinIkin*) (...) Embora a língua dos Tupinambá e a dos Tupí sejam muito próximas, a dos últimos compartilha com o II certas características que não se encontram no Tupinambá (RODRIGUES, 2010, p.1601).

No caso dos Tupinambá ou Tamoios, há uma farta documentação⁸ que aponta para sua presença pela região e, segundo Buarque (1999, p.310), no período da chegada do colonizador, “esse grupo reinava absoluto em quase toda a extensão, presente desde o Cabo São Tomé até Angra dos Reis, passando pelo Vale do Rio Paraíba do Sul, uma das vias de penetração por ele utilizada”.

A identificação de alguns relatos “precisos” da localização de algumas regiões de domínio Tupinambá permitiu que alguns sítios arqueológicos fossem associados diretamente a tais ocupações. Para citarmos alguns exemplos: sítio Aldeamento Tupinambá de Morro Grande, no município de Araruama, Rio de Janeiro (BUARQUE, 1999) e sítio Itaguá, em Ubatuba, litoral de São Paulo (UCHÔA *et al.* 1984).

⁸ Esta bibliografia corresponde principalmente às crônicas e outros documentos dos séculos XVI e XVII, como aqueles escritos por Anthony Knivet, Hans Staden, Gabriel Soares de Sousa Manuel da Nóbrega, José de Anchieta entre outros.

À luz dos pontos apresentados, o Vale do Paraíba foi ocupado predominantemente pelas populações Tupinambá e, em sua periferia, pelos Tupiniquim.

Cabe salientar que, neste ponto, tais definições não são rígidas, uma vez que Tupinambá e Tupiniquim representam, assim como os Guaraní (DIAS, 2012, p.126), diversas populações com variações dialéticas na própria língua Tupinambá. O mais apropriado talvez seja pensar em um “conjunto multicomunitário” formado por redes de aldeias onde não há um limite palpável e nem definitivo. Para Fausto (2008, p.384), um dia poder-se-ia estar de um lado, no dia seguinte do outro – inimigos (e cunhados) eram justamente *tobojara*; ‘os do outro lado’.

Para Susnik (1994, p.5), por exemplo, “os territórios ‘tribais’ não eram estáticos, já que sempre havia mobilidade migratória e a pressão expansiva de grupos étnicos belicosos, existindo zonas com grande potencial ecocultural e também zonas de simples refúgio*”. Essas características estão diretamente relacionadas aos padrões de assentamento destas populações, que corresponde à relação entre organização social e padrão residencial (DIAS, 2003), como veremos a seguir.

5.2. Organização espacial do sítio Santa Marina: apontamentos preliminares

A análise do conjunto artefactual cerâmico e lítico proveniente do sítio arqueológico Santa Marina permitiu identificarmos parte da cultura material produzida, utilizada e descartada pelos indivíduos que habitaram este local.

Esta materialidade, ou melhor, o que sobrou dela no contexto arqueológico (SCHIFFER, 1972), é composta por inúmeras vasilhas cerâmicas, artefatos líticos, além de outros elementos que possibilitam compreender as “dinâmicas do uso espacial no contexto de uma variedade de componentes sociais (gênero, grupos, grupos domésticos por idade e grupos de conversa), ambos em nível local e regional”** (SILVA, 2008, p.257).

* “los territorios ‘tribales’ no eran estáticos ya que siempre había movilidad migratoria y la presión expansiva de grupos étnicos belicosos, existiendo (...) zonas con gran potencial eco-cultural y también zonas de simples refugio.” (SUSNIK, 1994, p.5).

** “dynamics of spatial use in the context of a variety of social components (gender, groups, domestic groups of age and talks groups) both at the local and regional level” (SILVA, 2008, p.257).

Para entendermos essa dinâmica, é necessário distribuir espacialmente os artefatos presentes no sítio, de acordo com sua localização, permitindo, assim, identificar padrões de distribuição espacial (HODDER & ORTON, 1976; ORTON, 1982). Da mesma maneira, possibilita interpretar a organização social no espaço (HODDER, 1989) e identificar locais de atividades específicas (*activity loci*).

Cabe ressaltar que os trabalhos de campo realizados no sítio em questão não visaram a uma amostragem da totalidade da dispersão dos vestígios. No entanto, as escavações pontuais, principalmente sobre as manchas de terra preta, e a identificação de estruturas (enterramento e combustão) e outros artefatos (resíduos produtivos, calibradores etc.) permitem fazermos uma leitura, mesmo que parcial, da composição espacial do sítio, assim como a inferência mais acurada do sistema cultural, a partir destes resquícios (TRIGGER, 2004, p.350).

5.2.1. As manchas de terra preta na configuração espacial do sítio Santa Marina

As manchas de terra preta ou solo antropogênico dizem respeito a áreas de habitação e seu respectivo cinturão envoltório, correspondentes a uma única ocupação, “contrariando os ditames dos pronapianos, que postulavam para cada núcleo de solo antropogênico o estatuto de um *sítio-habitação*” (MORAIS, 1999-2000, p.207).

No contexto amazônico, os solos antrópicos são conhecidos como “Terra Preta do Índio” (TPI), concentram alto teor orgânico (SMITH, 1980; WOODS, 2003) e são considerados a “papel chave na estruturação do nosso entendimento do passado e presente da Amazônia”^{*} (ERICKSON, 2004, p.457). Entretanto, não há consenso claro e definitivo entre os arqueólogos quanto a identificação e correspondência “espacial e temporal” dos solos antrópicos. A certeza que se tem é que estão sempre “associados com atividades humanas em sítios e paisagens”^{**} (*Ibidem*, p.460). Sabe-se também que a terra preta está quase sempre associada a artefatos compostos por fragmentos de cerâmica, material lítico, ossos, carvões, etc., interpretada na maioria das vezes, como fundos de habitação (KENT, 1987) ou resquícios das próprias habitações.

^{*} “key role in the structuring of our understanding of past and present in Amazonia” (ERICKSON, 2004, p.457).

^{**} “associated with human activities on sites and landscapes” (*Ibidem*, p.460).

De acordo com Prous (1991, 378-379) as manchas de terra preta se apresentam sem ordem, em “razão de reocupações sucessivas que mascaram a disposição original”, formando figuras geométricas semicirculares, elípticas ou retangulares. Erickson (2003), em seus estudos realizados no contexto amazônico, demonstra, por meio de inúmeros exemplos, como os processos formativos naturais (intemperismo, erosão, sedimentação e a ação de agentes biológicos como fungos, bactérias e insetos) e culturais (atividades de produção, uso e descarte dos itens materiais e que resultam numa determinada configuração do registro arqueológico) atuam na formação dos solos antrópicos. Estes processos, denominados por Schiffer (1972, 1975) de *C-transform* e *N-transform*, alteram também a disposição, as dimensões e integridade física das manchas de terra preta.

Essencialmente, a formação destas manchas está relacionada provavelmente ao descarte de artefatos fora do local de uso, nas adjacências das áreas de atividades (refugo secundário), ao contrário do material descartado em seu local de uso (refugo primário) (SCHIFFER, 1972). Neste caso, os refugos secundários podem ser de natureza discreta (que estão próximos das unidades residenciais ou das áreas de atividade) ou concentrados em áreas específicas do assentamento, o que resulta na limpeza periódica e transporte dos vestígios advindos de diferentes áreas de atividades (SCHIFFER, 1987; DEBOER & LAPHRAP, 1979 *apud* GOMES, 2008, p.74).

No sítio Santa Marina há duas áreas que indicariam locais de atividades específicas: a primeira, localizada ao norte do sítio, sobre uma das manchas de terra preta onde se concentram a maior parte dos polidores manuais (calibradores) identificados; na porção sul, acumulam-se a maioria dos resíduos produtivos (bolotas de argila) (ver Figura 74). Neste caso, estas atividades estariam relacionadas ao “refugo real”, se consideramos que foram descartados no mesmo local de uso. Entretanto, não sabemos se de fato estes artefatos tenham sido abandonados *in situ* ou se dispostos nas adjacências das áreas de atividades, constituindo um refugo secundário. Junto aos polidores manuais e aos resíduos produtivos, identificamos grandes bolsões de cerâmica diminutas⁹. Neste caso, sabe-se que “a diminuição do tamanho dos artefatos pode evidenciar atividades de limpeza e depósito secundário, ou ainda a fragmentação por

⁹ Cabe lembrar que cerca de 20% do total de peças presentes no sítio apresentam dimensões inferiores a 2 cm.

pisoteamento em solos de habitação ou áreas de circulação” (DEBOER & LATHRAP, 1970; SILVA, 2000 apud GOMES, 2008, p.74).

Ainda com relação aos refugos, há os *refugos de fato*, que correspondem aos instrumentos deixados em uma área de atividade caracterizada pela presença de artefatos grandes e/ou inteiros, geralmente em pouca quantidade, em relação aos demais refugos (SCHIFFER, 1972; 1983). No caso do sítio Santa Marina, a presença de 3 estruturas de combustão¹⁰ e uma urna funerária corresponderia aos *refugos de fato* por não terem sido descartados, mas abandonados em seus “locais de uso”.

A Figura 74 indica a localização dos resíduos produtivos, das estruturas de combustão (fogueiras), da estrutura funerária (urna) e os polidores manuais (calibradores).

Figuras 74. Croqui esquemático dos locais de maior concentração de resíduos produtivos (seta vermelha) e polidores manuais (seta azul). A seta verde indica o local de identificação de uma urna funerária e três estruturas de combustão (fogueiras).

¹⁰ De acordo com Robrahn-González & Zanettini (1999, p.79-81) estas estruturas corresponderiam a áreas com concentração de carvão e terra preta, por vezes rodeadas por pedras com aproximadamente 50 cm de diâmetro.

As manchas de terra preta adquirem um papel importante para o processo de compreensão da formação do registro arqueológico do sítio, uma vez que podem estar associadas a três modelos de constituição:

1) modelo de sambaquis baseado em “atividades antrópicas não intencionais” relacionadas a residências permanentes e à acumulação de refugos domésticos; 2) “modelo agrícola” baseado em “atividades antropogênicas intencionais” relacionadas a agricultura semi-permanente, implicando em limpeza e queima de vegetação; 3) “modelo de construtores de montes”, baseado em “atividades antropogênicas intencionais” relacionadas à transformação de solos para campos e morros sobrelevados* (KÄNMPF *et al.* 2003 *apud* ERICKSON, 2004, p.477).

Ressaltamos que, apesar de os modelos de Erickson terem sido formulados a partir de estudos do contexto amazônico, algumas práticas que resultam na formação da terra preta também estão presentes em contextos de grupos Tupi. Dentre os Asurini, por exemplo, Silva (2000, p.59) identificou que

a dinâmica do descarte ocorre em consonância com os processos de limpeza das áreas de atividade. Com certa periodicidade, as áreas de cozinha e de descanso são varridas e uma grande e variada quantidade de materiais é depositada nas áreas de descarte (p.ex. cacos de cerâmica, restos de alimentos, objetos de cestaria, materiais industrializados etc.). Essa concentração de materiais nas áreas periféricas da aldeia pode ser feita de forma intensiva, resultando em verdadeiros montículos de lixo ou, então, de forma extensiva, fazendo com que os vestígios fiquem espalhados no solo, como resultado da ação de animais ou dos próprios Asurini. Algumas vezes, é possível observar a presença de vegetação cobrindo as aglomerações de lixo (...) Os Asurini também costumam incinerar periodicamente os materiais depositados nas áreas de descarte, o que também resulta em acúmulo de cinzas nesses locais. Cabe salientar que com o constante acúmulo de materiais orgânicos e o frequente uso do fogo nas áreas de descarte, estas passam a apresentar um solo de coloração escura que se distingue do solo muito compactado e de cor amarelada que se

* “1) “midden model based on ‘unintentional anthropic activities’ related to permanent settlements and the accumulation of domestic refuse; 2) ‘agricultural model’ based on ‘intentional anthropogenic activities’ related to semi-permanent agriculture involving clearing and burning of vegetation; 3) ‘mound builder model’ based on ‘intentional anthropogenic activities’ related to transformation of soils for raised field sand mounds” (KÄNMPF *et al.* 2003 *apud* ERICKSON, 2004, p.477).

observa nos demais espaços da aldeia, especialmente naqueles em que são realizadas as atividades cerimoniais e públicas.

Nesse sentido, é provável que as manchas de terra preta estivessem, de fato, relacionadas às habitações presentes na aldeia. Para o contexto Tupi, há inúmeros trabalhos onde os núcleos de solo antrópico são presentes (como aqueles desenvolvidos por PALLESTRINI, 1975, 1984; PALLESTRINI & MORAIS, 1983/1984, MORAIS, 1999-2000; MORAES, 2007, entre outros) e interpretados dessa maneira.

Dentre os trabalhos que apresentaram uma configuração espacial composta por inúmeras manchas de terra preta, destaca-se o relativo ao sítio Aldeia Queimada Nova, localizado na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

Densamente escavado por Meggers e Maranca na década de 1970, este sítio apresentou diversas manchas que se agrupam ao redor de uma praça central, aliadas a algumas concentrações de materiais. De acordo com Prous (1991, p.379), “estas concentrações formam círculos de três a quatro metros de diâmetro, isolados no meio do círculo formado pelas grandes manchas ovais; em suas imediações, aparecem concentrações de material lítico”, caracterizando unidades distintas e distribuídas no espaço (ver Figura 75).

Em outra hipótese, é provável a existência de uma divisão maior da aldeia em duas metades (ocidental e oriental), onde morariam famílias exogâmicas matrilocais, uma vez que os padrões “de decoração da cerâmica são, às vezes, privativos de uma maloca ou de uma metade” (*Ibidem*, p.387). De acordo com Prous (1991, p.387), “as mulheres que tradicionalmente cuidam da decoração da cerâmica na vertente atlântica da América meridional. Portanto, a ausência de difusão de um padrão de uma casa para outra indicaria a permanência das mulheres, mesmo depois de casadas, na casa dos pais”.

Figura 75. Planta da Aldeia da Queimada Nova (Modificado a partir de MARTIN, 1999).

Com relação ao sítio Santa Marina, a disposição das manchas identificadas¹¹, formam duas áreas com pequenos espaços vazios: a primeira, ao norte, é composta pelas manchas de número 13 ao 18; a segunda, ao sul, formado pelas manchas 1, 3-9, conforme ilustra a Figura 76.

Figura 76. Planta do sítio Santa Marina – distribuição das manchas de terra preta.

¹¹ Cabe lembrar que as manchas, a princípio, foram identificadas por meio de fotos aéreas, as quais são interpretadas “a partir de dados observados na superfície do terreno. Trata-se de reconhecer marcas no solo ou alterações feitas na paisagem, deixadas por ocupações humanas pretéritas” (ROBRAHN-GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999).

Essa morfologia é muito semelhante a uma das aldeias Araweté descritas por Viveiros de Castro (1986). De acordo com o autor, essa aldeia

se constitui como uma constelação de pátios (comuns), ou grupos de pátios, maiores, que são a unidade padrão da sociabilidade cotidiana. Estas seções ou blocos residenciais parecem ter como modelo, ou forma tendencial, em termos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, a família extensa uxorilocal. Mas os arranjos efetivos são muito variados; as fronteiras de cada ‘seção’ são fluidas, e o grau de inclusão de diferentes casas em um mesmo *hikã* ou conjunto de pátios contíguos depende do contexto e do ponto de vista de quem classifica. Há algumas casas que não dividem (ou somam) seu pátio com outras; e há famílias extensas, que agem unitariamente, em outras situações, dispersas pela aldeia” (*Ibidem*, p.278).

Para exemplificarmos, a Figura 77 ilustra a morfologia da aldeia descrita por Viveiros de Castro (1986). Nesta aldeia, o autor faz as seguintes observações: “concentração das casas 7-10 em torno de um mesmo pátio, e assim também para o grupo 14, 16-20. As casas de 1 a 6 apresentavam-se ‘desorientados’ ou autônomas, como a 15, 11-12, e 13. O espaço central entre as casas 1, 2, 4, 11 e 15 era o pátio do xamanismo do cauim doce” (*Ibidem*, p.281).

Figura 77. Planta da Aldeia Araweté, 1982 – (modificado a partir de VIVEIROS DE CASTRO, 1986).

Além destes elementos apresentados, na extremidade da mancha 18 foram identificadas três marcas de negativos de esteios, medindo 20 cm de diâmetro e 120 cm de profundidade. Eles se mantêm alinhados de forma paralela, sendo que dois estão mais próximos, distantes 3 metros entre si e o terceiro 9 metros em relação aos dois primeiros (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010a). Tais esteios, ou suas marcas, são raras de serem encontrados (PROUS, 1991). Poderiam ser utilizados tanto para sustentação para as habitações como também para as redes, “sendo que os espaços de três metros marcariam a distância entre duas famílias nucleares vizinhas” (Ibidem, p.382).

De acordo com Assis (1996), o problema em compreender a relação que se estabelece entre as manchas de terra preta e as áreas habitacionais está em relacionar estaticamente a morfologia das manchas com as casas, uma vez que estas não correspondem à planta baixa das casas descritas historicamente. É necessário, portanto, ao correlacionar esses dados, levar em consideração uma série de eventos, desde o abandono e destruição das casas até a configuração atual do sítio arqueológico que afetariam a conformação desta planta baixa e modificariam os contornos originais.

Nesse ponto, os trabalhos etnoarqueológicos, desenvolvidos por Moi (2003; 2007) com os índios Xerente no Estado de Tocantins, demonstram o constante movimento de expansão e contração das aldeias, gerando uma variabilidade considerável no âmbito dos tamanhos dos assentamentos habitacionais. De acordo com a autora, a disposição das unidades habitacionais está em lenta e contínua movimentação, o que acaba por gerar mudanças consideráveis no registro arqueológico que incorpora esses movimentos, misturando as evidências materiais de tempos diferenciados. Dessa forma, o resultado final é uma área maior do que aquela apresentada no cotidiano – com um aumento ou diminuição de áreas e populações – mascarando os padrões de organização espacial e de utilização interna dos assentamentos.

Essas características, aliadas a situações imprevistas, como a destruição acidental de parte da casa, poderiam levar a soluções emergenciais, em alguns casos, as novas casas poderiam ser feitas com o reaproveitamento das estruturas arquitetônicas básicas, como o uso dos esteios. Neste caso, as plantas retangulares, como ocorrem no

caso dos Tupinambá, teriam contornos mais arredondados no registro arqueológico após passarem pelos inúmeros processos deposicionais existentes (ASSIS, 1996, p.56).

Voltando ao sítio Santa Marina, nota-se que algumas das manchas estão bem próximas e outras se sobrepõem parcialmente (manchas 16 e 17, por exemplo), esse ponto é importante para refletirmos sobre a concomitância temporal das manchas na aldeia. Para isso, utilizamos 2 dois métodos de datações: radiocarbônicas (C14) e termoluminescência (TL).

Foram realizadas 12 datações no total, sendo 2 por meio da C14 (*Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory*) e 10 pela TL (Datação, Comércio & Prestação de Serviços LTDA). Os resultados são apresentados nas Tabelas 24 e 25 e ilustrados na Figura 78 (barra cronológica).

Tabela 24. Detalhamento das datações em C14.

Código LVD	Localização	Material	Idade convencional	Idade calibrada
118822	Quadra 45, lote 03	Carvão	490 +- 50 BP	cal AD 1400 a 1475
118823	Quadra 46, lote 06	Carvão	490 +- 50 BP	cal AD 1400 a 1475

Tabela 25. Detalhamento das datações em TL.

Número da amostra	Localização	Profundidade	Material	Dose anual (uGy/ano)	Dose acumulada (Gy)	Idade Calibrada
2468	UE927-7	10 – 20cm	Cerâmica	5.400 ± 500	3,8	700 ± 100
2469	UE92-41	20 – 30cm	Cerâmica	4.700 ± 350	2,92	600 ± 80
2470	UE91-4	50 – 60 cm	Cerâmica	3.200 ± 350	2,67	830 ± 130
2471	UE92-41	90 – 100 cm	Cerâmica	3.300 ± 450	3,02	900 ± 170
CA00	Setor II	0 – 20 cm	Cerâmica	3.750 ± 615	1,53	410 ± 85
CA01	Setor II	0 – 20 cm	Cerâmica	3.570 ± 470	2,63	740 ± 135
CA02	Setor II	0 – 20 cm	Cerâmica	3.060 ± 140	2,10	690 ± 65
CA03	Setor III	0 – 20 cm	Cerâmica	3.035 ± 315	2,08	685 ± 100
CA04	Quadra 42 Lote 14	0 – 20 cm	Cerâmica	3.200 ± 730	2,24	700 ± 150
CA05	Setor V	0 – 20 cm	Cerâmica	3.130 ± 315	1,90	610 ± 90

Figura 78. Quadro de datações do sítio Santa Marina.

De acordo com os resultados das datações, teríamos um período de ocupação que se inicia no século X e vai até o século XVII, ou seja, quase sete séculos de ocupação. Entretanto, como demonstra a barra cronológica, das 12 datas, 9 delas compreendem um período que se inicia no século XIV, perdurando até os primórdios do século XVI.

Na Figura 79, dividimos o sítio em duas porções: a primeira contempla as manchas 10 a 18, as quais formam um pequeno semicírculo, de onde advieram 6 amostras para datação; a segunda abrange as manchas 1 a 9, formando da mesma forma outro semicírculo, de onde também foram coletadas 6 amostras.

Para cada porção, as datas com idades próximas foram condensadas. Assim, teríamos na porção A, datas que vão do início do século X ao final do século XV. Na porção B, as datas vão do início da primeira metade do século XII a segunda metade do XVII, conforme ilustra da Figura 79.

Figura 79. Quadro de datações do sítio Santa Marina distribuídas espacialmente.

De maneira geral, podemos avaliar que as datas, ao serem distribuídas pela extensão do sítio, nos mostram uma similaridade temporal da ocupação desta aldeia. Os nuances cronológicos, para mais (1527 – 1687) e para menos (949 – 1310), podem estar relacionados a um palimpsesto, que corresponde, a um processo de sucessivas ocupações (e sobrepostas) de um mesmo lugar (BINFORD, 1981).

5.3. Perspectivas para um modelo de organização social do espaço Tupinambá

As sociedades Tupi possuíam uma série de espaços construídos que mantinham um *modo de ser* (MELIÁ, 1981). Esses espaços compreenderiam além da aldeia, abrigos de roça, de caça, pesca, porto das canoas etc., compondo um território de domínio (ASSIS, 1996).

Para compreensão desta organização, Noelli (1993), baseado em *Tesoro de La Lengua Guarani*, escrito por Montoya entre 1612 e 1617, “propõe um modelo que busca dar subsídios históricos e arqueológicos para interpretação de aspectos espaciais das estruturas do assentamento Guarani e sobre as estratégias de captação de recursos para a subsistência e elaboração da cultura material” (DIAS, 2003, p.168). Com o mesmo objetivo, Assis (1996, p.7) propõe um modelo para interpretar a forma de “como os Tupinambá organizavam seu espaço de vida”, a partir da detecção dos espaços de atividades cotidianas.

Por meio destas propostas (tanto para os Guarani quanto para os Tupinambá), buscamos interpretar, a partir da disposição dos sítios arqueológicos associados a ocupações Tupinambá na paisagem (Santa Marina, Villa Branca, Rio Comprido e Pedregulho), a organização social do espaço na área de estudo, conforme ilustra a Figura 80.

Figura 80. Croqui esquemático dos sítios Tupinambá localizados na área de estudo.

Neste ponto, a inserção dos demais sítios (Villa Branca, Pedregulho e Rio Comprido) à discussão permite avançarmos no entendimento de como estas populações se organizavam no espaço, uma vez que os sítios arqueológicos raramente se encontram isolados (NOELLI, 2004), pois fazem parte de uma estrutura política e social de alianças. Todavia, entendemos que estas proposições são “genéricas”, uma vez que, para avançarmos nestas questões, seria necessária a análise minuciosa e aprofundada dos sítios supracitados, assim como um quadro de datações mais apurado destas ocupações para estabelecermos comparações mais precisas.

5.3.1. Breve definição dos conceitos *Teii*, *Tekohá* e *Guará*

O *teii* corresponde à representação concreta da macrofamília ou linhagem, sendo designada de *teii oga* a casa onde viviam e *amundá* o local onde se encontrava a área da aldeia central.

As famílias que compunham um *teii* eram formadas em média por 6 pessoas, onde a poligamia era, “aparentemente restrita a uma posição de prestígio no âmbito da aldeia. Uma *teii oga* poderia abrigar até 60 famílias nucleares, podendo as aldeias de grande porte possuir até 6 *teii oga*, sendo habitada por, aproximadamente, 2000 pessoas” (DIAS, p.170).

Os *teii* formavam um *tekohá*, ou *tecoaba* para os Tupinambá, composto por um jogo de espaços distintos, formado pela aldeia, pelas roças (*cog*) e pela vegetação circundante (*caa*). Nesta estrutura,

as roças (*cog*) iniciavam-se fora do perímetro da aldeia, localizando-se a diferentes distâncias, de acordo com sua antiguidade. Além das roças, inicia-se o espaço das matas, genericamente denominadas *caa*, no qual situam-se as áreas de pesca, coleta e caça e as jazidas litológicas e de argila. Neste também estão outras áreas de manejo que podem refletir antigas ocupações ou a preparação para futuros assentamentos, levando a crer que o raio de ação do ambiente humanizado estendia-se por muitos quilômetros a partir da sede do *tekohá* (NOELLI, 1993, p.266).

Os tekohá mantinham-se através de uma rede de parentesco entre povoados e grupos familiares. De acordo com (Melià, 1986, p.195) o *tekohá* “significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida”*. Esta estrutura sustentava o “*modo de ser Tupi*”, chamado de *Ñande Reko*¹². A união de diferentes *tekohá* formava um *guará*. De acordo com Melià (1987, p.84), o *guará* constituía “a consciência da unidade e identidade sócio-cultural-regional, reforçada e estabelecida pela união de ações e a solidariedade de condutas”.

Para Dias (2012, pp.130-131) o *guará* assegurava o “direito do usufruto da terra para o uso exclusivo de seus habitantes, representado pela prática da roça e pela independência das áreas de pesca e caça”. A manutenção destes territórios era feita a partir das alianças entre várias aldeias por meio dos laços de parentesco e reciprocidade.

Nesse contexto, de acordo com Fernandes (1963, pp.77-78),

havia um certo *esprit de corps* ou uma consciência social comum aos membros de um grupo local, individualizando-o. Simbolicamente esta “individualização” dos grupos locais ocorria pela atribuição de um nome. Assim, cada grupo local era designado por um nome próprio. Este nome não era associado a acidentes do ambiente geográfico. Por isso conservava-se, apesar das constantes migrações dos grupos locais, de uma área para outra.

Para Fernandes, essas unidades amplas eram designadas de “tribos” pelos autores quinhentistas e seiscentistas. A exemplo disso, Soares (1997), a partir das fontes jesuíticas, constatou a existência de cinco *guará* Guarani no Rio Grande do Sul no período de contato com o europeu.

A seguir, por meio dos dados apresentados, buscamos compreender a organização social do espaço Tupinambá na porção onde se encontram os sítios arqueológicos em estudo.

* “significa y produce al mismo tiempo relaciones económicas, relaciones sociales y organización político religiosa esenciales para la vida” (MELIÀ, 1986, p.195).

¹² De acordo com Melià (1981, p.8), *Ñande Reko* tem um significado amplo, “*nuestro modo de ser*”, (Guarani) e está relacionado ao estado de vida, à condição, aos costumes, à lei, ao hábito etc. Este *modo de ser* estaria relacionado essencialmente a maneira que os grupos indígenas vivam em seu espaço geográfico.

5.4. Classificação dos espaços Tupinambá: uma proposta interpretativa para a área de estudo.

Em nosso estudo de caso, pudemos caracterizar o sítio arqueológico Santa Marina como proveniente da ocupação Tupinambá (língua e cultura). Desse modo, para o entendimento da unidade espacial, nos utilizaremos basicamente do modelo proposto por Assis (1996), uma vez que esta autora compõe sua dissertação baseada em estudos específicos sobre os Tupinambá. No entanto, nós não nos restringimos apenas a esse estudo, pois há pontos importantes para o entendimento da organização social Tupi que estão ausentes neste trabalho, como o conceito de *guará*.

Para Assis (1996, pp. 36-37), a organização do espaço Tupinambá consistia em dois aspectos principais:

primeiro enfocando o conjunto de assentamentos, sua localização no território de domínio e as vias de ligação entre estes assentamentos, procurando, desta forma, evidenciar como estes diferentes contextos são integrados e formadores de uma unidade de ocupação desta sociedade. No segundo aspecto o enfoque detalhou as características espaciais de cada assentamento. Em cada assentamento se evidenciou a(s) área(s) de atividade presente; por exemplo, no assentamento de habitação – a aldeia – a casa e a praça constituíssem-se em duas áreas de atividade distinta. As áreas de atividade presentes nos assentamentos podem possuir locais específicos onde se desenvolve um determinado tipo de tarefa, que muitas vezes configura-se como uma etapa de certa atividade. Tomando a casa como exemplo de área de atividade da aldeia, esta possui “locais de atividades especializadas”, como os locais para dormir e descansar ou aqueles para preparar alimentos (a cozinha).

Assim, o espaço Tupinambá seria composto tanto pelas estruturas menores (micro) quanto pelas maiores (macro). Interessa-nos o conjunto total, denominado de macro unidade espacial, ou *tecoaba* (*tekohá*), uma vez que possuíamos apenas dados concretos das áreas de atividades realizadas na aldeia.

Como descrito anteriormente, o *tecoaba* formava um conjunto de sistema de habitação que englobava diferentes áreas de atividade dentro de um território de domínio. As áreas de atividade compunham as micro unidades, estabelecidas

principalmente, na aldeia (área residencial) e nos acampamentos (de roça, de caça e de pesca) (*Ibidem*, p.39).

Para instalação de uma aldeia e dos demais assentamentos que formavam o *tecoaba*, buscavam-se locais com diversidade de micro ambientes ou ecozonas “composta de plantas e animais específicos que possibilitava a obtenção de produtos variados” (POSEY, 1987, pp.17-18).

A partir destas características, inserimos à discussão o Santa Marina e os demais sítios arqueológicos localizadas na área de estudo. A Figura 81 apresenta os sítios distribuídos no espaço, a distância entre cada assentamento, a altitude e o rio e córrego mais próximo.

Figura 81. Croqui esquemático dos sítios arqueológicos distribuídos na macro unidade espacial.

De maneira geral, os sítios estão implantados na paisagem em porções onde as altitudes se assemelham (entre 617 e 650 metros do nível do mar); próximos ao rio Comprido e do córrego Guatinga, mas afastados aproximadamente 5 km do rio Paraíba do Sul (maior rio navegável). A distância entre os sítios variou entre 486 m (Villa Branca e Pedregulho) e 4.600 m (Santa Marina e Rio Comprido).

São características importantes, pois “a maneira como as populações se distribuem na paisagem tem um potencial informativo muito grande. (...) O tipo de distribuição de aldeias leva a questionar de imediato por que elas estão onde estão, que variáveis estão envolvidas na escolha da ocupação” (SCATAMACCHIA, 1987/88/89).

A seguir, aplicamos os modelos da organização social do espaço Tupinambá no contexto dos sítios arqueológicos localizados na área de estudo.

5.4.1. Caracterização da organização do espaço Tupinambá a partir dos sítios arqueológicos localizados na área de estudo.

Primeiramente, como já mencionado, as proposições são parciais, uma vez que não possuímos dados pormenorizados dos sítios Villa Branca, Pedregulho e Rio Comprido. Além disso, seria necessário promover uma pesquisa sistemática na área de estudo com o objetivo de mapear as possíveis áreas de atividades específicas (área de roça, abrigo de caça e pesca, andaime de caça e para flechar peixe, etc.). Entretanto, diante da extensa bibliografia sobre as questões tratadas até o momento, parece-nos oportuno e plausível estabelecermos hipóteses interpretativas que poderão ser comprovadas ou refutadas através de futuras escavações na região. Por fim, partimos da hipótese que os sítios estão distribuídos na paisagem de forma sincrônica, ou seja, relacionados temporalmente. Para isso, nos baseamos nas datações existentes para os sítios Santa Marina e Villa Branca (conforme ilustra a Figura 82), as quais indicam para tal possibilidade.

Figura 82. Datações (A.D.) dos sítios arqueológicos Santa Marina e Villa Branca.

Como mencionado anteriormente, os *teii* correspondem aos núcleos familiares que poderiam abrigar até 60 famílias. Em cada *teii* existia o homem de maior prestígio político e/ou religioso (SOARES, 1997). Na maioria dos casos, os líderes mantinham relações de parentesco ou alianças guerreiras. No entanto, esta relação não constituía uma “unidade política ou territorial contínua mas, antes, uma composição sujeita a frequentes e, do ponto de vista europeu, inesperadas mudanças” (MONTEIRO, 2008 p.25).

De acordo com Ladeira (2008, p.54), na primeira fase colonial as aldeias eram designadas pelos europeus pelo nome dos seus líderes, “em virtude do interesse em especificar as casas de famílias e respectivos chefes que deviam serviços aos espanhóis, por amizade e parentesco”.

Para Soares (1997, p.127), o “reconhecimento da aldeia através do nome da liderança é um sinal de prestígio que poderia ter influência nos convites e nas alianças em sentido mais amplo, em nível de conjunto de aldeias ou *teko á*”.

Em nosso estudo de caso, é provável que o sítio Santa Marina abrigasse mais de um líder (chefe local, o *tuvichá*), uma vez que, como apresentado anteriormente, as manchas de terra preta (interpretadas como vestígios das antigas habitações indígenas (*teii oga*) e coexistindo temporalmente) indicariam a presença de 18 *teii* agrupados.

Esta forma de agrupamento pode ser descrito como “*añe amûndá hecé- colocar sua casa, ou povoado, perto de outro*, seja para estreitar os vínculos de reciprocidade, seja pelos objetivos em comuns” (*Ibidem*, p.126).

A composição de *teii* formava uma aldeia (*amundá*), sede do *tecoaba*. No entanto, neste território de domínio ainda estavam presentes as micro unidades (áreas de atividades), como ilustra a Figura 83.

Figura 83. Croqui esquemático de uma aldeia Tupinambá (adaptado a partir de ASSIS, 1996).

A figura 83 apresenta a disposição da organização espacial Tupinambá. Esta estrutura está diretamente relacionada a outras aldeias, uma vez que “manifestava-se socialmente como uma rede de parentesco entre povoados e grupos familiares autônomos, que permite o intercâmbio social e econômico” (SOARES, 1997, p.128).

De acordo com Ladeira (2008, p.161), o território de domínio

não tem seu sentido restrito às condições de um espaço físico. Há uma inter-relação entre aspectos sociais, espirituais e ambientais. Todavia, atualmente se observa que o fator mais definitivo é a composição social do(s) grupo(s) familiar e a força espiritual de seu dirigente. Mesmo situadas em lugares onde as condições ambientais são muito precárias, a aldeia pode ser considerada um *tekoa*, em razão da sua coesão social, do comportamento em relação ao mundo dos brancos e do empenho em seguir os princípios éticos e religiosos definidos no *teko*.

A Prancha 17 apresenta um croqui esquemático das aldeias presentes na área de estudo que formariam quatro *tecoaba*. Nota-se que, devido à proximidade entre as aldeias e o “grau de reciprocidade do conjunto multi-comunitário pertencente a um mesmo *guará*” (DIAS, 2003, p.170) havia a sobreposição das áreas de ação entre as distintas aldeias.

Noelli (1993, p.252), a partir de dados etnohistóricos e arqueológicos estimou que a área de captação de recursos de um *tecoaba* ao longo do ciclo anual atingia até 50 km, a partir da sede à aldeia.

PRANCHA 17 – MODELO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL TUPINAMBÁ NA ÁREA DE ESTUDO.

- ▲ Sítio Villa Branca
- ▲ Sítio Pedregulho
- ▲ Sítio Santa Marina
- ▲ Sítio Rio Comprido

Organização espacial de uma aldeia Tupinambá

Croqui esquemático da distribuição dos sítios associados aos grupos Tupi localizados no município de Jacareí. Estes sítios representariam aldeias agrupadas por laços de parentesco e reciprocidade formando um *tecoaba*.

Por fim, os *tecoaba* resultantes de alianças e laços de parentesco e reciprocidade formam *guará*. “Neste, era assegurado o pleno direito do usufruto da terra para o uso exclusivo de seus habitantes, representando pela prática da roça e pela independência das áreas de pesca e caça” (DIAS, 2012, p.130). O *guará* era composto por até 40 *tecoaba* sob a liderança de uma pessoa de grande prestígio político e espiritual que dominava extensos trechos das bacias hidrográficas (*Ibidem*, p.130).

No entanto, devido ao número reduzido de pesquisas sistemáticas na região e, conseqüentemente, de trabalhos de investigação “que reconheça que os diferentes sítios são expressão de diferenças funcionais dentro de uma unidade de sistema cultural e não, necessariamente, diferenças entre sistemas” (ASSIS, 1996, p.117), ainda é dificultoso estabelecermos uma delimitação segura da área de domínio do *guará* onde estão localizados os sítios arqueológicos apontados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou, primeiramente, contribuir para composição de um amplo quadro da ocupação indígena pré-colonial no vale do Paraíba Paulista. Adentramos o Vale, recuperando e organizando os esparsos dados arqueológicos dispersos pela região e resgatando nas fontes da história e da linguística disponíveis os elementos fundamentais para um entendimento mais amplo e apurado dos grupos Tupi.

Para compreensão dessa região, nos debruçamos sobre a paisagem *valeparaibana* (capítulo 1), tendo sido fundamental para que pudéssemos definir as estratégias de investigação das populações locais, pois

compreender as maneiras pelas quais os grupos pré-históricos ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas, sociais e culturais, da mesma forma entendendo como as pessoas foram influenciadas, motivadas e restringidas por ela, em um processo de compreensão das diferentes sociedades humanas em seus ambientes, que ultrapassam o *possibilismo* ou o *determinismo ambiental*, apresentando uma visão de estudos que associem natureza e cultura em suas totalidades (FAGUNDES & PIUZANA, 2010, p.211).

Seguindo, a partir da leitura das fontes citadas (no capítulo 2), observamos que as populações Tupi e Jê, a partir de suas diferentes identidades étnicas, compuseram na região um mosaico cultural. As relações entre estas populações se estabeleceram de maneira dinâmica, ora através de conflitos, ora por meio de conciliações.

Nesse sentido, para exemplificarmos, a presença de uma vasilha dividida ao meio, como detalhada no capítulo 4, remete-nos às possíveis relações existentes entre grupos distintos (Tupi e Jê), uma vez que formas como estas são muito semelhantes em contexto de sítios associados à denominada tradição arqueológica Aratu.

Com isso, esse elemento, além da proximidade espacial e temporal entre sítios Tupi e Jê, nos traz pontos importantes para discutirmos sobre a presença ou não de “fronteiras culturais” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, 2003). Nesse sentido, essa disposição deve ser vista com ressalvas, uma vez que

os limites entre um grupo étnico e ‘os outros’ não são mais rígidas nem fixas, mas fluído, mudando de acordo com interesses, necessidades e circunstâncias sociais, políticas, econômicas, o que dificultava ainda mais seu reconhecimento quando os atores não estão mais presentes (LIMA, 2008, p.173).

Talvez a melhor definição para essas relações tenha sido postulada por Pratt (1999, p. 27) quando se refere ao espaço de encontros coloniais. Esse processo foi chamado de *zona de contato* pela autora, ou seja, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”.

Diante da baixa quantidade de trabalhos acadêmicos com contextos pré-coloniais na região do sítio arqueológico Santa Marina, seu estudo (apresentado no capítulo 3) torna-o de suma importância para compreender as ocupações indígenas no Vale do Paraíba Paulista. Entretanto, vemos a necessidade da continuidade das pesquisas na região, principalmente pelo fato de haver inúmeros sítios já escavados no âmbito da *arqueologia preventiva*, como é caso dos sítios Rio Comprido, Villa Branca e Pedregulho, aguardando ansiosamente pelo aprofundamento dos estudos.

Tal investigação será extremamente útil para que possamos testar as hipóteses alçadas ao longo desta dissertação, notadamente no que concerne à organização do espaço Tupinambá (capítulo 5), “composta por unidades integrativas vinculadas entre si por relações necessária de coexistência e independência”, chamada *tehoká* (NOELLI, 1993) ou *tecoaba* (ASSIS, 1996).

Cabe salientar que, ao associarmos o sítio Santa Marina a uma ocupação tipicamente Tupinambá, estamos cientes das problemáticas em relacionar língua e cultura material (SCHIAVETTO, 2003; SOARES, 2005). Ainda sim, julgamos viável esta possibilidade, já que há na região de estudo documentos etno-históricos, associação de objetos europeus com sítios contendo cerâmica tupiguarani (sítio Itaguá, por exemplo), além de inúmeras datações dos séculos iniciais da colonização europeia.

Por fim, salientarmos que, ao utilizar o termo Tupinambá, nos deparamos com a composição de vários grupos étnicos e não só uma etnia. Sendo assim, não são fixas,

mas compostas do resultado de constantes negociações e reformulações (BOCCARA, 2001), pois

a construção da identidade étnica é então um processo dinâmico, que sofre transformações ao longo do tempo. Estas podem ser coletivamente motivadas, impostas por alguma, ou algumas, razões externas ou internas ao grupo, porém sempre inequivocamente realizadas como um trabalho simbólico dele, em sua cultura e com sua cultura* (BRANDÃO, 1986, p. 110).

* “construcción de la identidad étnica es entonces un proceso dinámico, que sufre transformaciones a lo largo del tiempo. Estas pueden ser colectivamente motivadas, impuestas por alguna o algunas razones externas o internas al grupo, pero siempre inequívocamente realizadas como un trabajo simbólico de él, en su cultura y con su cultura” (BRANDÃO, 1986, p. 110).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB´SÁBER, A. N. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

AFONSO, M. C.; MORAES, C. A. *O Sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do Estado de São Paulo*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 15-16, p. 59-71, 2005/2006.

AGEVAP (Associação Pró-gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). *Relatório Técnico – Bacia do rio Paraíba do Sul – subsídios às ações de melhoria na gestão 2011*, Dezembro de 2011.

AGNOLIN, A. *O Apetite da Antropologia - o sabor antropológico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

A LASCA CONSULTORIA E ACESSORIA EM ARQUEOLOGIA. *Terceira fase de resgate do sítio Carcará*. São José dos Campos, São Paulo, 2012.

ALBUQUERQUE, M. *Recipientes cerâmicos de grupos Tupi, no nordeste brasileiro*. In: PROUS, A. P.; LIMA, T. A. (Ed.) *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume I – Sínteses Regionais. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

ALMEIDA, F. O. *O Complexo Tupi na Amazônia Oriental*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALVES, C. A cerâmica pré-histórica no Brasil: Avaliação e Proposta. *Clio Arqueologia*. Recife, v.1 n°7, pp.11-60, 1991.

ALVES, M. A. Documentação cerâmica contextualizada e as diferenças de gênero nos sepultamentos primários do sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo. Canindé, *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, 3, pp.275-289, 2003.

ALVES, M. A. Estratigrafia, estruturas arqueológicas e cronologia do sítio Água Limpa, Monte Alto. São Paulo. Canindé, *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, 4, pp. 283-324, 2004.

ALVES, M. A.; CALLEFFO, M.E.V. Sítio Arqueológico de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo – Estruturas de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 123-140, 1996.

ALVES, T. Paisagem – em busca do lugar perdido. *Finasterra*, XXXVI, pp.67-74, 2001.

AMANTINO, M. *Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008

ANDREATTA, M. D. Relatório técnico sobre os bens históricos do município de Jacareí. *Museu Paulista*, Universidade de São Paulo, 1988.

ANDREFSKY, W. Raw-Material and Organization of Technology. *American Antiquity*, v.59 n°1, pp.21-34, 1994.

ANTONIL, A. J. *Cultural e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007.

ARAÚJO, A. G. M. As rochas silicosas como matéria-prima para o Homem Pré-Histórico: variedades, definições e conceitos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 1, p. 105-111, 1991.

ARAÚJO, A. G. M. As propriedades físicas dos arenitos silicificados e suas implicações na aptidão ao lascamento. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 2, p. 63-74, 1992.

ARAÚJO, A. G. M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20: 09-38, 2007.

ASSIS, V. S. A classificação da cerâmica Tupinambá através da analogia etnográfica. *Arqueologia em el Uruguai: 120 años despue*. VIII, Congresso Nacional de Arqueologia Uruguaya, 1995.

ASSIS, V. S. *Da Espacialidade Tupinambá*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, 1996.

BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, Arqueologia Brasileira I, n.44, 1999-2000.

BARROS, J. D. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. Volume I. São Paulo: Vozes, 2010.

BELTRÃO, M. C. M. Acampamentos Tupi-Guaranis para coleta de moluscos *Revista do Museu Paulista*, n.19, pp.97-145, 1970/ 1971.

BELTRÃO, M. C. M. C. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

BICHO, N. F. *Manual de Arqueológico Pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2012.

BINFORD, L. Organization and formation processes: looking at curated technologies. *Journal of Anthropological Research*. n°35, pp.255-273, 1979.

BINFORD, L. B. Willow smoke and dogs' tails: Hunter-gatherers settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, v.45, n°1, pp4-20, 1980.

BINFORD, L. Behavioral Archaeology and the Pompeii Premise. *Journal of Anthropological Research*, n.37, pp.195-208, 1981.

BINFORD, L. B. Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, Issue 1, March, pp. 5-31, 1982.

BINFORD, L.R. *In pursuit of the past*. Academic Press, Nova Iorque, 1984.

BLASI, O. & GAISSLER, M. *Notícias sobre o Sítio Arqueológico de Jacaré*. Relatório de Campo, 1991.

BLOCH, M. *A terra e seus homens: agricultura e a vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: EDUSC, 2001.

BOCANEGRA, F. J. A. La cadena tecnológica: modelo de análisis de los conjuntos líticos. Universidad de Antioquia. *Boletín de Antropología*, v.11 n°28, 1997.

BOCCARA, G. Etnogénesis mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). *Hispanic American Historical Review*, Baltimore, v. 79, n. 3, p. 427-461, 1999.

BOCCARA, G. Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización. *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*. Revista Eletrônica, París. 2000. Disponível em: <<http://www.ehess.fr/cerma.Revuedebates.htm>>. Acesso em: 21 out. 2010.

BORNAL, W. G. *Sítio histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da arqueologia da paisagem*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BROCHADO, J. P. *Alimentação na floresta tropical*. Caderno n°2, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1977.

BROCHADO, J. P. A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Revista Clio*, v.3, pp.47-60, 1980.

BROCHADO, J. P. *An Ecological Model of Spread Of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. Tese de Doutorado. Illinois: Univ. of Illinois, 1984.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica, *Revista Dédalo*, São Paulo, v.27 pp.65-89, 1989.

BROCHADO, J. P. What did the Tupinambá cook in their vessels? A humble contribution to ethnography analogy. *Revista de Arqueologia*, v.6, pp.40-88, 1991.

BROCHADO, J. P.; LATHRAP, D. *Amazônia*. Department of Anthropology, University of Illinois at Urbana-Champaign, Ms, 1980.

BROCHADO, *et al.* Analogia Etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas / PUCRS*, 35 (140), 1990.

BROCHADO; J. P.; MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstituição gráfica da cerâmica Guarani por comparação com vasilhas inteiras. *Estudos Ibero-Americanos*, 20 (2), pp.107-118, 1994.

BUARQUE DE HOLANDA, S. B. *Monções*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, [1945] 1976.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, [1957] 2008.

BUARQUE, A. A cultura Tupinambá no Estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, M. C. *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BUARQUE, A. As estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ, 2007. In: PROUS, A. P. P.; LIMA, T. A. (Eds) *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume III – Eixos Temáticos, 2010b.

BUARQUE, A. *Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil* [CD-ROM]. Paris: Université Paris I, Panthéon – Sorbonne, 2009.

CALDARELLI, S. B. O emprego de maquinário pesado na pesquisa arqueológica por contrato. *Revista do CEPA*, v.25, n.33. pp.81-90, 2001.

CALDARELLI, S. B. *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: SP-070 Rodovia Carvalho Pinto*. Instituto de Pesquisa em Arqueologia; Universidade Católica de Santos, 2003.

CALDERÓN, V. Nota prévia sobre arqueologia das regiões central e sudoeste do estado da Bahia, *PRONAPA* v.2, pp.135-150, 1969.

CALDERÓN, V. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. Separata do Programa Nacional de pesquisas arqueológicas (4). Museu Paraense Emílio Goeldi. *Publicações Avulsas*, 15, 1971.

CALDERÓN, V. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do sul do estado da Bahia” *PRONAPA* v.5, pp.141-154, 1974.

CALI, P. *Sítio Arqueológico Rio Comprido I e seu contexto no Vale do Paraíba*. Jacareí: Mirante do Vale, 1999.

CAMARGO, C. B. R. & CAMARGO, V. *Arqueologia no Vale do Paraíba – Escavações Arqueológicas em Aparecida*. Cadernos Culturais do Vale do Paraíba, 5 Caçapava, Centro Educacional Objetivo/Fundação Nacional do Tropeirismo, 1990.

CANOTILHO, M. H. P. C. *Processos de cozedura em cerâmica*. Série Estudos. Bragança: Edição do Instituto Politécnico de Bragança. 1999

CARVALHINHO, P. J. Etnotoponímia comparada e antroponímia: sistemas de nomeação e fundamentos do nome próprio. *Cadernos do CNFL*, Vol. XII, nº9, pp.106-117, Rio de Janeiro. 2009.

CARVALHO, P. J. C. *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitania)*. Coimbra: Fundão, 2007.

CHANG, C. The grass is greener on the other side: a study of pastoral mobility on the Eurasian Steppe of Southeastern Kazakhstan. In: SELLET, F.; GREAVES, R. D.; YU, P. L. (Ed.). *Archaeology and ethnoarchaeology of mobility*. Gainesville: University of Florida, 2006.

CHARTKOFF, J. Transect interval sampling in forests. *American Antiquity*, 43(1): 46-53, 1978.

CHMYZ, I. *et al*, Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia, Paraná*, ano 1, n. 1, p. 119-147, 1976.

CLARKE, D. *Spatial archaeology*. London: Academic press, 1977.

CORRÊA, A. A. *Tetama nas Matas Mineiras: Sítios Tupi na Microrregião de Juiz de Fora – MG*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORRÊA, A. A. Cadeias Operatórias Tupi. *Habitus* (UCG. Impresso), v. 9, pp. 221-238, 2011.

CORRÊA, A. A. Continuidade e mudança na trajetória das Populações Tupi. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, *no prelo*.

CORREA, A. A.; SAMIA, D. Cronologia da Tradição Arqueológica Tupiguarani. In: *Simpósio Internacional "O Povoamento das Américas"*, 2, Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato. Artigos e resumos..., 2006. Disponível em: <http://www.fumdhm.org.br/simposio/artigos/DanielleGomesArtigo.pdf>. Acessado em 24 agosto de 2010.

CORRÊA, A. A. *et al.* Cerâmicas Tobajara? Sociedade de Arqueologia Brasileira. Eixo temático: Arqueologia Guarani e Tupinambá. *Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Apresentação de Trabalho/Comunicação, 2011.

CORRÊA, D. S. Historiografia e a paisagem: diálogos, encontros e desencontros entre Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP – UNICAMP, set. 2004 (Cd-rom).

CORRÊA, D. S. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Rev. Bras. Hist.* vol.26 no.51 São Paulo Jan./Jun, 2006.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

CORRÊA-DA-SILVA, B. C. *Mawé/Awetí/Tupí-Guaraní: Relações Linguísticas e Implicações Históricas*. Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, dezembro, 2010.

CORTELETTI, R. *Projeto arqueológico Alto Canoas – Paraca: um estudo da presença Jê no planalto catarinense*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

COSGROVE, D. *Social Formation and Symbolic Landscape*. New Jersey, Barnes and Noble Books, 1984.

CRIADO BOADO, F. D. T. Al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. *Criterios y Convenciones em Arqueología del Paisaje* (CAPA). Universidade de Santiago de Compostela, v.6, abril de 1999.

CRUZ, D. *Lar, Doce lar? Arqueologia Tupi na Bacia do Ji Paraná (RO)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008

CUNHA e SILVA, R. M. *et al.* *Fluorescência de Raios X por dispersão em energia*. LFNATEC - Publicação Técnica do Laboratório de Física Nuclear Aplicada, v. 08, n. 01, março 2004.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DeBOER, W. R.; LATHRAP, D. The making and breaking of Shipibo-Conibo Ceramics. In: KRAMER, C. (Ed.) *Ethnoarchaeology. Implications of Ethnography for Archaeology*, Columbia University Press, New York, 1979.

DIAS JR, O. Notas sobre a Arqueologia da Região de Cabo Frio, RJ. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, pp. 1-15, 1963.

DIAS JR. O. Resultados preliminares do segundo ano de pesquisas no Estado do Rio de Janeiro. PRONAPA, Resultados Preliminares do Segundo Ano, 1966-67. *Pub.Av.Mus.Paraense Emílio Göeldi*, 10, pp.119-129, 1969.

DIAS JR, O. F. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. *Revista Preliminares do 5º ano do PRONAPA, Publicações Avulsas*, n.26, 1974.

DIAS, A. S. *Repensando a Tradição Umbu a Partir de um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 170pp, 1994.

DIAS, A. S. Um projeto para a Arqueologia Brasileira: Breve Histórico da Implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 19(22): 25-39, mar. 1995.

DIAS, A. S. *Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: uma proposta interpretativa para ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2003.

DIAS, A. S. Arqueologia Guarani: Territorialidade e Cultura Material. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (Org.). *Tempos Ancestrais*. São Paulo: Annablume, 2012.

DIAS, A. S.; HOELTZ, S. E. Proposta metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v.21, nº25m pp.21-62, março, 1997.

DIETRICH, W. O tronco Tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

ELLIS JR. A. Capítulos da história Psicológica de São Paulo. São Paulo, FFCL (*Boletim*, LIII), 1945.

EPE (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA). *AAI dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul*. Caracterização Ambiental, maio de 2007.

ERICKSON, C. Historical Ecology and Future Explorations. In: LEHMANN, J. *et al.* (Eds.). *Amazonian Dark Earth: Origin, Properties, Management*. The Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 2003.

FACCIO, N. B. *Arqueologia dos cenários das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1998.

FACCIO, N. B. *Estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 1992.

FAGUNDES, M.; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. juv, nº8, pp. 205-220, 2010. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

FARINA, A. & BELGRANO, A. 2004. The eco-field: A new paradigm for landscape ecology. *Ecological Research*. v. 19, p.p: 107-11, 2004.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. M. L. C. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FELIX, G. F. *Taubaté: papeis avulsos (1822-1854)*. São Paulo: Universal, 1944.

FERNANDES, F. *Organização social dos Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial. São, Paulo, 1963.

FERNANDES, F. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, H. L. A. *Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba-BA*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003.

FILHO, J. B. A utilização de substâncias minerais pelos povos indígenas. Breves comentários. *Anu. Inst. Geocienc.* vol.22, Rio de Janeiro, 1999.

FONSECA, P. C. L. *Bestiário e discurso do gênero no descobrimento da América e na Colonização do Brasil*. Bauru: EDUSC, 2011.

FREMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

GARCIA, L. L. W. G. *Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins: a ocupação no Cateté*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2012.

GASPAR, M. D. Os próximos passos... aperfeiçoar a prospecção arqueológica e abrir a caixa do passado. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, vol. 6, n. 1, p. 41-55, 2011.

GOMES, D. M. C. A distribuição da tradição Aratu no território Brasileiro. In: CALDARELLI, S. B. *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: SP-070 Rodovia Carvalho Pinto*. Instituto de Pesquisa em Arqueologia; Universidade Católica de Santos, 2003.

GOMES, D. M. C. *Cotidiano e poder na Amazônia Pré-colonial*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

GOMES, E. T. A. Natureza e Cultura: representações na paisagem. In: *Paisagem, Imaginário e Espaço*. ZENY, R.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.41, nº1 pp.71-96, 1998.

HECKENBERGER, M. J. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguna na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B; HECKENBERGER, M. J. (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, pp.21-62, 2001.

HODDER, I. *The meaning of things: material culture and symbolic expression*. Boston: Unwin Human, 1989.

HODDER, I. *Interpretación em arqueologia: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.

HODDER, I.; ORTON, C. *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge, 1987.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Manual Técnicos em Geociências: Técnico de Pedologia*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, 2007.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) *Manuais Técnicos em Geociências: Manual Técnico de Geomorfologia*. Rio de Janeiro, 2007.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. *World Archaeology*. v.25, nº2, outubro, 1983.

JÁCOME, C. *Ayguatiá da Yapepó: Estudo dos Materiais Utilizados na Cerâmica Pintada Tupiguarani de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Escola de Belas Artes da UFMG, 2006.

JÁCOME, C. *et al.* Os gestos na decoração plástica de vasilhas Tupiguarani em Minas Gerais. In: PROUS, A. P.; LIMA, T. A. (Ed.) *Os ceramistas Tupiguarani – V.II*. Belo Horizonte: Sigma, 2010.

JÚNIOR, A. *São José dos Campos e sua História*. Primeiro Prêmio do Concurso “Cassiano Ricardo”, Promovido pela Prefeitura Municipal, Segunda Edição, São José dos Campos, 1979.

KAHTOUNI, S. *Cidade das águas*. São Carlos: Rima, 2004.

KÄMPF, N. *et al.* Classification of Amazonian Dark Earths and Other Ancient Anthropic Soils. In: LEHMANN, J. *et al.* (Eds.). *Amazonian Dark Earth: Origin, Properties, Management*. The Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 2003.

KASHIMOTO, E. M. *O alto curso do rio Paraná: fronteira ambientais e arqueológicas*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Entologia da USP, São Paulo, 1997.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. A problemática arqueológica da tradição cerâmica Tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: PROUS, A. & LIMA, T. (Ed) *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 216 p., 2008.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. *Arqueologia e paleoambiente do rio Paraná em Mato Grosso do Sul*. 1. ed. Campo Grande - MS: Life Editora, 2009.

KENT, S. *Domestic Architecture and the Use of Space: An Interdisciplinary Cross-Cultural Study*. London/New York: Cambridge University Press, 1987.

KOK, G. *O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KRAMER, C. Ceramic Ethnoarchaeology. *Annual Review of Antropology*, n.14, pp.77-102, 1985.

LA SALVIA, F; BROCHADO, J. P. *Cerâmica Guarani*. Posenato Arte & Cultura. Porto Alegre, 175p, 1989.

LADEIRA, M. I. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. São Paulo: EDUSP, 2008.

LAMING-EMPERAIRE, A. *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1967.

LAPIERRE, B. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo, UNESP, 1997.

LATHRAP, D. *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson, 1970.

LAVINA, R. *Projeto de salvamento arqueológico da ZPE, Imbituba, SC*. Relatório Final. Criciúma: Unesc, 1999.

LEMONNIER, P. *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan, Museum of Anthropological Research (88), University of Michigan, 1992.

LEMONNIER, P. *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*. Routledge, New York, 1993.

LEROI-GOURHAN, A. *Os símbolos da sociedade. O gesto e a palavra: 2 – Memória e Ritmos* (Trad. Emanuel Godinho). Lisboa: Edições 70, 1987.

LIMA, A. L. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, D. (Ed) *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis: FINEP – Vozes, 1986.

LOURDES DE OLIVEIRA, A. Ruptura, continuidade e simultaneidade cultura: algumas considerações a respeito da diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata mineira no período pré-colonial. In: LOURES OLIVEIRA (org) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editar, 2006.

LUCAS, G. *Critical Approaches to Fieldwork: contemporary and historical archaeological practice*. London: Routledge, 2001.

LUCHIARI, M. T. P. A. (Re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: *Paisagem, Imaginário e Espaço*. ZENY, R.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MANO, M. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas, 2006.

MARANCA, S. Relatório das atividades do quarto e quinto ano do Pronapa no Estado de São Paulo. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas V, Resultados Preliminares do quinto ano (1969/70)*. Publicações Avulsas, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, nº26, pp.117-126, 1969.

MARANCA, S. *et al.* Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, nº4, pp.223-226, 1994.

MARTIN, G. *Pré-história do nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999.

MAYOR, A. Durées de vie des Ceramiques Africaines: Facteurs Responsables et Implications Archéologiques. *XIV Recontres Internationales d' Arcéologie et d' Histoires d' Antibes*. Juan-les-Pins, Éditions, APDCA, 1994.

MEGGERS, B. The coming of age of American Archaeology. In: NEWMAN, M. T. (Ed.), *New Interpretations of aboriginal American Culture History*, Washington, 75º Anniversary of the Anthropological Society of Washington, pp.116-129, 1955.

MEGGERS, B. *Prehistoric America*. Chigado: Aldine Publishing Press, 1972.

MEGGERS B.; EVANS, C. A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. In: *O Museu Goeld no ano do Sesquicentenário*, Publicações Avulsas, Belém, v.20 pp.51-69, 1973.

MEGGERS, B. *et al* Implications of Archaeological Distributions in Amazonia. In: VANZOLINI, P.E.; RONALD HEYER, W. *Proceeding of a workshop on Neotropical distribution patterns*. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro, 1989.

MELIÀ, B. El “modo de ser” guaraní en la primera documentación jesuítica (1594-1639). *Revista de Antropologia*, v.24 pp.1-24, 1981.

MELIÀ, B. *El Guaraní Conquistado y Reducido*. Ensayos de Etnohistória. Asunción, CEAUC, 1986.

MELIÀ, B. *La tierra sin mal de los Guaraní*. Economía y profecía. Suplemento Antropológico del Ateneo Paraguayo, 22 (2), pp.81-97, 1987.

MELIÀ, B. Y marané ÿ rekávo En busca del agua sin mal. *Ultima Hora*, Correo Semana, 28 julio, p.9, 2001.

MELLO, A. A. S.; KNEIP, A. Diálogo linguista – Arqueologia: origem e dispersão dos povos tupi-guarani. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*, Campo Grande, 2005 (Cd-Rom).

MENDONÇA, R. K. R. S. *Escravidão indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora de Itanhaém, século XVII*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MENEZES, U. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, pp. 29-64, 2002.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, p. 29-64, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. *Femenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILHEIRA, R. G. *Território e estratégia de assentamento Guarani na planície sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste – RS*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2008.

MILLER, E.T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 6, pp.15-38, 1967.

- MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1968-1969. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, pp.15:37-70, 1971.
- MILLS, B. Integrating functional analyses of vessel and sherds through models of ceramic assemblage formation. *World Archaeology*, v.21, n°1, 1989.
- MOI, F. P. *Os xerente: um enfoque etnoarqueológico*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, J. M. *Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e Indigenismo*. Livre Docência. Departamento de Antropologia, IFCH-Unicamp, Campinas. 2001.
- MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história meridional: séculos XVI – XVII. In: CUNHA, M. M. L. C. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MOORE, D.; STORTO, L. As línguas indígenas e a pré-história. In: PENA, S. (Org.). *Homo brasiliis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto: FUNPEC, p.73-92, 2002.
- MORAES, C. A. *Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: estudo da variabilidade artefactual*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MORAIS, J. L. A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema, *Coleção Museu Paulista*, série Arqueologia, São Paulo, 6, 83 p., 1979.
- MORAIS, J. L. *Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese de livre-docência. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, 1999.
- MORAIS, J. L. Arqueologia da região Sudeste. *Revista da USP*, São Paulo, n°44, pp.194-217, 1999/2000.
- MORAIS, J. L. A Arqueologia preventiva como Arqueologia: o enfoque acadêmico-institucional da Arqueologia no licenciamento ambiental. *Revista de Arqueologia do IPHAN*, v. 2, p. 98-133, 2005.
- MORALES, W. F. *Brasil Central: 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do rio Tocantins, TO*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREAU, F. E. *Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Annablume, 2003.

MOURA M.; PROUS A. P. Vestígios de utilização em instrumentos líticos utilizados “brutos”. *Dédalo*, São Paulo, Publicações Avulsas, v.1, pp.409-425, 1989.

MOURA, C. A. *Zoneamento geoambiental como subsídio à análise dos indicadores ambientais nas áreas de dutos: caracterização do clima como fator determinante da instabilidade das áreas de implantação de dutos*. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2006.

NAKANO F. P. *et al.* Análise microestrutural, composicional e dureza das cerâmicas indígenas do sítio arqueológico Caninhas, SP. *Cerâmica*, nº 56, pp.123-128, 2010.

NAME, L. *O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura*. *Geo Texto*, vol. 6, n. 2. Pp.163-186, dez. 2010.

NARANJO, G. B. F. *Geozoneamento Ambiental do Meio Físico da Região de São José dos Campos: Região Sul-Occidental do Vale do Paraíba*. São José dos Campos, São Paulo, 1997.

NAVARRO, M. P. A. *Restrição de domínio, distributividade e a expressão kar em um dialeto de língua Kaingang*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NEUMANN, T.; SANFORD, R. *Practicing archaeology*. Walnut Creek: Altamira Press, 2010

NIMUENDAJU, C. H. *Mapa Ento Histórico de Curt Nimuendaju*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1987.

NOELLI, F. S. *Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 1993.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1972-2000. *Revista da USP*, São Paulo, 44: 218-269, 1999/2000.

NOELLI, F. S. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guarani. *Revista de Índias*, vol LXIV, nº 230, págs, 17-34, 2004.

NOELLI, F.S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, pp.7-53, v.39 nº2, 1996.

NOELLI, F. S. José Proenza Brochado: vida acadêmica e a Arqueologia Tupi. In: o, A. & LIMA, T. (Ed) *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 216 p., 2008.

NOELLI, F. S.; DIAS, A. S. Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 19, n.22, p. 7-23, 1995.

NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). *O Português e o Tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, E. R. *Aspectos da interação cultural entre os grupos ceramistas pré-coloniais do médio curso do rio Tocantins*. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, K. *Estudando A Cerâmica Pintada da Tradição Tupiguarani: A Coleção Itapiranga, Santa Catarina*. Dissertação De Mestrado. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2008.

ORTON, C. *et al.* A. *Pottery in Archaeology. Cambridge Manuals in Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge, 1997.

PALLESTRINI, L. *Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo*. Tese de Docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1975.

PALLESTRINI, L.; CHIARA, P. Indústria lítica de três vendas, município de Araruama – Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v.XXVII, São Paulo, 1980.

PALLESTRINI L.; MORAIS, J. L. Prassévichus, Aldeia Pré-Histórica no município de Itaberá, SP. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série – Volume XXIV, pp.151-161, 1983-1984.

PALLESTRINI, F.; PERASSO, J. A. *Arqueologia: método y técnicas em superficies amplias*. Biblioteca Paraguaya de Antropologia, v.IV. Asunción: Universidad Católica, 1984.

PANACHUK, L.; CARVALHO, A.; Modelos de barro em sítios Tupiguarani. In: PROUS, A. P. P.; LIMA, T. A. (Eds.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume II – Eixos Temáticos, 2010a.

PAPALI, M. A. (org). *São José dos Campos: de Aldeia a Cidade. Volume III. São José dos Campos*: Univap, 2010.

PELLINI, J. R. Uma conversa sobre Arqueologia, Paisagem e Percepção com Robin o Bom Camarada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 19, pp. 21-37, 2009.

PEROTA, C. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, *Publicações Avulsas*, nº15, pp.149-158, 1971.

PERSON, M.; SHANKS, M. *Theatre Archaeology*. London: Routledge, 2001.

PETRONE, P. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: USP, 1995.

PONTIN, R. L. *A tradição Tupiguarani na Bacia do Alto Tocantins*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da UPS, São Paulo, 2005.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kaiapó). In: RIBEIRO, B. G. (Coord.). *Suma etnológica brasileira: etnobiologia*. 3. ed. Belém: Editora da UFPA, 1997. v. 1.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.

POZZO, R. R.; VIDAL, L. M. *O geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX*. *Revista Discente Expressões Geográficas*, nº 06, ano VI, p. 111 – 131. Florianópolis, junho de 2010.

PRADO B. P.; MORGADO DE ABREU, M. *Aspectos geográficos do vale do Paraíba e município de Taubaté*. Consultoria e supervisão Maria Morgado de Abreu, Taubaté, 1995.

PRATT, M. D. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

PREZIA, B. A. G. *Os Índigenas do Planalto Paulista nas Crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas, 2000.

PREZIA, B. A. G. *Os Tupi de Piratininga: acolhida, resistência e colaboração*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, São Paulo, 2008.

PROUS, A. P. P. Os artefatos líticos – elementos descritivos e classificatórios. *Arquivos do Mus. Hist. Nat.* 11, pp.1-88, 1986.

PROUS, A. P. P. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1991.

PROUS, A. P. P. Pintar para os mortos? Um olhar sobre as mulheres Tupiguarani. In: 3º *Workshop Arqueológico de Xingó*, Aracaju. Anais do 3º Workshop Arqueológico de Xingó. Aracaju: Museu Arqueológico de Xingó, p. 35-54, 2004.

PROUS, A. P. P. *et al.* As indústrias líticas dos ceramistas Tupiguarani. In: PROUS, A. P. P.; LIMA, T. A. (Eds) *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume I – Sínteses Regionais, 2008.

PROUS, A. P. P. A pintura na cerâmica Tupiguarani. In: PROUS, A. P. P.; LIMA, T. A. (Eds.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume III – Elementos Decorativos, 2010b.

PROUS, A. P. P.; LIMA, T. A. (Eds.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume II – Eixos Temáticos, 2010a.

PUNTONI, P. L. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.

RADAMBRASIL. Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Levantamento de recursos naturais. Geologia, geomorfologia, vegetação, e uso do potencial da terra. *Projeto RADAMBRASIL*. Volume 32 Rio de Janeiro, 1983.

REDMAN, C. L. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. *American Antiquity*. Vol 38, no. 1, 1973.

REIS, P. P. *O indígena do Vale do Paraíba: Apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas*. Coleção Paulística VOL. XVI. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1979.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueología: teorías, métodos y prácticas*. Madrid: Akal, 1993.

RIBEIRO, D. *A arte dos índios Kadiueu*. *Revista Cultura para estudos do serviço de proteção aos índios*. Ministério da Educação e Saúde, 1952.

RIBEIRO, L. et al. Os Tupiguarani do sul do Espírito Santo usavam muito a pedra, além do barro a indústria lítica na pré-história tardia (e depois). In: MORALES, W; MOI, F.P. (Org.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo/Porto Seguro: Annablume/ ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009.

RICE, P. M. *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago University Press, Chicago, 1987.

ROBRAHN, E. M. *A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira do Iguape, São Paulo: os grupos ceramistas do médio curso*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1989.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. *Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento*. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Diversidade cultural entre os povos ceramistas do Sul-Sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape", in TENÓRIO, M. C. (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, UFRJ, p. 293-306, 1999.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista da USP*, São Paulo, nº44, pp.10-31, 1999/2000.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. *As aldeias circulares do Brasil Central*. São Paulo: Edusp: MAE, USP, 2001.

ROBRAHN-GONZÁLES, E. M. Repensando as fronteiras culturais de grupos ceramistas no Estado de São Paulo. In: *Resumos*. XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, 2003.

ROBRÁHN-GONZÁLEZ, E. M. e ZANETTINI, P. E. *Jacareí às vésperas do descobrimento: A pesquisa arqueológica no sítio Santa Marina*, Jacareí, 1999.

RODRIGUES, A. D. The classification of Tupí-guarani. *International Journal of American Linguistics*, 24: 231-234.1958

RODRIGUES, A. D. A classificação linguística do tronco Tupi. *Revista de Antropologia*, 12 (1-2), 1964.

RODRIGUES, A. D. Contribuições das Línguas Indígenas Brasileiras para a Fonética e a Fonologia. In: Donald F. Solá. (Org.). *Language in the Americas*. Ithaca: Cornell University, 1984, v, p. 263-267.

RODRIGUES, A. D. Relações Internas na Família Linguística Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27, p. 33-53, 1985.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, 1986.

RODRIGUES, A. D. Tupi, Tupinambá, Línguas Gerais e Português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp.27-48, 2010.

RODRIGUES, A. D. Panorama das línguas indígenas da Amazônia. In: QUEIXALÓS, F.; RENAULT-LESCURE, O. (Org.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, v., p. 15-28.

RODRIGUES, R. A. *Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, R. A.; AFONSO, M. C. Um olhar para a ocupação guarani no Estado de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 155-173, dezembro de 2002.

ROGER, A. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 1997.

- ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- RYE, O. S. *Pottery technology. Principles and reconstruction*. Manuals on Archaeology, v.4, Washington DC, Smithsonian Inst. Press, Washington, 1981.
- SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. *Finisterra*, XXXVI, nº72, pp. 37-53, 2001.
- SALLUM, M. *Estudo do gesto em material cerâmico do sítio Gramado – município de Brotas, São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2011.
- SAMPAIO, T. O sertão antes da conquista (século XVII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v.5, pp.79-94, 1901.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. *Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH/USP, São Paulo, 1981.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. Análise do padrão de estabelecimento Tupi-guarani: fontes etno-históricas e arqueológicas. *Revista de Antropologia*, v.30/31/32, pp.37-53, 1987/88/89.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. *A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etnohistóricas*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 1990.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação linguística Tupi-Guarani no Estado de São Paulo. In: PROUS, A. P.; LIMA, T. A. (Ed.) *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume I – Sínteses Regionais. Belo Horizonte: Sigma, 2008.
- SCAMATACCHIA; M. C. M.; MAROIS, R. Estudo comparativo de termos franceses, ingleses, espanhóis e portugueses relacionados com as técnicas decorativas da cerâmica pré-histórica, *Dedalo*, v.25, p.53-85, 1987.
- SCHIAVETTO, S. N. O. *A arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCHIFFER, M. B. Contexto arqueológico y context sistémico. *Boletín de Antropología Americana*, nº22, 1972.
- SCHIFFER, M. B. Toward the Identification of Formation Processes. *American Antiquity*, vol. 48, nº4, pp.675-706, Oct., 1983.

SCHIFFER, M. B. *Formation process of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Press, 1987.

SCHIFFER M. B.; SKIBO, J. Theory and Experiment in the Study of technical change. In: M.B. SCHIFFER (Ed) *Technological Perspectives on Behavioral Change*. Tucson, university of Arizona Press, pp. 40-76, 1992.

SCHLANGER, Sarah H. Patterns of Population Movement and Long-Term Population Growth in Southwestern Colorado. *American Antiquity*, v. 53, nº.4, pp. 773-793, 1988.

SCHLANGER, Sarah H. Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems. In: Rossignol & Wandsnider. *Space, Time, and Archaeological Landscapes*. New York and London: Plenum Press, pp. 91-112, 1992.

SCHMITZ, P. I. *et al.* Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária. RS. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos, 4*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1990.

SCHMITZ, P. I. Arqueologia em Mato Grosso do Sul: dois projetos, dois resultados. *Fronteiras*, 2 (4), pp.203-221, 1998.

SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na cerâmica da tradição Tupiguarani. In: PROUS, A. P.; LIMA, T. A. (Eds) *Os ceramistas Tupiguarani*. Volume II – Elementos Decorativos, 2010.

SCHMITZ, P. I.; GAZZANEO, M. O que comia o Guarani Pré-colonial. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, nº6, pp.89-105, 1991.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Projeto de Resgate Topo do Guararema, município de Guararema, SP*. São Paulo, 2004.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Diagnóstico Arqueológico e Histórico: Regularização do Gasoduto Rio – São Paulo (GASPAL), SP/RJ*. São Paulo, 2007.

SEIBERT, J. Introduction. In: ROBERTSON, Elizabeth C. *et al.* *Space and Spatial Analysis in Archaeology*. Calgary: University Of Calgary Press, 2006.

SHENNAN, S. Commodities, transactions and growth in the Central-European early Bronze Age. *Journal of European Archaeology*. 1:2, p. 59-72, 1993.

SHEPARD, A. O. *Ceramics for the Archaeologist*. Carnegie Institute of Washington, Washington, 1956.

SHINER, J. Persistent places: An approach to the interpretation of assemblage variation in deflated surface stone artefact distributions from western New South Wales, Australia. *New Directions in Archaeological Science*. Canberra: ANU, pp. 25-45, 2009.

- SIEWERDT, T. M. *Paisagem em Ana Mendieta: Distância, Fissura e Vestígio*. Florianópolis. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Artes Plásticas) Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007. 71f.
- SILVA, F. A. *As tecnologias e seus significados*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2000.
- SILVA, F. A. Ceramic technology of the Asurini do Xingu, Brazil: An ethnoarchaeological study of artifact variability. *J. Archaeol Method Theory*, nº15, pp.217-265, 2008.
- SILVA, S. B. *Etnoarqueologia dos Grafismos “Kaingang”: um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2001.
- SILVA-MENDES, G. L. *Caçadores-coletores na serra de Paranapiacaba durante a transição do holoceno médio para o tardio (5920-1000 anos AP)*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2007.
- SIMÕES, M. F. Índice das Fases Arqueológicas Brasileira (1950-1971). Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº18, Belém, 1972.
- SINOPOLI, C. A. *Approaches to archaeological ceramics*. New York and London: Plenum Press, 1991.
- SKIBO, J. M. Pottery and People. In: SKIBO, J. M.; FEINMAN, G. M. (Eds.). *Pottery and People: a dynamic Interaction*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999.
- SMITH, N. J. H. Anthrosols and Human Carrying Capacity in Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 70(4), pp.553-566, 1980.
- SOARES, A. L. R. Contribuição à arqueologia Guarani: estudo do sítio Röpke. *Série Conhecimento*, nº30, EDUNISC, 2005.
- SOARES, A. L. R. *Guarani: Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, Coleção Arqueologia 4. 1997.
- SOUZA, J. G. *Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2012.
- SOUZA, N. G. *O material lítico polido do interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2008.

- SOUZA, R. A. Arqueologia em fábricas paulistas, entre chaminés e estacionamentos. Ou dos métodos para escavar uma fábrica. *Revista CPC*, São Paulo, n.16, maio/out., pp.136, 2013.
- STADEN, H. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1988.
- STEWART, J. Ecological aspects of southwestern. *Anthropos*, vol. 32, pp.87-104, 1937.
- STEWART, J. *Theory of cultural change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.
- STEWART, J.; SETZLER, F. M. Function and configuration in archaeology. *American Antiquity*, vol.4, pp.4-10, 1938.
- STUCHI, F. F. *A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2010.
- SUSNIK, B. J. Estructura de la lengua chamacoco-ebitoso (con fraseario del dialect Ebitoso). *Boletín de la Sociedad Científica del Paraguay y del museo Andrés Barbero, Etnolingüística I*, 1957.
- SUSNIK, B. *Interpretación Etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antiga: formación y dispersión étnica*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1994.
- TIBIRIÇÁ, R. Arqueologia Brasileira. *Revista do Arquivo Municipal*. Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultural da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, vol. XXX, 1936, pp.140-143.
- TILLEY, C. *A phenomenology of landscape. Places, parths and monuments*. Oxford: Berg, 1994.
- TOCCHETTO, F. B. Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica Guarani. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXII, n.1, pp.24-45, junho, 1996.
- TOMMASINO, K. Concepções simbólicas da água e dos rios na mitologia e na historiados Guarani e Kaingang. In: ARRUDA, G. (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- UCHÔA, D. P.; SCATAMACCHIA, M. C. M.; GARCIA, C. D. R. O sítio cerâmico Itaguá: um sítio de contacto no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia*, Belém, 2(2), pp.51-60, jul./dez, 1984.

UCHÔA, D.P. A Ilha do Mar Virado: um estado de um sítio arqueológico no litoral do Estado de São Paulo. In: *CLIO. Série Arqueológica* (UFPE), v.24, p.7-40, 2009.

UNTERMANN, J. Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica, *Complutum*, 2-3, pp.19-33, 1992.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

URBAN, G. On the geographical origins and dispersion of Tupian Languages. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, pp.55-63, v.39 n°2, 1996.

VAN DER LEEUW, S. E. The archaeological study of specialized pottery production: some aspectos of method and theory. In: RICE, P. M. (Org.). *Pots and potters: current approaches in ceramic archaeology*. Institute of Archaeology, Los Angeles: University of California, pp.45-69, 1984.

VAN HORN, D. M. *et al.* Some techniques for Mechanical Excavation in Salvage Archeology. *Journal of Field Archaeology*, v.13, n°2, pp.239-244, 1986.

VAUGHAN, C. J. Ground-Penetrating Radar Surveys Used in Archaeological Investigations. *Geophysics* 51(3):595-604, 1986.

VIANA, S. A. Análise especial intra-sítio: o estudo do sítio Lourenço (GO-CA-14). *Revista de Arqueologia*, n.9, pp.65-87, 1996.

VILHENA-VIALOU, A. *Tecno-tipologia das indústrias líticas do sítio Almeida em seu Tecno-tipologia das indústrias líticas do sítio Almeida em seu quadro natural, Arqueo-etnológico e regional*. São Paulo, USP, Instituto de pré-história/Museu Paulista, 170p., 1980.

VITA FINZI C.; HIGGS, E. *Prehistoric Economy in the Mount Carmel Area of Palestine; Site Catchment Analysis*. Proceedings of the Prehistoric Society, XXXVI, pp.1-37, 1970.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Histórias Ameríndias (resenha de História dos Índios no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha, org.). *Novos Estudos Cebrap*, v.36 pp.22-33, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Comentário ao artigo de Francisco Noelli. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, pp.55-63, v.39 n°2, 1996.

WHITEHEAD, N. Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900, *L'Homme*, 126-128, pp. 285-305, 1983.

WICHES, C. A. M. *Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2012.

WOODS, W. Soils and Sustainability in the Prehistoric New World. In: BEZING, B.; HERMANN, B. (Eds.). *Exploitation and Overexploitation in Societies Past and Presente*. Munster, Lit Verlag, pp.143-157, 2003.

WÜST, I. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás – Tentativa de análise espacial*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo/Goiânia, 1983.

WÜST, I. *Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo/Goiânia, 1990.

WYNN, J. C. A review of geophysical Methods used in archaeology. *Geoarchaeology: An International Journal* 1(3), pp.245–257, 1986.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural – Projeto Chapada – Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A – Yamana Gold, Alto Horizonte – Goiás, São Paulo, 2004.*

ZANETTINI ARQUEOLOGIA, *Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico na Área da Usina Guarani S/A Açúcar e Alcool (Usina Cruz Alta – Unidade III)*. Município de Olímpia, Estado de São Paulo, Relatório Final, 2008.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA, *Programa de Resgate Arqueológico, Lavra da Mina F4 e Ampliação do Depósito de Estéril e Área de Ampliação da Barragem B5*. Bunge Fertilizantes S/A, Município de Araxá, Minas Gerais, Relatório Final, 2009.

ZANETTINI, A. Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Space Center e Área Anexa, Município de Jacareí, Estado de São Paulo. *Relatório Final*, Fevereiro de 2010a.

ZANETTINI, A. Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Space Center e Área Anexa, Município de Jacareí, Estado de São Paulo. *Complementação do Término de Conclusão de Campo, Implantação do Bloco Testemunho*, Março de 2010b.

ZANETTNI, A. Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico. VCT Administração e Participação Ltda. Município de Jacareí, Estado de São Paulo. Relatório Final, 2011a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de Prospecção e Resgate – Projeto Suruca, Relatório final de Prospecção*, Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A – Yamana Gold, município de Alto Horizonte, Estado de Goiás, 2011b.

ZANETTINI, P. E. *Calçada do Lorena: o caminho para o mar*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ZEDEÑO, M. N.; BOWER, B. J. The Archaeology of Meaningful Places. In. *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City : University of Utah Press, 2009.

ZEIDLER, J. A. Archaeological Survey and Site Discovery in the Florested Neotropics. In: STAHL, P. W. (Ed.). *Archaeology in the Lowland American Tropics*. Cambridge, Cambridge University Press, pp.7-41, 1995.

Sites Internet:

ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx/>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

A pesquisa arqueológica no vale do Paraíba, Cláudia M. Queiroz (2011). Disponível em: <<http://claudiarqueo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SIRGAS (SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS) (2000). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/sirgas/principal.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

UOL NOTÍCIAS. Descoberto sítio arqueológico de cerca de 600 anos em Paraibuna (SP). <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2013/05/23/descoberto-sitio-arqueologico-de-antes-de-1400-em-paraibuna-sp.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2013.